

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TUPANCIRETÃ: Deus passou por aqui.

Um estudo sobre as relações entre os movimentos sociais e as religiões nos assentamentos rurais Primavera e Tupanciretã no Pontal do Paranapanema/SP.

Marluse Castro Maciel

Tese apresentada ao Programa de
Pós-graduação em sociologia da
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo
para obtenção do título de doutora.

Orientador: Prof. Dr. Lísias Nogueira Negrão

São Paulo

2009

AGRADECIMENTOS

São muitas pessoas que se envolvem no projeto de construção de uma tese, vivenciando nossa angústia nesse árduo processo de pesquisa, leitura e escrita: a família, os amigos, os profissionais etc.

Primeiramente quero agradecer à minha mãe que sempre soube compreender meu distanciamento enquanto me concentrava na escrita. Às minhas irmãs Cristiane Maciel e Rita Maciel, que me deram a alegria de ganhar um sobrinho e uma sobrinha. Ao meu pai que partiu sem pedir licença, causando imensa dor. Eu e minha família celebramos a vida e a morte no momento em que escrevia.

Ao meu amor Janilson Lotério, que me deu equilíbrio emocional para superar as angústias e sempre soube entender minhas idas e vindas. Ao Matheus Lotério que em fase de alfabetização sempre se surpreendia com o número de páginas da tese, dizendo que escrevia muito e precisava descansar.

Aos amigos da Escola São Paulo Hélio da Costa, com sua célebre frase "*Tese boa é tese pronta*", Lenir Viscovini, Karin Lukas e Paula Meli.

Às amigas, doutoras, professoras da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Risomar Santos e Zildene Pereira pelas visitas animadas e seus sorrisos sempre abertos.

À amiga doutora Roberta Stangherlim pela hospedagem e seus conselhos sempre pertinentes sobre o desenvolvimento da pesquisa e da tese.

Gostaria de agradecer ao meu exigente orientador Prof. Lísias Negrão, que sempre com suas leituras atentas e minuciosas, me ajudou diante das minhas dificuldades.

Há também, algumas pessoas que foram fundamentais para que a pesquisa de campo acontecesse. O prof. Dr. Luís Antonio Barone, da UNESP de Presidente Prudente, que abriu as portas para que eu pudesse visitar os assentamentos de Presidente Venceslau. Aos meus companheiros de pesquisa de campo Tiago Lira e Martha Estela, estudantes de geografia, que além de tornarem as visitas mais divertidas, enriqueceram as observações e discussões acerca da pesquisa.

A todos os assentados que nos receberam com aquele cafezinho sempre dispostos a conversar.

Ao CNPq que financiou este projeto.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar a formação e consolidação da Associação Brasileiros Unidos Querendo Terras (ABUQT), — um movimento que surge a partir da organização de um grupo de arrendatários em concorrência ao MST do Pontal do Paranapanema —, e sua influência na organização e produção individualizada nos assentamentos de reforma agrária Tupanciretã e Primavera no município de Presidente Venceslau - SP.

Com base nos estudos de MARTINS, J. S., D'INCAO, M. A. e Roy, G., PESSOA, Jadir de Moraes, POKER, G. , MIOR, L. C., discute-se a respeito do aumento da produção individualizada nos assentamentos rurais, diferentemente do coletivismo idealizado pelos movimentos sociais, como estratégia de produção e reprodução nos assentamentos, compreendido como espaço de articulação e práticas, valores e tradições, construções de novos laços sociais de mecanismos de decisão política, que constitui o modo de vida dos assentados. (FERRANTE, Vera L. S.). A pesquisa tem mostrado o assentamento como espaço de integração social, no qual ganham destaque os grupos familiares e suas estratégias de produção/reprodução, onde igualmente tem sido detectada a presença de elementos desagregadores nas relações de poder, fenômenos recorrentes em qualquer grupo social.

Por meio de visitas aos assentamentos, entrevistas dirigidas e diário de campo foi possível verificar que tal movimento não aceita que seus membros se envolvam em conflitos durante o processo de ocupação de terras. Por este motivo há no momento da ocupação uma maior adesão a este movimento por parte dos pentecostais das chamadas igrejas da primeira onda: Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil e Igreja Cristã Pentecostal do Brasil. Depois de constituídos os assentamentos, a experiência coletiva vivenciada no processo de ocupação não se sustenta, dando lugar às ações individualizadas para a produção. Simultaneamente, as práticas religiosas dos protestantes-pentecostais e dos católicos — abandonadas durante a ocupação — são retomadas.

Se por um lado a ABUQT possui características que vem ao encontro dos anseios pentecostais, por outro, o público das igrejas evangélicas eram “pacíficos” como o movimento precisava. Trata-se, portanto, para usar o termo *weberiano*, de um caso de afinidade eletiva entre os interesses sociais e econômicos deste pseudo-movimento e os princípios religiosos protestantes.

ABSTRACT

This work intends to study the formation and consolidation of the United Brazilians for a Piece of Land Association (ABUQT – Associação Brasileiros Unidos Querendo Terras) – an association that originates from the organization of a group of tenant farmers in concurrence with The Landless Movement (MST – Movimento dos Sem-terra) from Paranapanema Spít –, and its influence over the MST, as well as ABUQT's individualized production and organizational methods in the Land Reform Settlements Tupancireta and Primavera in Presidente Venceslau, in São Paulo State.

Based on studies by Martins, J. S., D'Incao, M. A. and Roy, G., Pessoa, J. M., Poker, G., Mior, L. C., it is analyzed the increase in individualized production at these two rural settlements, contrasting with the idealized collectivism as a strategy for crop production and animal reproduction, which is typical of social movements such as those that advocate for Land Reform settlements – understood as places of political/social articulation, of cultural values and traditions, places for constructing new social alliances to improve techniques for political decisions, which comprise usual settlers' way of life (Ferrante, V. L. S.). The research has shown those settlements as spaces for social integration in which family groups and their strategies for crop production and animal reproduction gather momentum, though there has been equally observed the presence of some dissociating elements in the power relationships there, phenomena that are recurrent in any social group.

By means of visits to the sites, guided interviews, and daily field search notes it was noted that ABUQT does not allow its members to participate in conflicts when they are in the process of occupying new lands. For this reason, at the moment of occupying the land, it was noted a stronger adherence to this association especially by Pentecostal groups of the so-called first wave churches: Assemblies of God, Christian Congregation in Brazil, and Pentecostal Christian Church in Brazil. Later, as the settlements are already established, the collective experience lived during the occupation process is not sustained, giving place up to individual productive actions in the field. Simultaneously to this, the religious practices of the Pentecostal Protestants and the Catholics – left aside during occupation – are resumed.

Provided that ABUQT on the one hand has characteristics that meet the expectations of the Pentecostal people in the groups, on the other hand, the community from the Evangelical churches showed the 'pacific' behavior that association needed for its political interests then. It is, thus, to use a Weberian term, a case of elective affinity between the social and economic interests of this pseudo-social movement and the religious principles of the Protestants.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1- Trajetória da pesquisadora.....	07
2- O lugar do diário de campo na metodologia da pesquisa qualitativa.....	14
3- Entrevistas: o documento da pesquisa qualitativa.....	19
4- O Papel do entrevistador e a flexibilidade da metodologia de pesquisa.....	23
5- Flexibilidade na metodologia de pesquisa.....	26

CAPÍTULO I - O INDIVIDUAL E O COLETIVO NOS ASSENTAMENTOS: A ORDEM DAS COISAS.

1- Modos de vida.....	31
2- Experiências coletivas: a convicção dos mediadores.....	37
3- Ascensão à categoria de produtor rural, produtor familiar ou camponês?....	44

CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DA ABUQT NUM CAMPO DE DISPUTAS: ASSOCIAÇÃO OU MOVIMENTO SOCIAL?

1- Histórico do movimento Brasileiros Unidos Querendo Terras.....	59
2- Antigos posseiros: velhas e novas práticas.....	65
3- Década de 90: Reforma agrária de mercado e a efervescência dos movimentos sociais.....	71
4- Os projetos e a coordenação dos movimentos nos assentamentos.....	77
5- A ABUQT fora dos assentamentos Primavera e Tupanciretã.....	81

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DO MATERIAL DE CAMPO

1- A constituição das igrejas nos assentamentos: o antes e o depois.....	97
2- Situações de conflitos e religiões: uma contradição?.....	112
3- Origem ou vocação rural?.....	122
4- As religiões e os padrões de sociabilidade e ajuda mútua.....	126
5- Relações familiares.....	131

6- As mulheres.....	135
7- Padrões morais de conduta.....	137
8- Fichas de entrevistas: outros relatos de campo.....	140

CAPÍTULO V - A RELAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

1- O tipo de ação social dos movimentos sociais: Seria a ABUQT um movimento social?	151
2- O conflito e a criminalização: ainda hoje o Estatuto da Terra.....	157

CAPÍTULO VI – MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS

As manifestações religiosas no assentamento e o diálogo com a sociologia clássica.	168
---	-----

CONCLUSÃO:

Católicos e protestantes: afinidades eletivas com a ABUQT.....	176
--	-----

BIBLIOGRAFIA.....	181
-------------------	-----

ANEXO I – Mapas dos assentamentos Primavera e Tupanciretã – Presidente Venceslau/SP.....	186
ANEXO II – Modelo da ficha de entrevista.....	187
ANEXO III – Estatuto da Associação Brasileiros Unidos Querendo Terras (ABUQT).....	188

INTRODUÇÃO

1- Trajetória da pesquisadora

Por ser neta “de caipiras paulistas” que migravam pelo interior de São Paulo trabalhando e administrando as colônias rurais, não raros foram os passeios em sítios e bairros rurais com a família durante minha infância, o que influenciou meu gosto pelo meio rural. Por isso, é prazeroso realizar a pesquisa de campo: as prosas, as entrevistas, o diário, o amassar barro, o colher a fruta no pé. Às vezes brinco dizendo que pesquisa deveria ter apenas o campo.

Além da vivência familiar, os doze anos de pesquisa em assentamentos rurais imprimiram a marca registrada de socióloga rural em minha história de vida. Durante este período algumas pausas foram dadas por falta de financiamento de projeto de pesquisa, ou por não estar vinculada a programa de pós durante dois anos (2003-2005), o que me proporcionou viver outras experiências profissionais que enriqueceram meu aprendizado e meu currículo.

O meu apreço pelo meio rural me levou a aceitar o convite de alguns colegas do curso de ciências sociais da UNESP (no qual ingressei em 1993) para visitar o Assentamento Bela Vista, com intuito de participar da festa junina que acontece todos os anos e mobiliza grande parte da população da cidade. Já naquela época costumava olhar curiosamente a realidade que me cercava sem mesmo saber que estava exercitando minha porção pesquisadora. A relação de amizade se estendeu aos estudantes que participavam do NUPEDOR (Núcleo de Estudos e Documentação Rural) da Unesp, pois eram eles que organizavam as excursões para as festas no assentamento.

No mesmo período em que cursava ciências sociais, consegui um emprego como secretária na sede municipal do PT (Partido dos Trabalhadores), onde tive o primeiro contato com a então vereadora Vera Botta.

Em 1996, por intermédio desses amigos e da Professora Vera, fui convidada para participar do Censo Nacional da Reforma Agrária,

organizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Censo teve como objetivo dimensionar o número de famílias atendidas pelos programas de assentamentos e conhecer os tipos de produção agrícola praticada por elas. Os recenseadores eram estudantes de várias universidades públicas, dentre elas a UNESP de Araraquara com pesquisadores do NUPEDOR, sob a coordenação da Profa. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante. A equipe de pesquisadores contava com mais três estudantes do curso de Ciências Sociais, além de mim. Ficamos responsáveis por quatro assentamentos no estado de São Paulo: o Bela Vista do Chibarro, em Araraquara; o Primavera e o Timboré, em Andradina e o Reunidas, em Promissão.

Ao final de cada tarefa cumprida, reuníamos-nos para o jantar e inevitavelmente começávamos a conversar sobre o dia de trabalho e o que tínhamos percebido com os nossos olhares de jovens pesquisadores. Após ricas discussões, chegávamos a um consenso no grupo: os dados quantitativos coletados por nós não revelavam, de forma efetiva, a realidade dos assentamentos de reforma agrária. Tal fato instigou-nos a investigar mais profundamente a realidade em questão.

Eu era a única do grupo que não integrava a equipe do NUPEDOR como pesquisadora bolsista. Quando retornei das viagens, fui convidada pela Profa. Vera Botta a integrar a equipe, como pesquisadora de iniciação científica do CNPq. Na época, o projeto integrado do núcleo chamava-se: *Assentamentos Rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades*, com vigência de 1996 a 1998. Formaram-se, no núcleo de pesquisa, subgrupos para o trabalho, de acordo com diferentes áreas de interesse, entre elas a religião. Este projeto integrado levou o grupo de pesquisadores do NUPEDOR a participar do X Congresso mundial de sociologia e economia rural, realizado no Rio de Janeiro em 2000, o que gerou reconhecimento positivo por parte do CNPq pelo grande número de trabalhos apresentados.

Diante do desafio de escolher uma das áreas de interesse do projeto para estudar e discutir, as visitas de campo foram fundamentais para escolhê-la. Na medida em que ia a campo, o que me chamava a atenção era a quantidade de igrejas construídas na agrovila do assentamento. Talvez minhas

observações tenham se voltado para elas, em razão de algumas experiências anteriores vividas por mim. Uma delas, o fato de meu primeiro emprego ter sido o de auxiliar de escritório da Igreja Matriz de N. S. do Patrocínio, na cidade de Jaú (quando tinha apenas 14 anos); outra, a minha militância no movimento de Pastoral da Juventude Estudantil, no período em que cursava o ensino médio, um movimento católico cuja linha de atuação era a teologia da libertação, uma segunda versão da JEC (Juventude Estudantil Católica).

Minha primeira tarefa como pesquisadora foi mapear as diversas religiões existentes naquele espaço que possui 176 famílias. Há uma igreja católica, herança da antiga Fazenda Tamoio, e as igrejas Congregação Cristã do Brasil, Assembléia de Deus e Adventista do Sétimo Dia (doravante indicadas pelas suas siglas, respectivamente CCB, AD e ASD), todas construídas na agrovila em parte do lote de moradia de algum fiel. Ao conversar com as pessoas, percebia a presença de outras manifestações religiosas não necessariamente vinculadas à construção de um templo. Era o caso da comunidade católica, que se reunia nos lotes de produção, pois algumas famílias haviam deixado de morar na agrovila e passado a residir no “sítio”¹, onde se concentra o trabalho, pois alguns lotes ficam a 5 km da agrovila o que dificultava a locomoção. O mesmo acontecia com a comunidade da Assembléia de Deus que se reunia na casa de um morador do lote por não possuir templo construído.

Para além dos templos estavam os movimentos pastorais, num misto de trabalho político e religioso, orientado pela teologia da libertação, compondo aquele espaço desde sua organização em 1989, representados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) integrada por Católicos e Metodistas, responsáveis por incentivar projetos coletivos e de participação política dos assentados. As informações a respeito deste movimento pastoral chegaram por meio do Barone, pesquisador do Nupedor que desenvolveu pesquisa participante como membro efetivo da CPT durante o processo de constituição do assentamento. No momento em que realizava minha pesquisa, entre os anos de 1997 a 2002, não havia mais presença do grupo da CPT. Segundo consta, o movimento começou a desmobilizar-se no ano de 1994.

¹ Os assentados chamam de sítio o lote de produção.

Já a Pastoral da Criança, cujo objetivo é combater a desnutrição infantil, era considerada, também, uma manifestação religiosa presente no assentamento, porém com pouca participação das famílias por se tratar de um espaço onde não havia graves problemas de desnutrição, pois os quintais possuíam hortas, pomares, criação de galinhas etc., proporcionava uma alimentação adequada.

Por meio do que via e ouvia, aos poucos, descobria várias facetas das manifestações religiosas. Percebi, então, que estudar o tema assentamento e religião poderia me levar a desvendar uma realidade até então pouco estudada. Esses anseios culminaram na minha dissertação de mestrado na área de sociologia: *Entre o céu e a terra: um estudo sobre as religiões no Assentamento Bela Vista do Chibarro*, defendido na FCL - Unesp de Araraquara, concluída em 2003.

A pesquisa buscou compreender a ação/relação das formas da religiosidade, especialmente o pentecostalismo, com as relações sociais constituídas em uma situação de assentamento. Discuto também o trabalho da CPT, voltado para a organização política e econômica das associações e cooperativas, e sua importância na história da formação do assentamento. Pude ver que a diversidade de escolhas religiosas interfere no processo de organização interna e de produção, e na sociabilidade, marcada pelo conflito, do plantio de cana.

Concluído o mestrado me afastei um pouco da pesquisa e também da UNESP de Araraquara, pois apesar dos bons amigos e de ter aproveitado ao máximo o que a universidade podia oferecer, havia passado dez anos da minha vida estudando e pesquisando naquele local, por este motivo senti necessidade de mudar.

Optei por ser professora nas escolas públicas e particulares, durante um curto espaço de tempo. No ano de 2004 recebi uma proposta para trabalhar em São Paulo coordenando projetos para formação e inclusão de jovens no mundo do trabalho por meio de ONGs com recursos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Mas a minha porção pesquisadora não dormia, e minha curiosidade parecia não estar saciada com as respostas que encontrara no

Assentamento Bela Vista. Sentia a necessidade de conhecer outras realidades, outros modelos de assentamentos, e voltar ao trabalho de pesquisa.

Aproveitei minha estada na capital e me inscrevi como aluna especial na disciplina Religião e Sociedade, do programa de pós-graduação em sociologia da USP. Neste período tive a oportunidade de conhecer o professor Lísias Nogueira Negrão, que ministrava o curso. Tive grata surpresa em saber que ele havia orientado várias dissertações e teses referentes aos temas religião e assentamentos, e, além disso, foi orientando da professora Maria Isaura Pereira de Queiroz. Escrevi um projeto de doutorado contendo novas indagações e apresentei-o no programa de sociologia na USP, indicando o Prof. Lísias para ser meu orientador.

Vários questionamentos foram levantados no projeto apresentado: Quais são as opções religiosas das pessoas em outros assentamentos? Os tipos de produção agrícola em diferentes assentamentos são semelhantes? A relação entre conflito da ocupação e religião é contraditória? As religiões valorizam o núcleo familiar assim como os projetos estatais de reforma agrária? Na medida em que os questionamentos aumentavam, maior era o anseio por continuar a pesquisa em assentamentos rurais.

Os laços de amizade e de trabalho construído no período em que estava no NUPEDOR — atualmente redesenhado, integrado pelos pesquisadores da UNIARA de Araraquara e da UNESP de Presidente Prudente —, me lavaram a conhecer uma nova realidade estudada pelo grupo: o Pontal do Paranapanema. Apesar do meu distanciamento, retomei o contato com os grupos que estudam sociologia rural por meio de participação de congressos da área.

O Pontal do Paranapanema, localizado a oeste do Estado de São Paulo, é a menina dos olhos dos pesquisadores que estudam assentamentos, pois a região comporta mais de cem deles distribuídos em 32 municípios. Por ser um local onde há grande concentração de assentamentos, seu histórico contém muitos conflitos de ocupação e lutas pela terra.

Essas grandes concentrações de assentamentos e de movimentos sociais proporcionam um vasto campo de pesquisa, dificilmente sofrerá o que Pires (2008) chama de “saturação”. Quando Pires fala em

saturação não necessariamente esta falando em esgotamento, fala sim, de conhecer novas realidades pouco estudadas. Assim como o autor, me refiro ao excesso de pesquisa em alguns locais de fácil acesso ou de maior visibilidade por estarem em municípios que possuem universidades e núcleos de pesquisa, o que não acontece nas regiões pouco pesquisadas. No caso do Pontal, há inúmeras pesquisas, mas por ter vasto campo de pesquisa e por haver muita dificuldade de acesso, há ainda muito a ser desvendado.

Embora a visita a campo me traga boas lembranças e faça parte da minha história de vida, nem sempre o trajeto e a organização para ir a campo é tarefa fácil, principalmente no que diz respeito aos assentamentos de Presidente Venceslau. A realidade mostra que alguns percalços como a má qualidade das estradas de acesso, as más condições climáticas, a falta de transporte², interferem diretamente no deslocamento para a realização da pesquisa. Para poder realizar a pesquisa, foi necessário o aluguel de um carro para que não houvesse problemas de deslocamento.

Fosse dia de sol, a estrada de terra não trazia problemas, mas em dias de chuva, ou posteriores a eles, transitar nas estradas do assentamento não era tarefa fácil. Atolamos, escorregamos, quase rodamos, um verdadeiro “rally”, que algumas vezes, foi impossível nossa ida até o assentamento. O problema se agravou porque optei por fazer pesquisa nas férias escolares, pois meus companheiros pesquisadores estudavam na UNESP de Presidente Prudente e só poderiam ter dedicação integral a pesquisa em janeiro e fevereiro, um período de muita chuva.

Por este motivo, quando leio o artigo da Vera Botta intitulado *Aventura Sociológica* (1999), remeto logo ao sentido literal do título, pois para ser pesquisador assentamentos devemos ter nossa porção “aventureira”.

Apesar da questão climática, foram os estudantes da UNESP os responsáveis por eu não realizar uma pesquisa solitária, tanto do ponto de vista da presença física, como das discussões a respeito do que tínhamos visto ao longo do dia, principalmente durante a confecção do diário de campo. A experiência de ter novamente a presença de estudantes da UNESP (desta vez de Presidente Prudente) nas pesquisas de campo, me fez lembrar as

² Não há ônibus que circulem diariamente entre a cidade e o assentamento, com exceção do transporte escolar, que fornece “carona” aos moradores que não possuem carro e precisar ir até a cidade.

experiências de pesquisa durante o período em que participei do NUPEDOR. Geralmente aos domingos, enchíamos a Kombi da UNESP de Araraquara e íamos aos assentamentos, depois, nos reuníamos para discutir a relação entre o que vimos e o que era estudado.

Nossas conversas proporcionavam um olhar diversificado a respeito da realidade estudada, visto que nossos focos de pesquisa eram diferentes. Novos laços de amizade, novos resultados de pesquisa, estabeleciam entre nós ideais de ajuda mútua comum entre pesquisadores rurais, assim como acontece no interior dos assentamentos.

Nas primeiras visitas ao campo, a comparação com os assentamentos por mim estudado foi inevitável, afinal, eu possuía uma bagagem de conhecimento que não poderia e nem deveria ser dispensada. Pude constatar que naquela região, os assentamentos que foram formados recentemente (cerca de dez anos) — como é o caso do Primavera I e II e Tupanciretã, no município de Presidente Venceslau — têm outro modelo de constituição que não de agrovila, ou seja, há apenas os lotes de produção³: local onde os assentados constroem as suas casas para morar e trabalham. Uma área chamada de institucional é designada para a escola, o posto de saúde (quando há), local para reuniões etc., geralmente localizada na sede da antiga fazenda. Uma geografia bastante diferente da vista no assentamento Bela Vista do Chibarro.

Outro fato importante a ser relatado é a maneira como cada processo de ocupação aconteceu por meio de diferentes movimentos sociais. Na época, a então fazenda Bela Vista do Chibarro foi ocupada por trabalhadores rurais com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, pois reivindicavam a terra em troca do valor dos direitos trabalhistas, não pagos pela Usina Tamoio, que faliu. Já as ocupações dos assentamentos Primavera e Tupanciretã, resultam das ações do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e do ABUQT (Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra). Esta comparação não passaria de uma simples constatação se não fosse pelo fato de haver uma maior adesão dos pentecostais pelo segundo movimento considerado por eles “pacífico”.

³ Ver mapa dos assentamentos Primavera e Tupanciretã - anexo I.

Então, com este importante dado em mãos, ao visitar os assentamentos de Presidente Venceslau, novamente meu olhar voltou-se para a presença das igrejas. Pude constatar que há presença de católicos e de pentecostais das religiões AD Assembléia de Deus, CCB Igreja de Cristo Pentecostal do Brasil, doravante designada ICPB. Ao estabelecer nova comparação entre os assentamentos de Araraquara (estudado no mestrado) e os de Presidente Venceslau, observados por mim, dois pontos chamaram-me a atenção: primeiro, a presença das igrejas pentecostais consideradas igrejas pentecostais da “primeira onda”⁴ e Igreja Católica; segundo, a adesão dos assentados a produções geralmente praticadas por grandes produtores e monocultores, no caso de Araraquara a cana, no caso de Presidente Venceslau a pecuária leiteira e de corte.

Apesar dessas semelhanças, me coloco diante de uma nova realidade, que reporta a novas indagações. Ao escolher o objeto de estudo, aos poucos se constituía e se definia o problema da pesquisa. Esses primeiros dados referentes às análises comparativas implicaram no desenvolvimento de uma perspectiva metodológica qualitativa, geralmente utilizada pelos pesquisadores da área rural, dotada de certa flexibilidade para analisar uma realidade perene.

2- O lugar do diário de campo na metodologia da pesquisa qualitativa.

A sociologia brasileira possui tradição na área da pesquisa rural, por meio dos estudos clássicos de Antonio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz, dentre outros, conhecidos por mim ainda na graduação, o que me

⁴ Segundo Paul Freston, o movimento pentecostal brasileiro pode ser dividido em três ondas. A primeira, chamada pentecostalismo clássico, abrangeu o período de 1910 a 1950 e iniciou-se com a fundação da CCB e da AD. A segunda onda começou a surgir na década de 1950, quando dois missionários norte-americanos da International Church of The Foursquare Gospel criaram a Cruzada Nacional de Evangelização. Em seguida, fundaram a Igreja do Evangelho Quadrangular. Logo depois surgiram: O Brasil para Cristo, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Casa da Bênção etc. A terceira onda, a neopentecostal, teve início na segunda metade dos anos 70. Fundadas por brasileiros, a Igreja Universal do Reino de Deus (Rio de Janeiro, 1977), a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Brasília, 1992) e a Renascer em Cristo (São Paulo, 1986) são suas principais representantes.

levaram a pensar qual seria a importância de desvendarmos estudos de caso do meio rural.

Hoje, adentrar ao campo da sociologia rural não tem sido tarefa fácil diante de tantas pesquisas referentes aos diversos fenômenos do meio urbano, que parece ter ganhado espaço após o declínio do chamado êxodo rural. Como o boom dos movimentos sociais na década de 90 e a formação de vários assentamentos rurais, a pesquisa rural volta a se destacar e um grupo resistente de pesquisadores a mantém viva com muitos resultados positivos de pesquisa.

Embora o grupo de pesquisadores da área rural seja sólido e presente, e ainda hoje, apresente demandas de pesquisas, parece ser um campo em que ao mesmo tempo está em expansão e retrocesso. Para se ter uma idéia no ano em que entrei no doutorado juntamente com meus dez colegas, era a única que optara por estudar assentamento.

O universo dos assentamentos nos traz uma gama de possibilidades de pesquisa, que aguça o sentido do pesquisador para estudar aquela realidade. No entanto, existem assentamentos que são exaustivamente estudados, enquanto outros nunca receberam a presença de um pesquisador, o que faz a pesquisa no meio rural possuir muitos caminhos a serem desvendados.

Por estes motivos, ter apreço pelo estudo do meio rural e possuir olhar curioso em relação à realidade que o cerca são requisitos importantes para se tornar um bom pesquisador, porém apenas essas qualidades não bastam. É necessário estarmos abertos para novas descobertas, novos fatos, cientes de que o objeto da pesquisa não se constrói de uma maneira puramente empírica, mas sim, em consonância com a análise teórica que promove a sua construção progressiva. Por isso, a necessidade de desenvolvermos métodos e técnicas de pesquisa para chegarmos aos dados de maneira eficiente.

O sociólogo rural, de maneira geral, traz em sua trajetória, algumas características importantes do ofício de etnólogo: o trabalho de campo, a observação, o registro e conseqüentemente a descrição, sendo o caderno de anotações denominado de diário de campo, sua principal ferramenta de trabalho. Os autores Jaccoud e Mayer, afirmam que tal técnica

de registro, conhecida como observação direta, há tempo é utilizada por pesquisadores do meio rural.

“A observação direta foi igualmente muito utilizada no estudo das comunidades rurais, principalmente por volta do final do século XIX, na França, por influência de Le Play, iniciador do método monográfico na sociologia”. (JACCOUD & MAYER, p. 258, 2008)

Ao enveredarmos no campo da sociologia rural, temos a difícil tarefa de desenvolver a técnica de registro, assim como comenta LOPES (2002):

“Quando comecei a produzir meu diário de campo percebi que esta atividade exigia uma postura disciplinada e um esforço de memória muito grande, além de uma vigilância intensa para não tratar os sujeitos como exóticos e não me deixar contaminar pelo urbanocentrismo que está presente no pensamento científico em geral”. (LOPES, 2002, P. 135)

Ex-pesquisadora do NUPEDOR, a autora me fez refletir o quanto era dada importância ao diário de campo no interior do núcleo, tanto por parte das coordenadoras, como dos mestrandos e doutorandos que nos auxiliavam nas visitas a campo. Com objetivo de não constranger os assentados, era confeccionado após a visita, ou quando retornávamos das atividades, por isso a memória deveria ser nossa principal aliada naquele momento.

Ao dedicarmos reuniões inteiras para discutir o diário, este era o primeiro instrumento de pesquisa aprendido por nós, mesmo tendo passado pela disciplina de técnicas e métodos de pesquisa. Investir na compra de um caderno brochura e fazer um bom registro, era condição para nos tornar “sociólogos rurais”, pelo menos dentro do NUPEDOR.

Durante as discussões tratávamos o diário de campo como registro do olhar analítico e hipotético do pesquisador a respeito da realidade em que está observando, além disso, as anotações poderiam conter angústias, dificuldades, medos, descobertas do pesquisador, pois a observação, por vezes, distanciada, pressupõe vivências.

Com isso, aprendemos que a precisão das informações registradas, a riqueza de detalhes (a descrição densa) buscada pela memória é o que dá o caráter documental ao diário. Mesmo porque, as informações vêm de conversas informais, principalmente depois que desligamos o gravador, momento em que há uma tendência maior em falarem o que não deveria ser

gravado. O diário de campo consegue dar conta destas questões, pois mesmo sem revelar o autor da informação, o dado pode ser registrado e entrar no rol de dados para melhor compreendermos a realidade estudada.

Nesta pesquisa de doutorado, esta técnica de registro foi amplamente utilizada, pois a constatação de que por um lado a ABUQT possui características que vem ao encontro dos anseios pentecostais, por outro, os ideais pentecostais interessa a ABUQT, está melhor documentada nos diários de campo, pois a discussão a respeito do caráter pacífico deste movimento, contraditoriamente a conduta do MST, compõe o discurso dos assentados de uma maneira geral, o que nem sempre conseguíamos gravar.

Este instrumento pode conter informações que devem ser registradas de maneira metódica, considerando três espécies de anotações (JACCOUD & MAYER): a empírica, a metodológica que consiste no desenvolvimento da própria pesquisa e sua integração com o meio pesquisado. As anotações teóricas, como o próprio nome já diz, visam ao estabelecimento da relação entre a teoria e o empírico.

O diário de campo é o instrumento primeiro, o que antecede a todas as outras técnicas e pode ser utilizado já na pesquisa piloto, uma importante atividade para mapear a realidade dos assentamentos, utilizada antes mesmo de escrevermos o projeto de pesquisa. Já nesta primeira visita lançamos mão do registro, sem portar nenhum outro tipo de metodologia para coletar informações que chegam até nós por meio das conversas informais.

Em se tratando de um estudo de caso, o fato relevante levantado por meio da pesquisa, pode levar a uma conexão de estudos teóricos amplos ou outras realidades. Pires aponta as várias perspectivas para a seleção do caso:

“A pertinência teórica (em relação aos objetivos iniciais da pesquisa), as características e a qualidade intrínseca do caso, a tipicidade ou a exemplaridade, a possibilidade de aprender com o caso escolhido, seu interesse social, sua acessibilidade à investigação.” (Pires, 2008, p.183).

O estudo de caso começa a se configurar na medida em que desenvolvemos a construção do problema da pesquisa. Estudar um caso, não se trata propriamente de detectar uma patologia social, mas sim, proporcionar

a revelação da sua originalidade. Um bom estudo de caso é aquele que apresenta um bom problema de pesquisa, e segundo Pires,

“... permite também compreender algumas questões relativas às transformações sociais e culturais, pois se pode apreender a cultura e os mecanismos sociais em ação, a partir dos fenômenos ‘normais’, rotineiros, que, sem serem extremos ou excepcionais, revelam-se como excelentes fios condutores para a análise de diferentes aspectos da sociedade.” (PIRES, 2008, p. 192-193).

A descrição em profundidade, a riqueza de detalhes é que tornará o estudo de caso um caso único. Por isso, o instrumento de pesquisa fundamental e inseparável deste tipo de pesquisa é o diário de campo, um dos principais instrumentos de registro da pesquisa qualitativa, quando falamos em metodologia de estudos em assentamentos rurais.

Após este primeiro contato realizado por meio da pesquisa piloto, agendamos as entrevistas a serem gravadas, tendo em mãos o levantamento a respeito das lideranças, membros das igrejas, ou seja, pessoas de suma importância para entendermos aquela realidade, e as primeiras indagações a respeito da realidade daqueles assentamentos. Assim sendo, possui um papel importante no mapeamento das pessoas que serão entrevistadas, a relação delas com a comunidade e as diferentes impressões dos assentados. Podemos detectar também, qual a reação que os assentados têm em relação à presença do pesquisador naquele espaço, antes de gravar as entrevistas.

Tão importante quanto às entrevistas gravadas, relatos de vida, análise documental, o diário de campo, segundo Jaccoud e Mayer: *“Trata-se, ainda, de uma análise qualitativa, uma vez que entram em jogo anotações para descrever e compreender uma situação, mais do que números para enumerar as freqüências de comportamentos”*. (JACCOUD & MAYER, p. 254, 2008)

A técnica até aqui abordada faz parte do roll da pesquisa qualitativa e analítica que pressupõe olhares subjetivos em relação à realidade pesquisada, sendo nesta tese, uma das principais dela.

Concordo com a afirmação de Costa (2002), de que as anotações do diário de campo exigem do pesquisador captar detalhes e utilizar

a memória para que possa fazer análise em profundidade⁵. A descrição do espaço, gestos, intervenções, vestimentas, podem ser descrita, garantindo a riqueza de informações. Ajuda-nos a construir a história dos sujeitos em diferentes espaços, que muitas vezes revelam informações subjetivas.

A descrição é subjetiva ao olhar observador do pesquisador, o que faz com que os questionamentos sejam constantemente revisados ao longo do processo da pesquisa, para que o registro tome a forma de documento tornando-se prova da veracidade da realidade observada para justificativa desta tese.

O esforço intelectual da descrição dos dados mediado pela reflexão teórica, permite a dialética intersubjetiva, que segundo COSTA (2002) é o: *“processo no qual a discussão teórica em profundidade e o lembrar do pesquisador tornam possível a descrição densa”*. (Costa, 2002, p. 151)

Sendo assim, o diário de campo se configura como uma das principais metodologias qualitativas da pesquisa do meio rural por seu caráter documental subjetivo que prima pela memória e reflexão em profundidade do pesquisador.

3- Entrevistas: o documento da pesquisa qualitativa.

Quando nos deparamos com problemas referentes às metodologias de pesquisa, logo se coloca o debate referente à dicotomia qualitativo x quantitativo, assim como é posta também a dicotomia objetivo x subjetivo. Meu esforço durante todo o processo de pesquisa considerando a história de vida, a constituição de identidades, o aspecto humano, torna-se muito mais evidente a necessidade de priorizar a pesquisa qualitativa com foco no sentido subjetivo, e nas nuances da representação da realidade implícita na fala dos assentados.

Longe de desconsiderar a pesquisa quantitativa e sua importância, afinal seus dados são importantes para conhecermos a realidade de uma maneira geral, a pesquisa qualitativa pode apresentar uma riqueza de

⁵ O olhar pode ser registrado também por meio de fotografia, o que contribui para a confecção do diário e ajuda o pesquisador a compreender e visualizar melhor aquele espaço, assim como demonstra a tradição jornalística.

detalhes, principalmente se considerarmos a diversidade de grupos e diferentes histórias de vidas dos assentamentos. Mesmo porque, nesta pesquisa, foram utilizados alguns dados quantitativos do levantamento pela prefeitura de Presidente Wenceslau em parceria com a UNESP. Além disso, dados quantitativos em relação ao número de templos construídos saltam aos olhos, e não devem ser descartados.

Utilizando a teoria de Deslauriers, podemos dizer que as amostras gerais dizem respeito aos estudos quantitativos gerais, homens, mulheres, igrejas etc. As amostras específicas dizem respeito à pesquisa quantitativa, pois está relacionada diretamente com o problema pesquisado, como por exemplo: quem entra em determinado movimento, trajetória religiosa, origem como arrendatários, etc. Esses dados qualitativos nos proporcionaram um retrato geral de um todo heterogêneo, que apenas o pesquisador que se utiliza deste tipo de pesquisa tem condições de desvendar. Nesse sentido, Deslauriers afirma que o pesquisador deve estar preparado para ser surpreendido pela realidade que se revela:

Segundo Deslauriers:

“O pesquisador qualitativo não vai a campo somente para encontrar respostas para suas perguntas; mas também para descobrir questões, surpreendentes sob alguns aspectos, mas, geralmente, mais pertinentes e mais adequadas do que aquelas que ele se colocava no início”. (p. 148, Deslauriers, 2008).

O autor compreende a pesquisa como um processo de construção onde os problemas e indagações surgem ao longo dos trabalhos. Por este motivo, tentar encontrar o problema de pesquisa já nas primeiras visitas e procurar encontrar respostas prontas por meio de questionários fechados, limita a construção do problema da pesquisa por meio do processo.

Ao elaborar o plano para a pesquisa qualitativa optei por fazer um roteiro dirigido, mas não fechado, para contemplar diferentes assuntos abordados pelos assentados durante a entrevista. Diante deste contexto, vou ousar chama-lo de método de entrevista semi-dirigida.

Na maior parte do tempo, o pesquisador formula conceitos durante o processo da entrevista, então cercar o entrevistado procurando sempre enquadrá-lo num questionário pode significar o empobrecimento da pesquisa, visto que a riqueza de detalhes e de dados muitas vezes aparecem

nas falas que excedem ao roteiro. No entanto, para que esses dados possam trazer a tona questões reveladoras para a pesquisa é necessário ter organização metodológica para que estas não se percam durante o processo. Trabalhar sem um roteiro, pode nos deixar escapar algumas informações fundamentais que estão diretamente ligadas ao problema da pesquisa.

O método de trabalho com um roteiro aberto, por mim utilizado está mais próximo da entrevista não dirigida no que diz respeito à liberdade que é dada ao entrevistado, além de proporcionar uma entrevista menos fragmentada. Por se tratar de uma pesquisa relacionada a membros das igrejas, não raro foram às vezes em que extrapolavam o roteiro fazendo pregações.

Certa vez entrevistei uma liderança religiosa durante o mestrado, e optei por fazer entrevista não-diretiva. Realizei uma valiosa gravação de três horas de pregações, contando curas e feitos da igreja, mas com tanto tempo de conversa, informações importantes e objetivas ficaram para trás. Temos de dosar, proporcionar a liberdade para falar e ao mesmo tempo saber intervir quando necessário. Esta se torna uma das principais qualidades do pesquisador.

A liberdade para falar, ou até mesmo para não falar, os deixava bastante a vontade conosco. Como diz Poutart: *“Gozando de um máximo de liberdade para se expressar sobre o ou os temas da pesquisa, ele é mais capaz de fazê-lo segundo suas próprias categorias e sua própria linguagem.”* (Poutart, 2008, p.224)

O autor afirma que quando falamos em atores sociais, devemos levar em conta que suas interpretações a respeito da realidade em que vivem não podem ser confundidas com a realidade tal como ela é.

“Um primeiro princípio, tido como fundamental na arte de bem fazer falar, os outros, refere-se à importância de obter a colaboração do entrevistado. Para que a entrevista seja válida, entendida no sentido de produção de um discurso que seja o mais verdadeiro e o mais aprofundado possível, considera-se essencial que o entrevistado aceite verdadeiramente cooperar, jogar o jogo, não apenas consentido na entrevista, mas dizendo o que pensa, no decorrer da mesma”. (Poupart, p. 228)

Partilho desta concepção de Poutart de que o entrevistador tem o papel de facilitador na construção do conteúdo da fala, suas intervenções têm o objetivo de facilitar a livre expressão dos pontos de vista, passando a ser

um mediador do conhecimento científico e do senso comum, da visão do assentado e da sua própria visão, o que não significa, neste caso, ser um interventor do processo de organização daquele meio.

Baseando-me nos conceitos de Poupart, os momentos de não direcionamento das entrevistas proporcionam uma maior flexibilidade do método que deixa o entrevistado livre para abordar os assuntos que ele julgar pertinente. Nesse sentido, o assentado expõe várias facetas das suas experiências de vida, como trabalhador, membro do movimento, membro da associação, pai, mãe, pastor, artista etc.

Ao se tratar de agricultura familiar, os indivíduos que compõem a família trazem uma gama de dados e diferentes visões que apenas um membro da família não traria. A visão do homem, da mulher, do jovem, da criança em relação ao assentamento é deveras distinta. Realizar entrevistas no local onde moram, fazendo referência à sua religião, seu lazer, seu trabalho etc., é muito importante para que os questionamentos façam sentido para ele e consiga chegar o mais próximo da realidade possível. Hoje e contrariamente ao que é preconizado na abordagem voltada à padronização, entrevistar uma pessoa na presença de uma outra, por exemplo, um cônjuge, ou ainda, como o aponta Burgess (1984), fazer entrevistas de grupo, não são mais situações vistas como inapropriadas. Ao tomar contato com a família em seu próprio lote de produção, os efeitos são positivos no que diz respeito à aproximação do real. Pois,

“A crítica mais importante a respeito da padronização concerne, no entanto, à impossibilidade de esta eliminar o que, na perspectiva positivista, denomina-se os “efeitos de contexto”. (Poupart, p. 241)

No assentamento, por se tratar de situações em que a família está de uma maneira geral reunida, seja no trabalho ou em casa, o ambiente proporciona a conversa com mais pessoas. Foi o caso da entrevista com o Sr. José Ferro, D. Lenir e Sr. Clodoaldo. Também com D. Regina e Sr. Cícero, Salomé e Pedro, assim por diante. Inclusive, esta é uma maneira de dar voz à mulher, que muitas vezes entra no diálogo com intuito de ser ouvida.

Quando tratamos do roteiro da entrevista, é necessário destacar a existência de um viés que norteie o problema da pesquisa, para que não corramos o risco de termos informações frágeis a respeito dos temas que

queremos estudar. Segundo Poupart, numa abordagem metodológica da entrevista qualitativa, três tipos de argumento se destacam: o de ordem epistemológica, de ordem ética e política e de argumentos metodológicos. Para o autor:

“Finalmente, há uma opinião amplamente divulgada na maioria das tradições sociológicas, segundo a qual o recurso às entrevistas, malgrado seus limites, continua sendo um dos melhores meios para apreender o sentido que os atores dão a suas condutas (os comportamentos não falam por si mesmos), a maneira como eles representam o mundo e como eles vivem sua situação, com os atores sendo vistos como aqueles em melhor posição para falar disso”. (Poupart, 2008, p. 217)

A meu ver, mais do que a busca da verdade, a verossimilhança faz sentido, pois não apenas a interpretação do pesquisador está em jogo, mas também a interpretação do assentado a respeito da realidade.

Nesse sentido, as entrevistas tornam-se documentos escritos, que serão utilizados pelos pesquisadores das ciências sociais, que tentarão demonstrar sua visão da realidade ou até mesmo convencer o leitor da plausibilidade da sua interpretação.

4- O Papel do entrevistador e a flexibilidade da metodologia de pesquisa.

Não podemos desconsiderar a reciprocidade das trocas no tempo que permanecemos nos assentamentos, passamos a fazer parte da história daquelas pessoas, assim como elas passam a fazer parte da nossa história de vida, período em que aprendemos muito conjuntamente. Por se tratar de uma pesquisa em que os atores têm diferentes trajetórias, origens, religiões, movimentos sociais, alguns relatos apresenta-se como história de vida, embora este não seja o enfoque metodológico.

As diferentes condutas por parte dos assentados em relação à presença do pesquisador, não devem ser desconsideradas, pois todos os elementos que compõem uma pesquisa empírica: gestos, silêncio, desvio de assunto etc. tem seu significado. Deslauriers aponta:

“A resistência das pessoas ou dos grupos que serão pesquisados, a escolha dos informantes, as reações psicológicas a determinadas situações e os papéis que pode desempenhar o pesquisador de campo, são percebidos como muitas das realidades com as quais é preciso compor.” (p. 139, Deslauriers, 2008).

Embora, seja uma realidade a resistência das pessoas em fornecer entrevistas gravadas, eu particularmente, não tive grandes problemas ao abordar as pessoas. É sempre necessário ganhar a confiança do entrevistado, deixá-lo a par da sua pesquisa, sinalizando para uma relação transparente entre pesquisador e entrevistado, pois assim como afirmam Jaccoud e Mayer “*Toda pesquisa que se refere a indivíduos e grupos sociais é passível de suscitar problemas éticos*”. (JACCOUD & MAYER, p. 278, 2008)⁶ É necessário desenvolver um padrão de confiança mútua para que haja informações mais próximas da veracidade.

No caso desta pesquisa, a resistência em falar é mais comum durante as abordagens referentes às questões religiosas, e o silêncio diante de uma questão pode ter grande significado. Quando isso acontece, está na hora de reavaliar a questão e a conduta, desenvolver outra estratégia para continuar a entrevista. Entre todas as pessoas que procurei para entrevistar, tanto nos assentamentos pesquisados durante o mestrado, quanto nos de Presidente Venceslau, apenas uma mulher, membro da CCB se recusou a dar entrevista. Todos eles estavam prontamente dispostos a conversar, num clima, geralmente muito amigável.

Algumas pessoas estavam dispostas a conversar, nos fornecer dados, mas tinham “vergonha” de falar na presença do gravador, outras falavam pouco. Por isso, desenvolvi como estratégia de pesquisa uma ficha descritiva⁷, com o roteiro das principais informações a ser coletadas para a tese. Quando as informações extrapolavam as questões, o registro era feito no verso da ficha, e principalmente no diário de campo.

No caso dos assentamentos estudados, seus integrantes possuem discursos que oscilam, ora são a favor de participarem do movimento, ora não; ora afirmam ser de determinada igreja, mas não tem placas⁸, ora criticam as demais igrejas demonstrando suas divergências, e assim por diante. Estas nuances configuram um sujeito que tem várias facetas de participação social. No entanto, a oscilação a respeito de determinadas

⁶ Com tantos aparatos tecnológicos, os gravadores digitais são cada vez menores, pode levar alguns pesquisadores a gravar conversas sem que o assentado descubra, esbarrando no caráter ético da pesquisa.

⁷ Ver modelo de ficha descritiva - anexo II.

⁸ O termo “*não ter placas*” é utilizado pelos evangélicos quando discursam a respeito possibilidade de freqüentarem outras igrejas evangélicas, sob a alegação de contemplarem o mesmo Deus independentemente da religião a qual pertencem.

opiniões, pode significar uma maneira de tentarem se esquivar das respostas do pesquisador, que ele julgue inconveniente.

O nível de aprofundamento da pesquisa e o grau de confiança estabelecido com os assentados dependem da escolha de uma boa inserção no meio rural. De acordo com os autores JACCOUD e MAYER, existem diferentes modelos de atuação do pesquisador. O modelo da passividade, onde o pesquisador colhe os dados de maneira descritiva, observando o cotidiano dos grupos. O distanciamento é uma via de acesso ao conhecimento objetivado.

No modelo da impregnação, o pesquisador se insere no grupo estudado, segundo o procedimento de que o pesquisador deve passar por um processo de socialização no meio que ele pesquisa. Deve dar conta da realidade dos atores vivendo as mesmas situações e problemas. Há também o modelo da interação, onde o pesquisador se insere num procedimento construtivista, que dá conta da realidade por interagir enquanto ator social. Às vezes fica difícil falar em observação neste caso porque não há distanciamento entre sujeito e observador. O pesquisador torna-se objeto e sujeito da pesquisa. Neste caso, nossa própria presença enquanto pesquisador não apresenta distanciamento.

Não optei por fazer uma pesquisa participante, por não ter envolvimento direto com os assentamentos, por meio de projetos e assessorias, assim como tem os pesquisadores da UNESP, e também porque, como diz Jaccoud e Mayer, a lentidão desse método e os altos custos financeiros tornam-se limites.

Para os autores a tendência é que o termo observação participante desapareça em detrimento do termo pesquisa de campo, por se tratar mais da relação que o pesquisador estabelece com seu universo social do que a investigação. Se considerarmos o momento em que permanecemos no assentamento, semanas, quinzenas, meses inteiros, passamos a integrar aquele espaço, nesse sentido a afirmação do autor nos é pertinente.

“Tremblay (1985:31) também se preocupa com as dimensões éticas da observação participante: não tomar partido; explicar os objetivos do trabalho e a utilização dos resultados; não exercer pressões sobre os informantes para obter informações; garantir a discricção no processo; implantar uma seção de informação pública para avisar as elites locais sobre os procedimentos de observação e permitir-

lhes entrar em contato com os observadores, etc.” (JACCOUD & MAYER, p. 280, 2008).

Muitas vezes o pesquisador se insere como mediador principalmente no que diz respeito aos projetos coletivos, que julgam mais viáveis do que projetos individuais e utilizam o poder do saber para influenciar as pessoas. A disposição de mediar um debate acerca da organização em torno da produção ou da constituição de uma cooperativa ou associação, às vezes revela necessidade de uma prática que não é almejada pelo assentado, numa tentativa de valorizar o conhecimento acadêmico, em detrimento do cotidiano e das experiências de vida. Deslauriers vê duas possibilidades:

“Haveria, portanto, dois modos de conceber e de construir o objeto da pesquisa: para uns, é preciso conhecer para modificar; para outros, é preciso conhecer para conhecer melhor. A pesquisa qualitativa pode superar essa divergência, associando-se aos praticantes de ação social e aos membros dos movimentos sociais.” (p. 133, Deslauriers, 2008).

A dicotomia pesquisa participante x pesquisa “não-participante”, tende a desaparecer no momento em que por meio da nossa pesquisa, damos vozes aos movimentos sociais, às igrejas, aos produtores familiares e as pessoas que são críticas a esses segmentos sociais.

É muito importante respeitar as convicções dos assentados, sejam elas políticas, religiosas, culturais etc., e não tentarmos impor nosso juízo de valor justificado pelo saber científico. Temos que analisar o nosso próprio preconceito e entender que as concepções deles são diferentes das nossas. Neste ponto, a neutralidade faz sentido. No entanto, a neutralidade se esvai no que diz respeito à interpretação do pesquisador por meio do olhar crítico, ao procurar conhecer e entender a realidade em profundidade num espaço onde se estabelece a diversidade de relações e de convicções dos assentados.

5- Flexibilidade na metodologia de pesquisa.

No primeiro capítulo “A ordem das coisas”, discutimos como o assentamento se configura por um espaço de diversidade e de constituição de um novo modo de vida, pautado em novos padrões de identidade que vão se constituindo numa junção entre a história e o cotidiano. Segundo Ferrante,

“O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos, administrados por relações de parentesco, de vizinhança, por religiosidade é atravessada por mecanismos de poder, nos quais clientelismos e expressões da cultura da dívida se fazem presentes, objetivando criar redes de dependências e (dês) organização interna.” (Ferrante, 1999, 50).

A pesquisa em assentamentos tem um caráter dinâmico sem um modelo unívoco para pesquisa. Pessoa se baseia nas análises de Ferrante e afirma: *“Não bastassem constituir um fato social em andamento, portanto em aberto, eles tangenciam diversas áreas do conhecimento por sua inegável polissemia”* (PESSOA, 1999, p. 25).

Os assentamentos se encontram em rede de relações, cujas discussões não estão demarcadas por fronteiras rígidas, conseqüentemente não conseguimos utilizar em nossas análises conceitos rígidos. Nem sempre as estratégias familiares convergem com os padrões estabelecidos pelos projetos de assentamentos e nem sempre estão no sentido contrário aos princípios de integração capitalista. Essa integração se dá, como já disse anteriormente pelo fato de os assentamentos estarem localizados em regiões altamente capitalizadas, conforme comenta Ferrante:

“A diferenciação de suas trajetórias não afasta a discussão da construção de uma identidade. Até que ponto sujeitos históricos se unem em torno de um movimento de luta pela terra constroem uma nova identidade? O circuito rural-urbano-rural que realizaram para chegar à condição de assentados envolve o movimento e sua memória – migração e representação – vida e memória”. (Ferrante, 1999, p. 44)

No texto a autora não se refere a uma identidade absoluta, mas a construção de uma identidade ao longo do processo considerando desde a história no momento em que ainda não eram assentados. Desde a época de estudos no NUPEDOR, compreendemos o assentamento como espaço de contradições, que ora está pautado nas histórias individuais, ora nos padrões de sociabilidade, o que demonstra oscilação na postura dos assentados de acordo com a necessidade da conquista pela terra e a organização da produção.

“Só uma teoria científica, ‘posta em ação’ na pesquisa empírica, como aponta Bourdieu (BOURDIEU, 1989) pode dar conta desse movimento tenso e contraditório.” (Ferrante, 1999, p. 49).

Diante deste cenário, a pesquisa qualitativa se torna fundamental para entender esta realidade tão complexa, pois somente os números não revelam a matéria prima dos assentamentos.

Pires em seu texto: *Amostragem e pesquisa qualitativa*, afirma que todo trabalho científico parte de três premissas: A primeira é a qualidade científica que depende muito mais do fato de ser bem construída, do que propriamente o que a amostra de dados traz; a segunda é o estabelecimento de uma boa relação entre as escolhas teóricas e técnicas da pesquisa; e a terceira é não ter a metodologia como um meio de ditar regras absolutas, mas sim uma ferramenta para analisar e refletir a respeito do objeto da pesquisa em vias de construção.

Essa terceira premissa tem uma relação direta com a realidade do assentamento a ser pesquisado, como já disse anteriormente, por não se tratar de um meio homogêneo e estático, demonstrando a necessidade da flexibilidade em relação à pesquisa. Pires aponta:

“Notem que as pesquisas, tanto quantitativa como qualitativa, são obrigadas a tornar mais flexível sua ligação com o universo de análise, para produzir um conhecimento heurístico”. (p. 179, Pires, 2008) *“Em primeiro lugar, é próprio da pesquisa qualitativa ser flexível e descobrir-construir seus objetos, à medida que a pesquisa progride. Consequentemente, a amostra pode, às vezes, modificar-se consideravelmente, no decorrer do processo, em relação ao delineamento de pesquisa”.* (PIRES, p. 154, 2008)

Esta flexibilidade faz-se necessária nos estudos de um universo que parece simples, mas é extremamente complexo. A maneira como está constituído o assentamento, em torno de um novo modo de vida em que as pessoas estão se adaptando a ele, bem como constituindo novos padrões identitários e de sociabilidade com os demais assentados, exige do pesquisador um olhar atento e flexível para compreender as nuances da pesquisa que irá compor o objeto de estudo, melhor dizendo, o estudo de caso.



Estrada sem pavimentação que liga a cidade de Presidente Venceslau aos assentamentos Tupanciretã e Primavera.



Reunião dos alunos da UNESP (na antiga sede da fazenda, onde hoje é o Primavera) antes da realização das atividades do projeto de esporte e lazer em parceria com a prefeitura de Presidente Venceslau e UNESP. Fevereiro de 2008.



Reunião com assentados e alunos da UNESP de Presidente Prudente em fevereiro de 2008, para organização das atividades de lazer aos domingos no assentamento Primavera. Projeto em parceria da UNESP com a prefeitura municipal de Presidente Venceslau.



Atividade organizada pelos alunos da UNESP, participantes do projeto de esporte e lazer em parceria com a prefeitura de Presidente Venceslau e UNESP. Piscina da antiga sede da fazenda, onde hoje é o assentamento Primavera.

CAPÍTULO I - O INDIVIDUAL E O COLETIVO NOS ASSENTAMENTOS: A ORDEM DAS COISAS

1- Modos de vida

Ao realizarmos pesquisas em assentamentos nos deparamos com diferentes histórias de vida: ex-trabalhadores rurais, ex-meeiros, ex-arrendatários, trabalhadores urbanos filhos e netos dos “caipiras nômades”, que demonstram em sua prática cotidiana uma pluralidade de vivências, apresentando-nos questões que transcendem ao aspecto econômico das análises. Essas diferentes características constituem padrões identitários responsáveis pela forma como os assentados irão se organizar em torno da produção e dos projetos estatais de apoio à reforma agrária. Diante desta questão, pretendo discutir a opção dos assentados pela produção individual, diferentemente da proposta de organização coletiva idealizada pelos movimentos sociais e assessores intelectuais.

Para aprofundar tal discussão, foram analisados textos de vários autores a respeito de seus estudos sobre assentamento, como José de Souza Martins (2003) que estudou 5 assentamentos, sendo um em cada região do país; Geraldo Poker (1999) que estudou o assentamento Sumaré em São Paulo; Mari Conceição Dincao e Gerárd Roy (1995) que pesquisaram assentamentos de São Paulo, Vera L. S. Botta Ferrante (2002 & 2007) que escreve a respeito do Assentamento Bela Vista, Jadir de Moraes Pessoa (1999) a respeito de assentamentos em Goiás, Luiz Carlos Mior (2005) que pesquisou assentamentos do oeste de Santa Catarina e Ricardo Abramovay (1998) que firma o conceito de agricultor familiar.

Antes de partirmos para análise da organização coletiva e individual no assentamento, veremos que ao assumirem a condição de assentados, passam a constituir um novo modo de vida, formado a partir da diversidade das histórias de vida, das relações de parentesco, vizinhança e poder que se estabelecem e da diversidade cultural de que são portadores. Este novo modo de vida está pautado nos ideais de solidariedade e de ajuda mútua que os motivam.

“Compreendo modo de vida como espaço de articulação e práticas, valores e tradições, construções de novos laços sociais de mecanismos de decisão

política. Nossa pesquisa tem mostrado o assentamento como espaço de integração social, no qual ganham destaque os grupos familiares e suas estratégias de produção/reprodução, mas igualmente tem sido detectada a presença de elementos desagregadores nas relações de poder, nas disputas internas, na violência de gênero, que perpassa a relação homens/mulheres, fenômenos recorrentes em qualquer grupo social” (MACIEL, 1999, p. 125).

Este novo modo de vida proporciona para nossas análises um novo campo social que é o assentamento, composto por sujeitos que ora estão em posição de subalternidade e parecem submergir em sistema de controle e poderes, ora estão prontamente dispostos e organizados para desenvolver estratégias referentes à viabilidade da agricultura familiar. Nesse sentido, considero o assentado um sujeito social histórico dotado de acumulação de lutas passadas que devem ser levadas em consideração. No caso dos assentamentos estudados remete-se também a uma herança rural.

Para melhor compreender o assentamento como espaço social, remeto-me aos estudos de Ferrante, que o compreende como: *“espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa”*. (FERRANTE, BARONE, 2002, p. 03)

Podemos afirmar que o assentamento configura-se como espaço social, onde diferentes formas organizativas são recriadas, ou seja, a reinvenção do rural. Assim como afirma José de Souza Martins, o morar no sítio, é mais do que habitar, é estabelecer um modo de vida proporcionador de maior integração com a natureza, associado a um maior enraizamento e junção entre trabalho e moradia. Esta análise nos remete também ao que Abramovay fala a respeito do modo de vida do assentado, que embora novo, traz em suas histórias de vida características dos camponeses tradicionais como: todo espaço rural é chamado de sítio; padrões de vizinhança, assentamentos que possuem agrovilas remontando às antigas “colônias” rurais.

Embora existam inúmeras discussões a respeito da configuração dos assentamentos como espaço semelhante ao urbano, entendo que estes se configuram como espaço tipicamente rural descartando a idéia de rururbano⁹, idéia esta que enfatiza o rural não agrícola como estratégia de

⁹ Principalmente os estudos de José Graziano que o chama de Novo Rural. (GRAZIANO da SIVA, Campinas, 1999).

desenvolvimento. José Graziano da Silva (1999) analisa o espaço do assentamento como extensão do urbano e defende atividades econômicas, que são consideradas por muitos como “não rural”. Cada vez mais os assentamentos se configuram como espaços sociais rurais, principalmente aos que em sua maioria são formados por pessoas que possuem origem rural.

Mesmo levando em consideração a diversidade das histórias de vida, e da sociabilidade dos assentados, o principal debate acerca do assentamento está pautado na viabilidade econômica, cujo foco é a produção individual e a produção coletiva. Não podemos esquecer que muitas vezes a viabilidade econômica está vinculada à fertilidade da terra, à relação da produção com a comercialização e a cadeia produtiva local.

De uma maneira geral os assentamentos se encontram em regiões altamente capitalizadas pelo agronegócio, onde os projetos de reforma agrária são implantados por se tratar também de regiões onde há maior concentração de latifúndios improdutivos ou terras devolutas.

Por este motivo, os assentados, ora tentam se inserir no mercado como produtores de matéria prima para o agronegócio, como é o caso da cana e do leite, ora procuram se inserir nas cadeias produtivas, com padrões, muitas vezes associados aos produtos locais artesanais, orgânicos/agroecológicos. Ambas as estratégias de produção e comercialização, na maioria das vezes individualizadas, tem por objetivo manterem-se como agricultores familiares. José de Souza Martins, afirma que a entrada da monocultura nos assentamentos pode remeter à idéia de individualismo, mas na verdade é uma tentativa de integração com a modernização. Sua defesa é de que a reforma agrária só é viável se integrarem o novo modo de vida ao próprio do mundo moderno. Martins afirma:

“O assentado é um sujeito orientado para o moderno, voltado para o mercado e para modernização. Sua luta é mais uma luta pela inserção na economia moderna e globalizada e nos seus benefícios econômicos e sociais, do que para refluir ao modo de subsistência”. (MARTINS, 2003, p. 231)

Há por parte dos assentados uma tentativa de integração ao mercado modernizado, mas nem sempre possuem apoio por parte dos órgãos estatais para que esta ocorra. Diante da dificuldade de comercialização dos

produtos, integrar o mercado agrícola local fornecendo matéria prima torna-se uma alternativa de sua manutenção no assentamento.

Para Martins, existe nos assentamentos o que ele chama de *sujeito oculto*, “aquele que possui a prática cotidiana vivencial longe das teorias e das ideologias.” (Martins, 2003, p. 10). É um sujeito real, obrigado a viver a duplicidade de orientações.

“É esse sujeito vivencial a complicada personagem deste livro. Complicada porque sociologicamente ambígua, marcada pela indefinição situacional própria de uma inserção social duplamente orientada, dividida entre a de trabalhador e a de proprietário de terra, entre subsistir e lucrar. Essa ambigüidade carrega referenciais de classe social contrapostos e leva, não raro, a uma problemática prática bifronte, de dupla orientação”. (MARTINS, 2003, p. 12)

Podemos entender por duplicidade de orientações a que os próprios órgãos estatais, responsáveis pela reforma agrária, incentivam a produção tradicional de milho, algodão, feijão, hortaliças, que nem sempre conseguem ser comercializados e a tentativa de produzirem algo que tenha comercialização garantida, e conseqüentemente renda garantida. Esta contradição muitas vezes aparece em seus discursos, ao mesmo tempo em que afirmam ser importantes os projetos coletivos, produzem individualmente. Ao mesmo tempo em que defendem agriculturas alternativas, produzem leite para as grandes agroindústrias.

Essa característica do sujeito da reforma agrária, não faz dele, segundo Martins, um sem-terra, mas sim um sujeito impersonificável. O fato de pertencerem a um mesmo projeto não os faz possuir uma identidade coletiva, pois são os discursos que se modificam de acordo com os problemas, gerando uma espécie de identidade provisória de sem terras. É o sujeito que faz a reforma agrária segundo a sua convicção e não uma convicção externa. Esse sujeito social é invisível aos olhos dos militantes. Para o autor,

“O caso de Araraquara denota um grande preconceito do grupo mais identificado com a reforma agrária em relação ao grupo com menos estruturas. Grupo que, com mais facilidade, aderiu à tentação de arrendar as terras obtidas para os plantadores de cana-de-açúcar, uma negação prática da própria reforma agrária que o beneficiou”. (MARTINS, 2003, p. 33)

Tendo pesquisado este assentamento durante o mestrado, a meu ver, neste caso não é uma questão de preconceito, mas de ideologia em favor da reforma agrária, frente à necessidade de ter retorno financeiro rápido

para resolver problemas de financiamentos relacionados a projetos de reforma agrária, como é o caso do PRONAF, PROCERA etc. Alguns deles, sem capacidade empreendedora, num primeiro momento, compram carro, cavalo, arrumam a casa com esses recursos, e acabam não investindo o suficiente na produção. Desenvolvendo o que o próprio autor chama de cultura econômica parasitária.

Por estarem em regiões altamente capitalizadas são assediados pelas empresas para aderirem ao agronegócio do gado, da cana, colocando-os em condições de pseudo-assalariados. Arrendar é uma resposta às dificuldades. Incentivados pelos mediadores a se envolverem em projetos coletivos, ou até mesmo em solicitar crédito para viabilizar a produção, ficam com as dívidas a serem pagas. Buscam a resolução dos problemas no próprio meio rural.

Martins afirma que é comum ver nos assentamentos estudados proprietários de lotes em condições de arrendatários, só que desta vez eles arrendam sua terra para grandes empresas do agronegócio.

“Os cinco estudos de caso reúnem evidências de que o sujeito da reforma agrária, além de ser o produto residual dessas desagregações e transformações, é também um sujeito social peculiar, bem diferente do sujeito de contrato, individualizado, que pode pactuar com o Incra seu ingresso num programa de assentamento. E bem diferente também do sujeito supostamente coletivo que a categoria de sem-terra faz supor, a partir da experiência dos acampamentos e da ideologia coletivista de alguns assentamentos controlados pelo MST”. (MARTINS, 2003, p. 54)

Hoje, é cada vez menor o controle que o MST possui em relação a quem entra no movimento, ao mesmo tempo em que há abandono por parte do movimento dos que se estabelecem como assentados, por isso buscam as alternativas de produção que estão ao seu alcance. A tentativa de integrar a produção ao mercado do agronegócio e a falta de apoio por parte dos movimentos sociais após a constituição do assentamento, são os primeiros fatores que levam o assentado a produzir individualmente.

A produção individual praticada pelos assentados muitas vezes é vista pelos movimentos sociais, e demais mediadores como individualismo, egoísmo, falta de solidariedade, uma visão externa que não leva em consideração os problemas reais vividos pelos assentados, o que Poker chama de intolerância ao individualismo.

Segundo o autor, há enganos em relação às análises a respeito da rejeição ao trabalho coletivo por parte dos assentados, pois o fato de produzirem individualmente não os torna individualistas. A princípio a opção pela produção individual é evidente, mas não aparece como convicção, ao contrário: os discursos revelam maior rejeição ao individualismo, uma contradição se relacionarmos discurso (de uma maneira geral relatam a importância de trabalharem coletivamente sempre enfatizando a falta de união entre eles) e prática (produção individualizada). Há sim, por parte dos assentados, muita dificuldade em lidar com as pessoas que não despendem o mesmo tanto de esforço de trabalho que ele, fazendo-os não acreditar no coletivo.

É incomum encontrar no assentamento pessoas que fazem opções claras pelo individualismo, com exceção da experiência vivida por D'Incao e Roy que detectaram nos assentamentos estudados por eles o chamado "*grupo dos individuais*". "*Havia no local pesquisado, uma tensão (ou conflito) entre os interesses pessoais dos trabalhadores e os ideais associativistas das lideranças*". (ROY e DINCAO, 1995, p. 77).

Ao mesmo tempo, a realidade da pesquisa tem nos mostrado a baixa adesão aos projetos coletivos, muitos deles fadados ao fracasso, e uma opção maciça pelo individualismo. O trabalho coletivo é abandonado por inúmeros motivos: problemas pessoais, desejo de regular seu próprio horário de trabalho, dificuldade em dividir os lucros da produção, experiências fracassadas, falta de confiança nos líderes, abandono dos órgãos governamentais (e demais mediadores) etc.

Ao fazermos a abordagem a respeito da produção individual versus produção coletiva, corremos o risco de deixar de lado organizações coletivas cujos objetivos são outros que não a produção, como por exemplo: as festas "sagradas e profanas", a construção de igrejas, a luta pelo direito à escola, atendimento médico, etc., tendo no mutirão (embora esporádico) a atividade coletiva mais utilizada nos assentamentos. No livro *Os parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido (2003) diz que na sociedade caipira a manifestação mais importante é o mutirão. Ajuda a solucionar o problema da mão-de-obra nos grupos de vizinhança, por causa da dificuldade de remuneração.

No caso dos assentamentos, os mutirões geralmente acontecem quando estão organizando festas, principalmente as religiosas, ou construindo uma igreja. Isso demonstra que o assentado não é essencialmente um sujeito individual que despreza o coletivo, mas sim que não se sente contemplado na organização de grupos para produção e comercialização coletiva como é o caso das cooperativas.

O exemplo da doação de produtos e prendas para as festas religiosas independentemente das religiões (católicos doam para protestantes e vice-versa, mesmo sem participarem da festa), revela que a sociabilidade, na maioria das vezes, está ligada ao lúdico, às rezas, aos encontros religiosos. O mutirão não é obrigação para com as pessoas e sim para com Deus, é um gesto piedoso, um gesto de amizade, uma obrigação moral. Estes elementos das diferentes formas de sociabilidade dos assentados criam no entorno dos grupos uma espécie de código de conduta que leva à economia moral, a ser discutida por mim posteriormente.

O fato de a discussão a respeito do individual e do coletivo estar pautada na questão econômica, faz sentido se considerarmos que os projetos de assentamentos têm por objetivo a geração de renda por meio da viabilidade da produção. No entanto, movimentos sociais, assessores pesquisadores, órgãos estatais, focam sua atuação na viabilidade dos projetos coletivos como forma de garantir sucesso na produção e comercialização. Há, neste sentido, o estabelecimento de um conflito entre os que chamamos de mediadores e os assentados, que por terem vivenciado experiências de trabalhos coletivos fracassados resistem às propostas externas.

2- Experiências coletivas: a convicção dos mediadores

Diante deste cenário, são inúmeras as discussões a respeito da produção individualizada e coletivizada nos assentamentos rurais de reforma agrária. Idealizada pelos mediadores representados por órgãos governamentais, intelectuais e movimentos sociais, a produção coletiva é defendida como tábua de salvação para os problemas do assentamento. Longe desta ideologização, encontramos na maioria dos assentamentos a produção individual baseada no trabalho familiar. Por se tratar de projetos de reforma

agrária, alguns órgãos do governo e os próprios movimentos sociais, na maioria das vezes fomentam a formação de cooperativas e associações, cujo objetivo é a obtenção de êxito na produção e comercialização.

Na tentativa de torná-los sujeitos participativos do processo, projetos coletivos são propostos (ou até mesmo impostos) pelos mediadores, que assumem a tarefa de convencê-los. Nesse sentido, os projetos coletivos e os ideais coletivistas, de uma maneira geral vêm de fora para dentro, numa relação vertical entre as lideranças/mediadores (técnicos do governo, líderes dos movimentos sociais, assessores etc.) e os assentados.

Embora existam vários tipos de mediadores, cada qual tem seu papel e sua convicção a respeito do coletivismo, representados por três tipos de mediação: a dos órgãos governamentais (INCRA e ITESP), movimentos sociais e assessorias prestadas por pesquisadores/intelectuais, geralmente vinculados a alguma universidade.

A preocupação dos mediadores do Estado é com a viabilidade econômica e com a sustentação de projetos implantados pelos órgãos governamentais, o que muitas vezes se restringe simplesmente à concessão de implementos agrícolas, como doação de tratores, tanques de resfriamento de leite etc. Reivindicações como escola, transporte, médicos nos locais, projetos culturais, esporte e lazer, ficam em segundo plano.

O Estado, representado pelo INCRA ou no caso de São Paulo, pelo ITESP, ao mesmo tempo incentiva a formação da cooperativa ou associação para fornecimento de equipamentos, enquanto em relação aos projetos de produção incentivam a agricultura familiar individualizada. Atualmente, no Brasil, vêem-se os órgãos estatais como gestores da implantação dos projetos de Reforma Agrária e fornecedor de mecanismos e financiamentos que proporcionem o desenvolvimento da família no campo. Portanto, a idéia de que hoje existe um “camponês” brasileiro foi substituída, na década de 90, pela categoria “produtor familiar” (conceituada por Abramovay) quando se inicia o “boom” de ocupações e distribuições de terras, reivindicações acerca da distribuição de terras, e conseqüentemente, a implantação de projetos de reforma agrária.

Os assentados queixam-se da ausência e da ineficiência dos técnicos dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, que segundo eles,

aparecem apenas no momento em que os movimentos sociais pressionam para que haja resolução de alguns problemas como: a concessão de terras para assentamentos, a implantação de projetos, financiamento de equipamentos etc. Segundo Poker,

“Essa característica do Estado em agir a reboque dos movimentos sociais, em intervir emergencialmente apenas depois de receber as pressões, talvez expresse bem a quase generalidade dos tipos de projetos de assentamentos efetivados no Brasil até hoje”. (POKER, 1999, p. 64)

Na maioria das vezes, os mediadores e principalmente os movimentos sociais que organizam e acompanham o grupo durante o processo de ocupação, os abandonam durante a organização do assentamento, tornando este um dos motivos de desmobilização dos grupos. Em alguns casos, isso acontece, porque não possuem estrutura e nem lideranças para acompanhar o processo. O objetivo final da luta pela terra, parece ser a própria terra, uma necessidade imediata, sem perspectiva de reforma agrária como projeto nacional e meio para se chegar ao socialismo, assim como pensam os movimentos sociais.

Diante desta realidade, assim como afirma D’Incao e Roy, alguns grupos se formam em torno de questões específicas, como por exemplo, a concessão de um trator, de um tanque de resfriamento de leite, enfim, de diferentes equipamentos.

O fato de esses implementos serem cedidos pelos órgãos governamentais a associações e cooperativas, leva os assentados a se organizarem coletivamente em função do recebimento de um equipamento, por exemplo, sem passar por um processo de formação e constituição do coletivo, um dos motivos pelos quais não há consolidação do grupo.

Os movimentos de uma maneira geral, principalmente o MST, são orientados pela corrente marxista e vêem nos assentamentos coletivistas embriões do socialismo e mecanismos de controle do movimento, onde conscientizar significa muitas vezes persuadir.

Na visão do MST, a propriedade individual, além de significar a aquisição de um bem privado, a gestão familiar (à maneira camponesa como escreve Poker) por ser artesanal torna-se inviável e não proporciona a sobrevivência do trabalhador, além de deixá-lo menos comprometido com a

luta pela terra. No entanto, uma conjuntura em que dificilmente um trabalhador sem terra chega à condição de assentado com plena possibilidade de tornar sua pequena propriedade uma empresa, a produção individual também pode não se sustentar, obrigando-o a desfazer-se da terra.

Quando digo para as pessoas que estudo assentamentos, elas logo corrigem: você estuda o MST? Ao contrário da idéia pré-estabelecida pelo senso comum, os assentamentos nem sempre são organizado pelo MST, embora este seja o maior movimento de luta pela terra no país e estar constantemente na mídia. Sindicatos de trabalhadores rurais, a CPT¹⁰ e uma gama de outros movimentos sociais dissidentes ou não do MST organizam a luta pela terra em várias regiões do país.

É comum vermos o coletivismo funcionar melhor durante o período do acampamento do que do assentamento, pois os movimentos sociais estão mais próximos. Deveria ser mais “natural” a via coletiva, mas a trajetória de isolamento e rompimento, muitas vezes marcada pelo preconceito e processo de criminalização dos movimentos, leva os assentados à individualização. Talvez o processo de educação e formação do MST durante o período do acampamento não tenha sido o suficiente para incorporarem a idéia dos riscos da produção individual e da viabilidade do trabalho coletivo. Com isso, o elo entre eles durante o processo de ocupação desaparece depois que se tornam assentados. Pessoa comenta:

“Ao participar dos acampamentos, vivenciam experiência de divisão igualitária de tarefas, sob a precariedade de uma barraca de lona, integrou um grupo com alto poder de organização, mas também com um rígido controle moral”. (PESSOA, 1999, p. 234)

A maneira de se organizaram dentro do acampamento varia de acordo com o movimento. No caso dos assentamentos pesquisados, a organização coletiva permitia inclusive a resolução de problemas individuais. As famílias ficavam durante o final de semana no acampamento e durante a semana voltavam para a cidade para trabalhar, estabelecendo uma espécie de revezamento no acampamento. Esses tipos de acampamento, embora expressem ideais de solidariedade, companheirismo e parentesco não

¹⁰ Quanto realizei minha pesquisa de mestrado, percebi que havia por parte dos pentecostais, uma maior disposição para produzir individualmente, assim como detectou também, Jadir de Moraes Pessoa. Os católicos, principalmente os ligados a CPT, adeptos da teologia da libertação possuem uma maior disposição para o coletivo.

garantem um vínculo coletivo que possa ser levado ao assentamento. No caso específico desta pesquisa, há abandono por parte dos mediadores tanto do MST, quanto da ABUQT, que abandonaram os assentados já nos primeiros anos, onde estes ficaram em lotes provisórios para que o ITESP testasse a capacidade de produção das famílias.

Ao constituírem o assentamento, geralmente, os movimentos tentam organizar cooperativas e/ou associações como alternativas para produzir e comercializar. No entanto, esses projetos não se sustentam e os impulsos individualistas surgem logo após a conquista pela terra.

Para Pessoa, a passagem do acampamento para os assentamentos produz um processo de desencantamento do mundo, em que se sai do mundo da utopia para o mundo do mercado e da produção. Os movimentos sociais não estão preocupados com essa passagem, pois incorporam no cotidiano o mundo da utopia e da luta, por isso continuam insistindo no trabalho coletivo, sem se preocupar com sua viabilidade ou formação dos assentados para tal tipo de atividade. Além disso, no momento da ocupação as diferenças são negadas e, depois, ressurgem no processo de organização e produção do assentamento.

O autor entende que as identidades desenvolvidas pelas mesmas pessoas como acampados e assentados, são muito contraditórias e devem que ser pensadas nas expressões de unidade e diversidade. O autor diz:

“No momento em que se é demandante da terra (no acampamento), estrutura-se um espaço de iguais. Aí as trajetórias distintas dos indivíduos não podem ser determinantes.” No assentamento *“percebe-se claramente que as dissensões e divisões internas existentes nos assentamentos provam que o anseio pela terra, compartilhado pelos demandantes da terra, não sustenta, em si mesmo, um espaço de iguais”.* (Pessoa, 1999, p. 246)

Outro motivo pelo qual isso acontece é que o movimento não tem estrutura e nem lideranças para acompanhar o processo, e o objetivo final parece parar na conquista da terra. Algumas lideranças residem no assentamento, mas como assumem posição de direção, são ausentes por estarem envolvidos nas atividades de coordenação do movimento fora do assentamento.

Sem a ajuda dos movimentos sociais no seu interior, a presença dos mediadores assessores e/ou pesquisadores nos projetos de assentamentos, menos nos momentos de ocupação, contribui para o debate da organização coletiva.

Quando lemos o texto de Poker (1999), que também escreve a respeito dos intelectuais nos assentamentos, parece estar falando da pesquisa de D'Incao e Roy, (1995) em seu livro *Nós Cidadãos*, a respeito de sua experiência de assessoria que prestaram em um assentamento no Estado de São Paulo. Por meio da pesquisa participante relatam a experiência como mediadores, defensores de projetos coletivos como modelos viáveis, cujo papel era de tentar convencer os assentados desta viabilidade.

Poker escreve que os intelectuais, muitas vezes mediadores do processo de ocupação, consideram alienados os assentados que não optam pelo coletivo, o que não necessariamente é o caso dos autores mediadores aqui citados.

Para ele, a preferência pela coletivização representa a necessidade de um desempenho satisfatório do intelectual orgânico, assim como conceitua Gramsci, pois é um meio de levar a massa a superar os limites do senso comum que lhe estava imposto. Se transportarmos a teoria para os dias de hoje, ela se encaixa na idéia de mediador. Afirma:

“O intelectual conseguiu a façanha de capitalizar a experiência comunitária vivida” por necessidade durante o processo de luta pela terra – uma solidariedade mecânica – para construir sobre essa base as relações de solidariedade orgânica, onde o nexos social não se basearia mais na união como imposição de fatores objetivos recorrentes de uma situação imediata, mas sim numa relação de interdependência mútua calcada nas vontades subjetivas (consciência) e numa eficiente divisão técnica do trabalho, estabelecidas pela gestão coletiva da terra e do trabalho no assentamento”. (POKER, 1994, p. 86-87)

Ou seja, o trabalho do mediador intelectual, cujo objetivo é a intervenção na sociedade está ligado à idéia de que o trabalho intelectual só será bem sucedido se apresentar um resultado prático entre os agentes pesquisados.

Poker, também comenta a respeito de como os intelectuais vêem o coletivismo e o individualismo:

“O coletivismo se auto-apresenta como resultante de um pensamento racional e lógico, produto da comparação de vantagens e desvantagens que pode ter em relação à antítese, o individualismo. Coletivismo é teoricamente

elaborado, o individualismo pertence ao domínio do senso comum". (POKER, 1994, p. 387)

Muitas vezes esses mediadores, não levam em consideração as histórias de fracasso relacionadas ao trabalho coletivizado e por isso consideram o trabalho individual como ação alienada.

Outro autor que se coloca como intelectual defensor do cooperativismo é Abramovay, ao afirmar que projetos coletivos podem não apresentar, num primeiro momento, grandes mudanças, mas com o tempo há aumento quantitativo dos elementos da economia social, criando uma nova psicologia econômica que pode resultar na *evolução* da agricultura. Nesse ponto, ele esboça a idéia de que a coletivização pode ser vista como forma social politicamente mais racional e *evoluída* para se chegar ao socialismo, e também proporcionar o desenvolvimento do Estado numa organização planejada do sistema econômico, onde a comunidade torna-se reguladora da economia dos participantes. Partilha das idéias de Chaianov (1974), de que o cooperativismo obriga o produtor a mudar o plano organizacional, o que pode significar um passo para o futuro sistema econômico socialista, pois a descentralização local, sem divisão, tem como consequência inevitável o nascimento de direitos particulares para as comunidades domésticas.

Essa maneira de pensar o desenvolvimento de projetos coletivos em longo prazo, de maneira planejada, se sustentaria se houvesse acompanhamento por parte dos diferentes mediadores desde a ocupação até a consolidação do assentamento, acompanhado por mecanismos que garantam algum tipo de segurança em caso de perda da produção, o que é comum na agricultura. A orientação para gestão da produção, da comercialização e dos recursos financeiros, também se faz necessária, pois muitas vezes esta é uma das principais causas de falência das cooperativas.

Situações de ausência das lideranças, desconfiança e projetos fracassados geram uma série de conflitos internos nos grupos, que contribuem para a opção pelo trabalho individualizado, pois, assim como afirmam D'incao e Roy, estar longe do grupo é estar longe dos conflitos.

As experiências coletivas esbarram nas tentativas fracassadas de obterem recursos financeiros por meio de financiamentos, que diante das dificuldades de pagamento, transforma-se em dívidas para os assentados.

Muitos deles precisam vender a terra, ou até mesmo produzir para grandes agroindústrias como a da cana, ou a do gado, para se manterem na terra e conseguirem quitar a dívida, quando não, voltam a trabalhar na cidade — principalmente as mulheres como empregadas domésticas —, pois precisam de um retorno financeiro rápido.

Para Poker, por não conseguir um excedente comercializável, por desconfiarem de projetos coletivos vistos como fracassados e a imposição de projetos coletivos por parte dos mediadores, faz com retomem a produção individualizada permanecendo às duras penas no assentamento.

Porém, este conjunto de motivos explica a opção pela produção individualizada, mas a discussão não se esgota. A produção individualizada também tem relação com a herança rural dos assentados, que constitui um novo modo de vida que mescla características dos camponeses com novas perspectivas da agricultura moderna.

3- Ascensão à categoria de produtor rural, produtor familiar ou camponês?

Pudemos perceber que a constituição dos assentamentos, desde o processo de ocupação até sua implantação, passa por uma série de mudanças marcadas por oscilações entre fracassos e sucessos na produção e pelos conflitos entre os grupos. A pesquisa nos mostra que a pequena empresa familiar rural tem sido mais vantajosa e obtém mais sucesso do que experiências coletivas. *“Baseadas num modelo ideal e tradicional, as comunidades coletivas implicam na renúncia da propriedade privada”*. (Pessoa, 1999, p. 103). A junção do sentimento de independência camponês com o fracasso da produção coletiva desenha um cenário para a produção individual.

Porém, partiremos para outro ponto de análise que tem relação com a origem ou herança rural das famílias que trazem algumas marcas do campesinato, por se tratar de um estudo de caso nos assentamentos de Presidente Venceslau, onde esta herança foi detectada nas famílias dos assentados marcadas pelo trabalho como arrendatários de terras.

Os textos de vários autores, cujas idéias são ora divergentes, ora convergentes, foram fundamentais para análise. Como escrevi

anteriormente, diante da diversidade e do modo de vida estabelecido no assentamento, é difícil criar uma categoria ou traçar características homogêneas. Alguns autores caracterizam o assentado como novo camponês ou os que proporcionaram reinvenção da cultura camponesa, outros se estabelecem uma nova categoria, a de produtores familiares.

A idéia deste texto não é escolher uma categoria de análise pura e simplesmente para enquadrar o assentado, mas sim discutir se a questão da herança rural culmina na reinvenção do campesinato e sua relação com a produção individualizada, ou se há uma outra categoria chamada de produtor familiar que nada tem a ver com o camponês. Mesmo porque, segundo POKER, há uma dificuldade em caracterizar os *“camponeses sem terra”* como classe social, dada à diversidade das relações sociais e econômicas, mas, se

“conseguem se organizar em movimentos sociais, não é tanto porque desenvolveram uma consciência de classe, que age homogeneizando, atenuando as divergências existentes, mas muito mais porque entre eles é possível ver que há a presença de um “modo de vida” idealizado comum, inscrito sob a forma de “utopia”, que aí pode ser identificado como um projeto camponês no qual os camponeses se reconhecem e buscam a legitimidade dos movimentos”. (POKER, 1994, p 51)

Diante deste comentário, podemos dizer que os assentamentos possuem algumas características do sistema econômico camponês que se encontra fundamentado dentro dos padrões de parentesco e relações afetivas. O núcleo familiar e a unidade de produção e consumo engendram outras formas de cooperação extra-familiares. *“O compadrio e a vizinhança seriam então relações derivantes ou extensões das relações estabelecidas pelo parentesco”.* (POKER, 1994, p. 106) Este tipo de relação está presente no espaço do assentamento, inclusive se considerarmos a relação entre os “irmãos” crentes, parentesco criado independentemente da consangüinidade.

A família camponesa é uma unidade de produção e de consumo, aquela que produz para o próprio sustento assim como escreve Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), característica que se assemelha a da família assentada. A produção nos assentamentos pode ser predominantemente para o consumo ou para comercialização, mas nunca

haverá configuração pura de apenas um dos casos, à medida que o agricultor se especializa e amplia determinado produto, aumenta a escala de produção e deixam de plantar outros.

Os assentados trazem em sua trajetória o anseio pelo direito a terra, pensada como pequena propriedade privada, aquela que garante a subsistência por meio das pequenas granjas, hortas, pomares cultivados nos quintais, e a renda por meio da produção em maior escala, o que gera um sentimento de auto-suficiência e independência.

Para D'Incao e Roy, o motivo da individualização também possui relação com este sentimento de independência, ou seja, ao anseio de ascenderam à categoria de proprietário rural. *“Eles não queriam depender senão deles mesmos”*. (DINCAO E ROY, p. 28). Segundo os autores, a autonomia é algo típico do campesinato e tem relação com sua história de camponês, pois há momentos em que o modelo de coletivização é incompatível com os fundamentos da ordem camponesa. O camponês de que estamos falando é o ex-arrendatário, parceiro ou assalariado rural que desiludidos com o trabalho urbano, ou em sua falta, buscaram o retorno a terra.

Embora hoje alguns autores denominem os assentados camponeses e outros agricultores familiares, o que está sendo levado em consideração é a herança rural destas pessoas, não considerando que haja um camponês, tradicional, mas sim, algumas características permitem considerá-los agricultores. Levando em consideração esta análise, vale lembrar o que Simonetti (1999) escreve a respeito dos trabalhadores de origem rural. Segundo a autora, possuem dificuldade de se organizarem coletivamente, pois têm dificuldades de se sujeitar ao controle de outras pessoas e principalmente do “relógio”, sendo que os trabalhadores de origem urbana são mais suscetíveis a este tipo de produção.

Pessoa em seu livro *A Revanche Camponesa* expõe a necessidade de uma nova concepção de camponês frente ao que ele chama de modernização conservadora. Não diferente do que pensa Poker, Pessoa diz que é necessário o conceito de um novo camponês, ou seja, não tradicional, mas que remete a práticas semelhantes dos camponeses do passado. Baseia-se nos estudos de Woortman, *Com parente não se negoceia*, para afirmar que

o camponês é um *homo moralis*, pois não vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade.

Outros dois autores divergem quanto à existência de um “novo camponês”, e falam em produtor familiar: Luiz Carlos Mior e Ricardo Abramovay. Compartilham da idéia de Martins a respeito necessidade de integração do assentado no mercado moderno. Mior vai além, criando o conceito de ator-rede em que a produção é individual familiar, no entanto as localidades seriam uma soma da energia social resultante da aglomeração individual, uma maneira de contemplar o individual e o coletivo. (MIOR, 2005, p. 34)

Para Mior, a família é indivíduo, uma personificação do familiarístico e do comunitário, cuja identidade dos trabalhadores é construída em torno do trabalho e da ética do trabalho e não em torno apenas da terra.

“O modelo de desenvolvimento rural endógeno passou a combinar o entrecruzamento entre forças externas e locais como categoria central para entender as especificidades e diversidades que levam para a configuração de um mundo rural cada vez mais diferenciado com diferentes chances de sustentabilidade. Esta passa a ser dependente das singulares condições ambientais, sociais, culturais e econômicas de uma região, que permitam abrir espaços para iniciativas locais que surjam de baixo para cima e não no sentido oposto, como era característico dos modelos exógenos”. (MIOR, 2005, p.11)

Com a modernização tecnológica, a agricultura deixa de ser o complexo rural e passa a fazer parte do processo agroindustrial.

“O conceito de agricultura familiar que será aqui adotado é o de Lamarche, segundo o qual a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho serão intimamente ligados”. (MIOR, 2005, p. 65)

Para ele, a agricultura sustentável não está na produção da produção, mas na produção da consciência. *“Os fenômenos econômicos podem estar enraizados nas dimensões política, social, científica e cultural. E nesta perspectiva que acreditamos que a noção de redes sociais pode ser útil para estudar a construção social do mercado”.* (MIOR, p. 198)

Nesse sentido, se os fenômenos econômicos estão enraizados nas dimensões citadas por ele, as raízes do campesinato podem aparecer como determinantes da forma de produzir do assentado, embora enfatize o conceito de produtor familiar.

Ao contrário de Abramovay, que por sua vez, critica a nomeação “campesinato” e valoriza a expressão “agricultor familiar”, parecendo às vezes ser contraditório quando afirma que este possui características do campesinato. Atribui à agricultura familiar uma racionalidade de organização própria que se adapta ao meio econômico e social em que se desenvolve, portanto, tem-se uma variação de comportamento e de ações entre os agricultores. Ao mesmo tempo, os ideais de cooperação e propriedade comum na terra e dos meios de produção não estão fundados na cooperação consciente e voluntária, mas nas conquistas técnicas que o capitalismo desenvolveu.

A partir daí, questiona a teoria de Marx por sua falta de estabelecimento de um conceito claro a respeito do “camponês”:

“É impossível encontrar na estrutura ‘d’O Capital um conceito de camponês’. Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é expressão que não se encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo”. (ABRAMOVAY, 1998, p. 35)

Abramovay diz que a teoria de Chaianov é atual, mesmo na década de 90, pois não atribuiu ao campesinato categorias que não correspondem aos seus modos de vida. O fato de o camponês lidar com os meios de produção e a terra não significa que ele tenha salário e renda da terra. *“Diferente do trabalhador assalariado, o camponês é um sujeito criando sua própria existência”.* (ABRAMOVAY, 1998, p. 59), pois o que determina o interesse do camponês não é a necessidade individual, mas, sim, o conjunto da reprodução familiar.

Não são, portanto, as características especiais da agricultura que explicam a existência do campesinato, mas o contrário. A unidade social familiar não se move por motivações psicológicas individuais, mas por fatores de natureza econômica. Daí talvez, a opção pela produção individualizada.

“A família camponesa cumpre tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas”. (ABARAMOVAY, 1998, p.73)

Num primeiro momento, Abramovay cita Jerzu Tepicht, que estabelece algumas características para identificação do campesinato: unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e família, uso intensivo do

trabalho familiar, natureza patriarcal da organização social. Mais adiante, Abramovay vai se opor a elas. A composição familiar é que define os limites mínimos e máximos do volume de atividade econômica dentro, do que eles chamam de “unidade de exploração doméstica”. Essa força está estritamente ligada à disponibilidade dos membros capacitados da família.

Com o tempo, o conceito de família extensa se esvai, pois muitos jovens buscam empregos nas indústrias para conquistar a independência. O argumento de que o aumento da família significa fartura, pois o tamanho dela produz um aumento na intensificação do capital, não é o único fator a ser analisado por Chaianov. O autor diz que as diferenças dos capitais disponíveis é que nos permitem analisar a influência do capital e não apenas o tamanho da família sobre a unidade de exploração doméstica. Realmente, se utilizarmos o conceito de família extensa para caracterizar o assentado como “camponês”, não conseguiremos sustentar o termo, pois esta é uma característica que os assentados não possuem.

Para Abramovay, com o passar dos anos, não se tem um *ethos tipicamente rural*, pois as famílias começaram a reduzir de tamanho e sofrer influências do mundo urbano, assim como afirma Chaianov ao mostrar a realidade dos filhos que buscam na cidade trabalho e melhores condições de vida.

Mior detectou em assentamentos estudados por ele no Oeste de Santa Catarina, assim como eu detectei nos assentamentos de Presidente Venceslau, que houve um envelhecimento e masculinização da população rural. Essa realidade contrasta com o projeto de agricultura familiar proposto pelo Estado, pois os filhos abandonam os lotes em busca de trabalho na cidade, e os pais continuam seus trabalhos, às vezes sem condições físicas de tocar os trabalhos da roça.

Porém, o fato de a economia agrícola estar baseada na organização da unidade de produção familiar, que não mais a família extensa, não anula as características camponesas dos assentados. Por causa da influência do mundo urbano, o *ethos rural* não seja um tipo puro, porém, é um *ethos* mais próximo do rural do que do urbano.

A racionalidade econômica do camponês é baseada no equilíbrio entre trabalho e consumo, o que caracteriza a sua agricultura como

um modo de vida que não visa o “lucro”. Se a agricultura familiar é a junção dos valores de produção com o de consumo, a alimentação é um elemento básico na composição do valor da força de trabalho, para atingir a subsistência ele converte seu trabalho em bens de serviço.

Abramovay diz que a conduta da família é, porém, explicada por fatores de natureza estritamente econômica e por códigos de conduta partilhados comunitariamente, elemento regulador da economia moral do camponês.

Ao basear-se na concepção de Weber, diz que o “trabalho familiar” torna-se um conceito econômico. Economia camponesa é aquela que liga produtores e consumidores por um código de conduta partilhado comunitariamente. A economia monetária, por um lado, resulta do cálculo objetivo do rendimento da atividade aquisitiva de cada pessoa e seu consumo, por outro, resulta da troca direta (por meio do dinheiro) que satisfaz as necessidades pessoais. As normas para a vida econômica da comunidade doméstica são feitas por meio de “contratos” estabelecidos por padrões de vizinhança e economia moral. Com isso, consegue-se a conservação da unidade familiar, com vistas no apoio econômico mútuo. Seria este o novo conceito de campesinato?

O equilíbrio subjetivo pode ser alcançado por meio das atividades de trocas em situações extremamente diversificadas quanto ao tamanho da família, idade dos membros, níveis de preço, e não apenas pelo conjunto de valores não decorrentes dos vínculos impessoais oferecidos pela objetividade das trocas mercantis. Para Abramovay, o modo de vida camponês está distante da racionalidade capitalista.

Talvez esta característica de o assentado tentar se integrar à agricultura altamente capitalizada, nega em parte uma das características do camponês. Porém, ao realizar esta integração, privilegia a possibilidade da produção individual, e esta sim, é uma característica da herança rural.

Pelo que podemos ver todos os autores acima relacionados, embora apresentem diferenças ao definir camponês, novo camponês ou agricultor familiar, convergem na idéia de que o assentado faz esforço para se integrar ou mercado em que está inserido, e que sua lógica é a da produção individual.

As características de produtores rurais da maioria dos assentados nos levam a reflexão a respeito da reinvenção do rural por meio de práticas que lembram a do campesinato no que diz respeito à agricultura familiar. Esses “*novos camponeses*”, ou assentados, ora desenvolvem estratégias de produção integrada a agricultura modernizada que circunda os assentamentos, ora desenvolvem uma espécie de economia moral que garante sua subsistência e sociabilidade.

A herança rural traz marcas de uma economia moral que tenta sobreviver dentro de uma lógica econômica representada pelo mercado, no caso dos assentamentos pelo agronegócio. Padrões de vizinhança e ajuda mútua, produção individualizada, configuram um padrão típico de organização do assentamento, que transcende os projetos coletivos externos impostos pelos mediadores. Adaptam-se à realidade como os nômades caipiras paulistas que seguiam à procura do melhor lugar para gerenciar e produzir, assim como escreve Cândido (2003).

Barone (1999), afirma que a reinvenção de uma cultura camponesa se expressa por meio de códigos de reconhecimento social e elementos de uma economia moral. Um ethos mais ligado ao campesinato, com outras características, mas que remete ao trabalho em torno da família, mais do que por experiências coletivas. O novo camponês é uma construção, progressiva e cíclica, ou seja, possui algumas características, mas não remete à idéia de camponês como classe, cuja eficácia simbólica está na cumplicidade, ou podemos dizer, em valores tradicionais, que muitas vezes são interpretados como atraso.

Em seu texto “Economia moral x moral econômica”, Neves (1998), baseando-se nos estudos de Thompson, conceitua economia moral como “*uma cultura política que inclui expectativas, tradições e superstições da população sobre seu relacionamento ou envolvimento com o mercado, especialmente o de alimentos*”. (NEVES, 1998, p.51). Já moral econômica é o mesmo que economia de mercado, termo que se opõe ao termo economia moral, cujos princípios relacionam-se mais com as obrigações morais recíprocas do que leis inerentes e invisíveis do mercado.

O autor relata uma experiência de mutirões no Nordeste, uma região onde há um controle dos grandes proprietários de terras, que favorece

relações personificadas e marcadas pela submissão. As relações, segundo o autor, são recíprocas e ao mesmo tempo desiguais, que tanto camponeses como proprietários entendiam ser obrigações das suas próprias posições. Essa relação não implica numa ausência de conflitos, muito pelo contrário, esses conflitos se desdobram através do banditismo social, como por exemplo, os cangaceiros, ora combatendo os grandes coronéis, ora se aliando a eles.

Os movimentos no Pontal estão longe de ser movimentos de cangaço, mas revelam um caráter semelhante: ora estão em conflito com os fazendeiros, ora estabelecem parceria, principalmente tratando-se da ABUQT. Diante deste fato é possível traçar um paralelo a respeito do que o autor diz:

“A economia moral, portanto, como expressão de uma resistência geral e plebéia aos avanços dos princípios da economia de mercado, permanece como categoria de análise cuja validade ultrapassa os limites da obra de Eduard P. Thompson e é permanentemente atualizada pelas transformações históricas. Significa dizer que o espaço para uma interpretação moral a respeito das formas de produção a riqueza social e de seu mecanismo de distribuição – o mercado – está sempre aberto para aqueles que não se conformam aos modelos estabelecidos de injustiça social”. (NEVES, 1998, p.57)

Assim como Neves, Barone se baseia no texto de Thompson para dizer que a economia moral é o conjunto de idéias tradicionais das normas e obrigações sociais de cada segmento da sociedade, que funciona como códigos que apesar de não escritos orientam esses agentes em suas condutas entre si e em relação aos demais. Esses códigos servem para que os trabalhadores se organizem em torno de uma economia moral.

Os assentados desenvolvem estratégias econômicas que, compactuam com o mercado ora se unindo a ele, ora buscando outras opções de produção, buscando desenvolver estratégias para fugir das dívidas dos financiamentos bancários, enfim, aliam-se a economia de mercado, denominada por Neves: *“moral econômica”*.

Ambos compartilham do conceito de economia moral, mas Barone vai além, afirma que estes são códigos de reconhecimento social, ou seja, de identificação social, por isso o conceito de economia moral está diretamente ligado à lógica das sociedades tradicionais nas qual a economia está imersa nas relações sociais.

“É justamente através desses códigos morais que consagram a desigualdade que o trabalhador constrói sua margem de manobra social, não apenas

se conformando ao estabelecido, mas lutando por conquistar aquilo que lhe é moralmente devido". (BARONE, 1999, p. 121)

Eles muitas vezes possuem o que chamamos de capital social, baseado nas características de organização social como confiança, normas e sistemas. *"O capital social é configurado por relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel pouco conhecido no desenvolvimento econômico"*. (MIOR, 2005, p.71) Os padrões identitários dos assentados revelado por suas histórias de vida, demonstram as raízes históricas do campesinato que levam à produção individualizada, falta-lhes característica da confiança, geradas por experiências coletivas fracassadas. No entanto a configuração das relações de parentesco e vizinhança promove a economia moral.

Além disso, parto também dos pressupostos de que esses trabalhadores, ao reinventarem o rural criam um código de conduta implícito, que lhes permite participar e ao mesmo tempo resistir ao agronegócio regional, o que os faz mover pelo contrato social estabelecido entre eles, e não necessariamente por um movimento classista. Como diz Thompson, o direito de alimentar-se pode estar no epicentro das discussões.

A herança rural dos assentados de Presidente Venceslau, traz marcas da agricultura tradicional do camponês ao mesmo tempo mesclada com a agroindústria altamente capitalizada é o resultado da economia moral, cuja produção configura-se como individual, porém as relações de vizinhança, parentesco e códigos de conduta, demonstram sua sociabilidade e sua essência que não necessariamente é individualista.



Trator doado pela prefeitura de Presidente Venceslau, cuja administração de seu uso e manutenção é feita pela Associação Campos Verdes do Primavera.



Coleta do leite “quente” no assentamento Primavera. Os assentados deixam o recipiente na entrada do lote e um caminhão contratado pelas empresas o transporta.



Assentados do Tupanciretã tocando o gado para pastar em outros lotes cujo capim do pasto está maior. Prática comum entre os assentados.



Tanque de resfriamento do leite doado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Administrado por Salomé, membro da Associação Campos Verdes do Primavera.



Tanque de resfriamento de leite “particular” do Primavera. Quatro assentados o compraram para compartilharem seu uso compartilhado.



Vista parcial de um lote. Diversidade do cultivo de frutas e hortaliças garante a subsistência.



Criação de cabras: Alternativa de renda dos assentados do Primavera. Lote do Sr. Paraíba que responsabiliza os filhos adolescentes pela produção.



Cultivo de hortaliças e comercialização na feira de Presidente Venceslau. Projeto incentivado pela prefeitura da cidade. Denise é a única assentada que levou o projeto adiante.



Peixes congelados. Piscicultura também é uma alternativa de renda para os assentados do Primavera.



Tanque de peixe. Piscicultura também é uma alternativa de renda para Roque Paulino do Tupanciretã. Aos finais de semana funciona como pesque-pague, um ambiente de lazer.

CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DA ABUQT NUM CAMPO DE DISPUTAS: ASSOCIAÇÃO OU MOVIMENTO SOCIAL?

1- Histórico do movimento Brasileiros Unidos Querendo Terras.

Quando falamos em movimento social de luta pela reforma agrária, automaticamente vem à nossa mente o MST, que atualmente é o principal movimento do gênero no Brasil. O MST surge na década de 80, tendo como integrantes os participantes dos movimentos pastorais da igreja Católica, que seguiam a vertente da teologia da libertação, coordenada por setores progressistas, que priorizam as discussões políticas e sociais, ao invés das questões religiosas propriamente ditas.

Podemos afirmar que as ações dos movimentos em favor do projeto de reforma agrária, ganham força na década de 90, momento em que houve o maior número de ocupações de terra no Brasil, principalmente no Pontal do Paranapanema, região onde se localizam os assentamentos estudados nesta pesquisa. Geralmente, as famílias filiam-se ao MST, durante a ocupação, para terem garantido o direito de participarem do processo de ocupação e, conseqüentemente, da constituição do assentamento.

Ao conquistarem de fato a terra, ou seja, ao conseguirem que os órgãos governamentais legitimem o projeto de assentamento, faz-se necessária uma estratégia de produção agrícola e desenvolvimento. Então, qual é a estratégia do MST?

É possível notar, que durante a instalação do assentamento, o MST proporciona a organização dos grupos, na delimitação do espaço de atuação política e na formação de cooperativas e associações para expandirem e estruturarem a produção. O movimento propõe a produção coletivizada, a organização de cooperativas e a tomada de decisões em grupos. Do momento da ocupação da terra até o da distribuição dos lotes a organização coletiva funciona bem. Os assentados participam das assembleias e de grupos como associações e cooperativas, com intuito de conseguir desenvolver o assentamento, onde o principal trabalho é a produção agrícola. Com o tempo, os projetos coletivos não se sustentam por vários motivos, um deles, a falta de incentivo e o acompanhamento dos órgãos estatais; outro, a ocorrência de

disputas e conflitos internos que geram a divisão de grupos. Além disso, como discutimos no capítulo anterior, a herança rural traz marcas da produção individualizada do campensinato.

Herança, esta, muito marcante em um grupo de arrendatários da cidade de Presidente Venceslau — que tinha no trabalho das grandes fazendas sua fonte de renda —, que na década de 90, se sentiu prejudicado pelas ações do MST que geraram várias desapropriações dos latifúndios. Com as desapropriações, o trabalho de arrendamento se esvai. Liderado por Geraldo Lopes o grupo se uniu e organizou um movimento com o intuito de lutar para ter seu próprio lote. Geraldo comenta:

“O Movimento surgiu porque nós éramos... Eu principalmente, eu fazia parte da... eu era arrendatário e quando o movimento dos Sem-Terra vinha para cá, foi muito difícil as pessoas adquirirem terra para o fazendeiro arrendar para a gente, arrendar a fazenda do fazendeiro. O que acontece é que, já que o Movimento ia pegar terra de graça e atrapalhando os arrendatários, o que acontece: nos reunimos primeiramente com uns 7 (sete) arrendatários para nós ocuparmos a fazenda Primavera. No dia em que eu fui para ela, tinha mais de 500 pessoas, foi aí que surgiu o movimento “Brasileiros Unidos”. (Geraldo Lopes presidente da ABUQT – fevereiro de 2007)

Na primeira reunião marcada para discutir a constituição do movimento e definir a primeira ocupação, o grupo de sete arrendatários esperava por cerca de cinquenta pessoas, quando para a sua surpresa participaram mais de quinhentos. Surge então, a Associação Brasileiros Unidos Querendo Terras, nome dado por seu presidente vitalício Geraldo Lopes, em concordância com os participantes da reunião¹¹.

Embora chamado de movimento, a Brasileiros Unidos é uma associação que surgiu em março de 1996, cuja primeira ocupação aconteceu na fazenda Primavera, objeto de estudo desta tese. Os assentados e seu presidente ao se referirem a esse movimento o chama de Brasileiros Unidos, mas nos trabalhos acadêmicos é mencionado como ABUQT, opção de referência que eu faço nesta tese. Em alguns momentos me refiro a ela como associação, e outros como movimento para dar fluência ao texto.

¹¹ No Estatuto da ABUQT, no anexo III, podemos constatar que o cargo de presidente é vitalício. Além disso, chama-nos a atenção o fato de o prazo para permanência dos membros da associação na diretoria ser indeterminado. Este Estatuto também demonstra o caráter de associação restrita ao município de Presidente Venceslau.

Até o momento da pesquisa, haviam ocupado cerca de quinze fazendas, mas a principal ação foi o fechamento da ponte sobre o rio Paranapanema que liga os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Atualmente muitos acadêmicos comentam que o movimento acabou, ou se juntou com o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST). Houve realmente uma tentativa de se fazer essa junção no ano de 1999. A idéia era organizar um movimento que fizesse oposição ao MST e ao Sindicato dos trabalhadores rurais da CUT. Entre ficar com a presidência da ABUQT e ser coadjuvante no MAST, Geraldo Lopes optou por continuar na sua associação, embora afirme que foi chamado para liderar o movimento. Ele diz:

“Em 99 pra 2000 surgiu o MAST. O MAST surgiu da social democracia sindical (SDS). E essa entidade que nós montamos na época pra combater a CUT. Nossa entidade muito grande, muito poder aquisitivo, pessoas do governo que era Mario Covas, Fernando Henrique Cardoso, todos os movimentos sociais. As pessoas, mas tudo através do movimento sem terra, aqui no pontal ele era muito comentado, na região, no estado e no Brasil inteiro. No Pontal quem falava dela era eu. Na reforma agrária, quem falava dela da SDS era eu. Tudo sobre reforma agrária era eu. Tudo que as pessoas queriam era eu que falava de reforma agrária. Aí nos queria tínhamos que ficar na Felipe dos Santos, 176 na época. Escritório bem montado. E a SDS cresceu, aí o que acontece? Vai chegando aquelas pessoas curiosas, aquelas pessoas a fim de dar rasteira, aí vamos montar outro movimento pra combater o MST. Só que tinha que ter um nome quase igual ao dele pra se iludirem e pensar que era. Daí ficou MAST – movimento dos agricultores sem terra. O MST é movimento dos trabalhadores sem terra. Ali o MAST é agricultores, só a letra que põe a mais no meio já era. Aí tudo bem. Chamaram pra mim liderar o MAST. Aí eu teria que largar a associação Brasileiros Unidos e assumir o MAST. Eu na época falei que não faria isso. Se quisessem colocar Brasileiros Unidos eu poderia dividir, caso contrário eu não mexo em time que ganha. Surgiu esse nome, o nome vai ficar. O meu vice na época era o Richard Aparecido Sorigote, ele foi tomar conta do MAST. Foi ser a liderança do Pontal, nacional do MAST” (Geraldo Lopes – ABUQT – set. 2007).

Nota-se que o surgimento do MAST, assim como da própria ABUQT revelam um caráter de disputa política local entre os chamados grupos de esquerda e da social democracia. Disputa que aparece no discurso de Geraldo, quando atribui às políticas do governo FHC e sua lógica de mercado e não à efervescência das ocupações do MST no Pontal, o grande número de desapropriações no pontal.

Diante deste cenário, formam-se duas linhas de constituição de movimentos de luta pela terra no Pontal do Paranapanema: uma contrária a política de reforma agrária implantada na década de 90, alegando demora nas desapropriações de terra e críticas aos latifundiários que há tempos haviam apossado terras devolutas e hoje o próprio Estado pagaria por ela e com suas

ações mais agressivas em relação às ações e ocupações dos movimentos. E outra que apóia o programa de reforma agrária da época e possui certa aproximação com os donos de terras da região.

Ambos os movimentos, tanto MST, quanto ABUQT são personificados, ou seja, há sempre a representação marcante de um líder, chegando ao ponto de os assentados se referirem às pessoas e não ao movimento.

Naquela região é muito marcante a presença do ex-coordenador nacional do MST, José Rainha, tanto que, no momento em que os entrevistados se referem ao movimento, comentam: “a turma do Rainha”, ou, “os do Rainha”. Esta denominação demonstra também, o distanciamento que se constituiu entre a direção nacional do MST e José Rainha, que se diz integrante do MST-Pontal, pois temos a informação de que foi afastado da coordenação nacional do movimento.

Já a ABUQT está personificada na figura de um presidente, Sr. Geraldo Lopes, com expressividade apenas local. Ex-arrendatário, não possui nível escolar superior, mas mantém um escritório na cidade de Presidente Venceslau, onde presta uma espécie de consultoria jurídica, e diz que o objetivo dele é adquirir terras improdutivas para torná-las produtivas. Quando perguntamos ao Geraldo a respeito de outros membros do seu movimento, ele tem dificuldade para relacionar nomes, pois tudo está centrado na sua pessoa. Há uma rotatividade de pessoas que acompanham Geraldo em suas ações, não há um grupo fixo de lideranças assim como há no MST, o que demonstra que a filiação à associação acontece apenas no momento da ocupação de terra, tendo como sua conquista seu principal objetivo.

Caracterizados como movimentos concorrentes, o discurso da divergência em relação ao MST aparece de maneira enfática no discurso do Sr. Geraldo.

“E graças a Deus, somos bem respeitados e o MST vem falando que eles apropriam fazendas, apropriam fazendas nada, quem apropria fazendas são Os Brasileiros Unidos, os Brasileiros já apropriaram 14 fazendas, então as pessoas não sabem quem é quem, pensa tudo que é MST. MST nada, tem muito a desejar perto dos Brasileiros Unidos”. (Geraldo Lopes, ABUQT, fev.2007)

Quando se refere a José Rainha o discurso de Geraldo é amigável, no entanto, afirma que o movimento é muito rígido, tem que seguir

regras, como ele mesmo diz: “*são mandados*”. Na verdade, esta aproximação demonstrada pelo discurso aconteceu no momento da ocupação conjunta da então fazenda Primavera, pois havia muita terra para reforma agrária o que possibilitava em alguns momentos que os movimentos se juntassem em ocupações como se não houvesse divergência política.

A questão da autonomia é bastante presente no discurso do presidente da ABUQT, o que revela sua liderança absoluta num movimento que não tem disputa de espaço com outros líderes. O intuito desta defesa é justificar a sua permanência neste movimento, e não no MAST, e muito menos no MST. Vejamos:

“Olha, o Zé Rainha é um amigo meu, particular, mas eu falo para ele, para as pessoas que perguntam, ele é super inteligente, só que ele é mandado, e eu sou diferente, eu gosto de mandar e não de ser mandado. Eles me chamaram várias vezes para fazer parte do MST e eu jamais quero ser, porque eu não gosto de ser mandado, eu gosto de mandar. Eu já nasci com isso: mandar, ser mandado nunca, então por isso, graças a Deus, os Brasileiros dão certo, porque eu não me pego a opinião de ninguém”. (Geraldo Lopes, ABUQT, fev.2007).

Quando se trata do Wesley, o atual representante do MST no Pontal, considerado braço direito do Zé Rainha, o discurso de Geraldo é outro: “*por que nessa guerra eu e o Wesley não se bate*”. Esta disputa começou depois que haviam conquistado a terra do Primavera, visto que ele é morador do assentamento e disputaram espaço durante a consolidação do assentamento. Veremos mais adiante, que depois, ambos os movimentos abandonam os assentados.

Já no discurso de Wesley, os movimentos convivem de maneira tranqüila, por haver muitas terras para assentamentos, ou seja, há lugar para todos. Ele apresenta um discurso polido e bem elaborado, evitando tecer críticas aos demais movimentos, se comportando como representante de um movimento nacional.

Ao contrário, a ABUQT é um movimento localizado, pertencente ao município de Presidente Venceslau, embora o seu presidente dê a ela uma dimensão maior do que a real quando afirma ser o movimento que mais desapropriou terras no Pontal do Paranapanema, região que possui 32 cidades. Sabemos que não são os movimentos que desapropriam terras, e sim os órgãos competentes do governo juntamente com a justiça.

Na verdade o movimento tem uma tática interessante para que as pessoas fiquem pouco tempo acampadas: ocupam terras cuja desapropriação está praticamente garantida, informações que ele consegue por ter acesso a pessoas ligadas aos órgãos judiciais, enfatizando o caráter legalista do movimento. A estratégia do MST é ocupar terras que sabem ser devolutas ou improdutivas para desapropriação futura, e por isso, os acampamentos demoram mais tempo para se tornarem assentamentos. Esta ilusão a respeito da eficiência do seu movimento é reafirmada por Geraldo quando reduz o MST a coadjuvante de ABUQT:

Eu falo, as pessoas não tem capacidade de tocar o movimento, só vão nas minhas costas, todas as fazendas da região, as pessoas fizeram isso, quer ser assentado junto com os Brasileiros Unidos, porque não tomam na justiça igual eu fiz? E assim por diante, a gente vai brigando e as fazendas vão saindo e o MST vem atrás". (Geraldo Lopes, fev. 2007)

A estratégia de Geraldo, que leva pessoas a permanecerem ocupadas durante pouco tempo, além de demonstrar sua eficiência, consegue estabelecer perante grupos que ocuparam terras juntamente com o movimento dele, uma lógica de que a ABUQT é um movimento pacífico segundo sua visão, diferentemente do que acontece no MST, pois cria-se a ilusão que se não houver conflito, as terras são distribuídas mais rapidamente.

"É o seguinte: O MST ele destrói muito as coisas, aqui tá uma fazenda que eles destruíram tudo. E nós tava lá dentro. Depois que a fazenda saiu as pessoas todas assentadas, depois de três anos, isso a justiça não vê. Porque deve ter algum interesse político no meio. A fazenda Primavera, você já foi naquela sede. (digo que sim) Naquelas casas tudo por perto onde é a Escola. O MST pôs fogo em tudo. Ali tinha cerca de lasca de aroeira que tinha era brincadeira, colocaram fogo em tudo. O movimento vai ficando queimado perante a sociedade. Não tinha uma piscina lá? Aquela piscina era perfeitinha, passava na televisão os caras tomando banho dentro, um monte de mulher e de maluco tomando banho lá. Depois que a fazenda havia sido desapropriada, roubaram tudo que tinha dentro, levaram tudo, por que ali, era para ser uma escola modelo". (Geraldo Lopes, ABUQT, set. 2007)

Quando conversamos com os assentados que entraram no Primavera e no Tupanciretã com o movimento, apresentam o mesmo discurso. Essa visão de que o movimento é pacífico se dá porque Geraldo tem um bom relacionamento com os fazendeiros, visto que era um grande arrendatário de terras da região. Procurava durante o período de ocupação preservar a fazenda, pois o dinheiro pago pelo Estado diante da desapropriação seria para pagar as chamadas "benfeitorias", já que as terras eram devolutas. Quanto

mais conservadas estivessem as instalações, mais valorizaria a fazenda. Já um grupo de pessoas do MST, ao ocuparem a fazenda, destruiu parte da propriedade. O próprio líder do movimento comenta: *“Naquele período as lutas eram um pouco mais radicais”*. (Wesley Mauch, fev. 2008)

Essa fama de pacífico é preservada pelo seu presidente Geraldo Lopes, desde a constituição da ABUQT:

“Quando a pessoa vem para a associação, nós pedimos antecedentes criminais para cada novo sócio da associação ela tem que ter estar limpo com a lei, então se a pessoa fez alguma coisa, ele já não vem porque sabe disso aí, então por isso que nós só temos pessoas que compreendem, são pacíficas, não bagunçam. Qualquer lugar do acampamento, todo mundo é normalzinho, bonitinho, para não fazer bagunça. Porque tem muitos movimentos que as pessoas são simples, pega um cargo de liderança, acha que a liderança pode tudo, corta cerca, arrebenta tudo, põe arma na cabeça de capataz, nem fazendeiro tem nada a ver”. (Geraldo Lopes, ABUQT, fev. 2008)

Se o próprio Geraldo Lopes seguisse as normas da associação, não poderia fazer parte do movimento visto seus inúmeros processos e prisões. Na tentativa de se justificar e auto valorizar-se afirma que deixa os problemas “criminais” caírem sobre ele para proteger as pessoas simples que estão na ocupação.

“Hoje, as pessoas hoje não tem coragem de fazer isso. Por que a justiça pega muito no seu pé e tem muitas pessoas inocentes. Por pouca coisa a justiça prende. Eu já fui preso. A justiça falava que era pra por medo em mim. Pra eu pegar medo da justiça”. (Geraldo Lopes, ABUQT, Set. 2007).

Vale lembrar que sua prisão não ocorreu por causa de conflitos de ocupação propriamente dito, mas por ter ocupado uma área de reserva ambiental.

Ao permitir apenas a entrada de pessoas que não tenham antecedentes criminais, Geraldo seleciona os membros de seu movimento, proporcionando a entrada de pessoas que não aceitam situações de conflito durante a ocupação da terra, além de ter a garantia de que ficarão por pouco tempo no acampamento, visto que as terras estavam em via de desapropriação.

As pessoas que entraram no assentamento juntamente com a associação Brasileiros Unidos fazem críticas às ações — supostamente praticadas pelo grupo *“do Rainha”* — de cortar cercas, matar gado, tocar fogo no pasto etc., pois, segundo eles, não havia necessidade de cometer esses

atos, visto que o processo de constituição do assentamento estava se desenvolvendo rapidamente.

No caso dos assentamentos estudados, não houve, na prática, relações de conflito no processo de ocupação por parte do grupo da ABUQT, diferentemente do que aconteceu com o grupo do MST. Segundo os assentados, existia divergência entre os dois grupos, porque o primeiro era formado por ex-arrendatários e tinham uma boa relação com os fazendeiros, o que não acontecia com o segundo.

Nas conversas com os assentados, aparecia — embora não explicitamente — um acordo com os antigos donos da fazenda, o órgão representante do governo e a ABUQT. Para entendermos essa relação entre fazendeiros e arrendatários, precisamos conhecer um pouco a história das posses das terras na região, pois veremos mais adiante que as ações da ABUQT revelam práticas antigas.

2- Antigos posseiros: velhas e novas práticas.

O Pontal do Paranapanema fica localizado a 600 km de São Paulo no sudoeste do estado, na divisa com os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, banhado pelos rios Paraná e Paranapanema.

Região tomada por atividades de agropecuária, pode ser conhecida por meio do livro *“A Ocupação no Pontal do Paranapanema”* de José Ferrari Leite, a respeito da história de grilagem no Pontal do Paranapanema, que culminou na formação de latifúndios.

No século XIX (entre 1880 e 1890) iniciou-se o processo de grilagem em terras devolutas do Estado no Pontal do Paranapanema. Frentes pioneiras adentraram as terras, provocando lutas com indígenas e sua exterminação com a desculpa de eliminar o “bugre ateu”. Por volta de 1920 iniciaram-se as lutas entre os próprios grileiros para a obtenção do direito à terra. No Pontal, as terras do chamado primeiro e segundo perímetro de Presidente Venceslau foram julgadas devolutas entre 1934 e 1936.

Um dos principais problemas existentes na época era a ocupação de reservas florestais. Por este motivo, em 1921 o governo criou o serviço Florestal Brasileiro, embora, apenas em 1934 tenha sido elaborado o código

Florestal Brasileiro. No entanto, no Pontal, a preocupação por parte do Estado na preservação ambiental iniciou-se na década de 1940, sendo que entre 1941 e 1942 foram criadas três reservas florestais na região do Pontal do Paranapanema. Nesse período houve grande ocupação de terras em áreas preservadas, que foram fracionadas e apossadas como uma sesmaria, com o aval das autoridades públicas. Segundo LEITE,

“No processo de ocupação de terras, então reservadas, tudo era válido: o suborno dos escrivães, juízes e promotores; o compadresco político, e eventualmente, o recurso às armas de grupos de jagunços a soldo dos interessados”. (LEITE, 1998, p.18)

Na década de 50 o governo reforçou a polícia Florestal, pois as invasões e derrubadas continuavam. Mesmo o Estado delimitando reservas florestais, jogos políticos com a justiça criavam uma rotatividade de quem tinha a posse da terra. Vale ressaltar que os processos de ocupações eram de uma maneira geral muito conflituosos entre as grandes forças políticas que se revezavam no poder. Em 1955 há uma disputa política na câmara dos deputados para derrubada do projeto de lei que criara a reserva florestal no Pontal do Paranapanema. A não aprovação do projeto de lei foi comemorada por políticos da região. Em 1965 cria-se novo código florestal cujo objetivo é a preservação permanente da floresta e é a partir de 1973 que os crimes ambientais passam a ser bastante debatidos.

Mesmo assim, os processos de ocupação das terras continuavam, segundo LEITE,

“Embora recente, como se viu foram usados, porém, os mesmos processos antigos, agora mais refinados na luta pelo domínio da terra, ficou claro, que vence sempre o poder político e econômico”... (LEITE, 1998, p.191)

Um exemplo disso foi a construção da estrada de ferro Ramal Dourado, feita pelo grupo Camargo Corrêa em 1964, segundo Leite: um duro golpe nas reservas florestais. Sebastião Corrêa, principal acionista do grupo era ligado à família do então governador Ademar de Barros. A Estrada de ferro passaria pelo chamado 13º perímetro, onde Antonio Emídio de Barros Filho e Sebastião Correa já haviam se tornado proprietário das terras dez anos antes da construção. Em 1966, Ademar de Barros foi afastado do cargo, mas conseguiu inaugurar um trecho do ramal de Dourados, cujos vagões dos trens, curiosamente, levavam madeiras extraídas das reservas.

No entorno da ferrovia começam a surgir os povoados, e com eles altos índices de pobreza. A baixa arrecadação dos novos municípios criados, como Teodoro Sampaio e Marabá Paulista não condiziam com a riqueza dos grandes proprietários. Na década de 70 não havia médicos e nem dentistas nessas cidades causando um grande número de óbitos por causa de doenças típicas da falta de desenvolvimento (Leite, 1998). Surtos de sarampo, difteria, tétano e coqueluche eram responsáveis pela mortalidade de crianças com menos de 05 anos. Leite escreve que

“Mesmo com elevada mortalidade infantil, que subiu de 98,8 por 1.000 em 1966, para 109,4 em 1970, a área do Pontal continua mantendo 48,4% de sua população com menores de quinze anos de idade”. (LEITE, 1998, p. 181)

Em Teodoro Sampaio o índice de analfabetismo chegou a 47,9% em 1974. Segundo Leite esses resultados referentes à saúde e educação podem estar relacionados com a origem da população precedente da região Nordeste, pois a região era receptora dessa mão-de-obra.

Diante deste breve histórico, podemos perceber que o Pontal abarcou um grande grupo de pessoas de baixa renda ou nenhuma renda, o que se perpetuou até os dias atuais, ao mesmo tempo em que se consolidou a presença de latifúndios na região. Esse contraste de classes evidente, provavelmente levaria as pessoas a se organizarem e participarem de movimentos sociais, principalmente os de luta pela terra.

Se considerássemos apenas o MST como movimento social, provavelmente faríamos uma análise voltada para as diferenças de classes sociais. No entanto, outros movimentos se formaram, e não necessariamente configura como expressão da “luta de classes” se usarmos o termo de Marx, principalmente se tratando da ABUQT, um movimento que ora representa os interesses dos sem-terra, ora dos fazendeiros.

Então, qual a relação entre a história de ocupação no Pontal do Paranapanema e da ABUQT?

O primeiro fato histórico importante para ser lembrado, é o processo de formação da ABUQT e a ocupação de uma reserva florestal — contada por Elizabete Josefa de Melo a respeito das idas e vindas da ABUQT em terras de reserva florestal —, que resultou na prisão de Geraldo Lopes, e sua relação às antigas ocupações das reservas feitas pelos posseiros.

A autora conta que dia 30 de agosto de 2000, Geraldo e mais 08 companheiros são presos por não cumprirem o mandato de reintegração de posse de uma reserva, onde havia tratores trabalhando, homens queimando para plantar, construindo estufas etc. Em 24 de janeiro de 2001, continuava sendo ocupada e comercializada pelo mesmo grupo de pessoas que integra a ABUQT para construir casas de veraneio na área de reserva da fazenda Lagoinha. Os meios de comunicação exploraram bastante esses fatos, principalmente no que diz respeito aos danos causados à fauna e à flora e a divulgação de que os “invasores” não tinham ao menos um “perfil rural”, ou seja, características de sem terras.

O MAST, sem a participação dos membros da ABUQT, principalmente de Geraldo que se recusou a entrar para o movimento, realizou ações contra a associação, oferecendo-se ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) mão-de-obra do seu pessoal para recuperar a área de reserva no período em que houve a retirada dos invasores da fazenda Lagoinha. Esta atitude do MAST revela as tentativas de se criar um grupo da social democracia no Pontal do Paranapanema desde a década de 90.

Até o ano de 2003 a área de reserva não sofreu nenhuma ocupação, no entanto, de dezembro de 2003 a dezembro de 2004 aconteceram inúmeras invasões em outras áreas de reserva, que impediram o reflorestamento que seria feito pela Companhia energética de São Paulo (CESP). De acordo com boletim de ocorrência um grupo ligado a ABUQT havia impedido a empresa de realizar o trabalho. Em abril de 2005, vinte e cinco famílias ocuparam novamente toda a gleba de reserva, dividindo-a em pequenos sítios, sendo que apenas um pequeno número era identificado como trabalhador rural sem terras. Em agosto do mesmo ano a reserva florestal da fazenda Lagoinha foi reintegrada pelo INCRA.

Em agosto de 2006 constata-se que a área de reserva foi incendiada por integrantes da Brasileiros Unidos. Nova ocupação, novo despejo. As inúmeras ocupações aconteciam sob a alegação de que aquela área era de propriedade da associação, segundo comentário de Melo:

“O líder da ABUQT afirma, baseado num despacho confuso de uma desembargadora da Justiça Federal, que é proprietário da área”. (MELO, 2007, p. 94) O INCRA, ao verificar o despacho, notou um equívoco que reafirmava

que aquela era área de reserva, portanto deveria ser protegida, o que culminou na saída das famílias. Em dezembro de 2006, 32 famílias foram retiradas da reserva, mas os integrantes do movimento, liderados por Geraldo Lopes e Francisco David da Silva, insistem em voltar a ocupar a área em fevereiro de 2007 abrindo passagem pela cerca construída pelo INCRA.

Ambos afirmam que possuíam uma autorização da desembargadora Susana Camargo para adentrar no local e para realizar a colheita do que haviam plantado enquanto estavam ali. Durante as entrevistas, ele menciona várias vezes a sua relação amigável com a desembargadora, deixando claro que os movimentos, embora ocupem terras, tem por meio da justiça o principal caminho para se chegar à desapropriação.

Não sabemos se essa boa relação da ABUQT com a justiça é verídica, no entanto, a boa relação com os fazendeiros, parece ser real em decorrência do trabalho como ex-arrendatários de terras, o que parece levá-los a reacender velhas práticas dos antigos posseiros.

Se compararmos a monografia de Melo, que retrata a trajetória das ocupações em área de reserva por parte da ABUQT, com o livro de Leite a respeito da história das ocupações do Pontal, podemos verificar o relato das inúmeras invasões em áreas de reserva, tanto por parte dos antigos posseiros, como por parte da Brasileiros Unidos, que resultou na prisão de seu líder Geraldo Lopes.

A diferença é que na época em que os posseiros agiam, o Estado representado por grupos das oligarquias dos fazendeiros, privilegiava os antigos invasores em consonância com a justiça, segundo a reconstituição histórica feita por Leite (1998). Hoje o Estado combate a prática da ocupação por parte dos movimentos sociais e de fazendeiros, mesmo estes afirmando que estão agindo dentro da legalidade.

A ABUQT parece, em alguns momentos, se remeter às práticas do passado, mais próximas a de posseiros do que de movimento social, inclusive tentando se beneficiar de apadrinhamentos da desembargadora e alguns políticos. Esse tipo de prática demonstra uma primeira característica de que não se enquadra no “tipo” movimento social.

3- Década de 90: Reforma agrária de mercado e a efervescência dos movimentos sociais.

Na década de 90, mais propriamente em 1996, houve uma ampliação dos projetos da chamada reforma agrária de mercado feito pelo governo de FHC, que se trata da compra de latifúndios para fins de formação de assentamentos, num cenário em que a modernização da agricultura não alterou a estrutura fundiária.

Para Medeiros (2002), latifúndio não é só equivalente à grande propriedade, atraso tecnológico e improdutividade, mas também é sinônimo de relações de poder, que no caso da região do Pontal do Paranapanema, aparece de maneira clara, mais propriamente em Presidente Prudente: berço da União Democrática Ruralista (UDR).

A chamada reforma agrária de mercado teve início na década de 70 quando começou a ser incentivada pelo Banco Mundial. No Brasil, esse tipo de reforma agrária ganhou destaque na década de 90 com as políticas voltadas para projetos que proporcionassem a compra das terras como o PROCERA e o Banco da Terra.

No governo FHC, a questão agrária saiu do Ministério da Agricultura e ficou diretamente subordinada a Presidência da República, com objetivo de instaurar a descentralização de ações e regionalização do INCRA, culminando numa política de desenvolvimento rural em 1999. A meta era tratar o assentado como produtor familiar e inseri-lo nos conselhos de desenvolvimento sustentável. Juntamente com essa reestruturação, o governo formulou um conjunto de medidas que não privilegiava os movimentos sociais, uma tentativa clara de desmobilizá-los. São exemplos desta medida citadas por Medeiros:

“Suspensão de negociação caso haja ocupação em órgãos públicos; proibição de vistorias em áreas ocupadas inviabilizando o processo de desapropriação; órgãos representativos dos trabalhadores rurais seriam autorizados a indicar terras passíveis de desapropriação, deixando de fora os movimentos sociais, gerando disputa política entre os movimentos; instituição de um programa de arrendamento rural, tornando as terras neles inscritas não passíveis de desapropriação; impossibilidade de adquirir recurso público às entidades que realizaram ou co-participaram de processos de ocupação.” (MEDEIROS, 2002, p. 65).

Segundo Medeiros, a venda de terras deixaria o projeto de Reforma agrária nas mãos dos fazendeiros e não do Estado, assim como o fórum nacional de reforma agrária critica:

“O sistema de compra e venda pelo poder público conduz o controle da reforma agrária direto aos proprietários de terras e não ao Estado; ao receberem dinheiro à vista para compra de terras, transformava-se terras improdutivas em verdadeiros ativos financeiros; aumento no preço das terras; poderiam criar currais eleitorais pelas oligarquias rurais; o programa tenderia a produzir fracionamento da média propriedade, ampliando a minifundização da propriedade da terra, a constituição de associações fantasmas”. (MEDEIROS, 2002, p. 96).

O estabelecimento da reforma agrária de mercado aconteceu simultaneamente à efervescência das ocupações de terras na década de 90, época em que houve o maior número de desapropriações no país, não diferente do que aconteceu no Pontal do Paranapanema. Embora parecesse haver empenho do governo para implantação da reforma agrária, contraditoriamente, este foi um período de extrema violência policial em relação às ações de trabalhadores rurais sem terra: massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, e a retomada das ocupações de terras pelo MST.

A luta realizada pelo MST iniciou-se com trabalhos de organização das famílias nas periferias das cidades para ocupações de terras devolutas e improdutivas. Com o surgimento da famosa marcha do MST até Brasília, uma manifestação pacífica do movimento, ganhou destaque na mídia e fez com que ganhassem projeção nacional.

Segundo Mançano, o ano de 1996 foi quando houve maiores números de ocupações, que culminou no alto número de desocupações na região. Veja o quadro abaixo:

Ocupações de terras no Pontal do Paranapanema (1990-2000)¹²

Ano	Número de ocupações	Número de famílias
1990	01	800
1991	05	870
1992	11	2050
1993	28	700
1994	40	2000
1995	47	2920
1996	56	3200
1997	44	2200
1998	68	1200
1999	23	1100
2000	13	900
Total	336	17940

¹² Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2001. FERNANDES, Bernardo Mançano & RAMALHO, Cristiane Barbosa.

Nota-se que no ano de 1998 houve maior número de ocupações, no entanto em 1996 houve maior número de famílias que participaram do processo de ocupação, justamente na época em que as medidas do governo FHC foram implantadas e que surge a ABUQT, que por portar características de associação, pode ter sido privilegiada diante das restrições cujo objetivo era desmobilizar os movimentos sociais.

Fernandes afirma que um dos motivos do crescimento das ocupações entre 1995 e 1998, também possuem relação com os projetos de reforma agrária do governo do Estado:

“A intensificação da luta foi acompanhada pelo aumento da repressão pelos latifundiários e pelo Poder judiciário. Nesse período, várias pessoas foram feridas nos confrontos com jagunços e várias lideranças do MST foram presas, acusadas de formação de bando e quadrilha. Essa luta resultou numa importante conquista política para os sem-terras. Desde 1995, o governo Covas, por meio do ITESP, iniciou um processo de arrecadação de parte das áreas julgadas devolutas e implantou um plano de ações discriminatórias para identificar as terras devolutas do Pontal, principalmente em áreas com mais de 500 hectares”. (Fernandes, 2001 p. 242)

Ao tecer elogios ao governo Covas, o presidente da ABUQT demonstra estar bem alinhado com o projeto de reforma agrária de mercado, diferentemente do MST que critica tal política. Ao se beneficiar deste tipo de reforma agrária, a ABUQT cada vez mais configura-se como um movimento que se distancia de situações de conflitos, e conseqüentemente torna-se pacífico. Assim como afirma Medeiros:

“Mas, se há grupos prontos a aderir ao chamado de ocupações, há também muitos trabalhadores disponíveis politicamente e sensíveis ao chamado de programas que se propõe a permitir o acesso à terra sem risco de conflito e violência”. (MEDEIROS, 2002, p. 115)

Resta saber quem são esses trabalhadores que optam por adentrar ao movimento, ocupar a terra, mas se envolver o mínimo possível em situações conflituosas, pois a associação Brasileiros Unidos, por estar dentro desta lógica conseguia garantir ocupações pacíficas ao grupo de trabalhadores que não queria correr este risco. A opção por ocupar fazendas em processo de desapropriação gera dois resultados: ocupação em curto período de tempo e garantia de permanência na terra por se tornarem prioridade perante o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP).

Pelo comentário de Geraldo Lopes é possível perceber que no momento da ocupação a desapropriação já estava encaminhada.

“Agora nós estamos acampados na fazenda de Luis Freire, justamente que é a fazenda Figueira, existe uma conversa que ela será desapropriada agora, só esta faltando pagar ela, estamos em 93 famílias lá, esperando só dar ela a fazenda, junto ao Estado e indenizar o fazendeiro. Só está faltando indenizar esta fazenda para as pessoas se assentarem. E ai quando entrar é do Movimento”. (Geraldo Lopes, ABUQT, fev. 2007)

Mesmo assim, para Geraldo, a desapropriação era efetuada rapidamente porque os governantes eram mais sérios, deixando clara a sua posição política. Ao explicar sobre como a distribuição de terras aconteceu na região, defende de maneira implícita a reforma agrária de mercado alegando que houve desvalorização das fazendas, por isso o governo deve comprá-las, quando na verdade houve uma supervalorização por parte do Estado na compra de terras que haviam desvalorizado por causa da sua baixa produtividade, ou da falta dela.

Defende Geraldo a idéia de que o Estado paga pelas benfeitorias da fazenda, quando na verdade estão pagando por uma terra que um dia foi devoluta.

“É devoluta, mas eles pagam as bem-feitorias. Tá entendendo? Eles estão pagando as benfeitorias. E tão pagando bem. Eu acho que a lei deveria funcionar assim, eu to te falando, por exemplo, 500 reais por alqueire pela sua benfeitoria, se você não quer, então pega e leva embora. A terra é minha. Quer levar embora, eu to pagando que é para ficar os sem terra. O que acontece, fazendeiro queria 15 milhões na fazenda, ela foi abaixando, abaixando, hoje ele ta pegando 6 milhões e 300. E se ele nem isso ele vai pegar. Porque depois se o juiz determina que é terra devoluta, vai ter que ser devolvida para o governo do estado, não tem quem tira. Essa terra vai para assentamento. Vai ser devolvida para o estado para o estado fazer assentamento. A gente tem que devolver para o Estado”.(Geraldo Lopes, ABUQT, set. 2007)

A devolução da terra implica em investimento por parte do Estado na compra de fazendas, que muitas vezes foram abandonadas por seus “donos”, como aconteceu com a Primavera. Durante o processo de compra da terra para implantação dos projetos de assentamento em Presidente Venceslau, surgiram dois possíveis donos da fazenda, o que gerou dúvida de quem deveria ser indenizado pelas terras.

Esta é muito bem relatada por Wesley Mauch:

“Então, aquela área no início tinha uma demanda entre um grupo italiano, três italianos, que se diziam proprietários, e um proprietário que anunciava ser o dono da área, que era o Dr. Edson Monges ligado à marinha brasileira e tudo mais. E essa

demanda prevaleceu por vários anos, uns 5 ou 6 anos, e o pessoal fazendo luta e essa demanda judicial entre o Estado versus os denominados ocupantes da área. No caso os ocupantes não nós sem terra, mas sim os que se diziam donos. Daí por determinação judicial acabou ganhando o brasileiro Edson Monges, e aí entrou uma outra luta: ninguém conseguia localizar o cara, pro cara poder receber a área e nem fazer a transmissão de posse pro juiz poder dar a emissão de posse do Estado pra poder se tornar assentamento definitivo. Depois de vários meses até foi encontrado o cara tava em alto-mar, ficou mais de ano em alto-mar, foi encontrado e assim conseguiu fazer a arrecadação e as famílias foram assentadas". (Wesley Mauch – morador do Primavera e liderança do MST)

A tentativa do Estado de encontrar os “donos” da terra para poder comprá-la, principalmente nos casos em que as pessoas beneficiadas desconhecem o fato de possuir aquela propriedade, faz com que Wesley critique a postura do Estado em relação aos antigos posseiros, que não são considerados ocupantes transgressores, ao contrário do que acontece com os movimentos sociais.

Se analisarmos a história do Pontal, veremos que os fazendeiros posseiros não eram considerados invasores e ainda receberam pelas terras apossadas. Estes fatos demonstram que o próprio Estado contribuiu para a constituição da imagem do sem terra com “mau elemento”. Daí a tentativa da ABUQT de desmistificar a idéia de verem os sem terras como “maus elementos” associando apenas os “bons elementos”.

Diferentemente do discurso de Wesley, que possui crítica consistente em relação ao Estado e aos latifundiários, Geraldo tem um discurso controverso no que diz respeito a sua relação com os fazendeiros. Por um lado, atribui ao Estado, o fato de perseguir os sem terras e proteger os fazendeiros, demonstrando certa divisão:

“Todas as terras que são do Estado tem fazendeiro no meio. Todas. A justiça só vai em cima do movimento sem terra. Porque os fazendeiros têm dinheiro e os sem terra não. O sem terra fica complicado perante a sociedade como mau elemento “Antigamente na região os fazendeiros valia por quantos capangas ele tinha. Então deveria colocar todo mundo porque são invasores também. Eles tiram os sem terra. A terra é do governo. Quem entra com o pedido de reintegração de posse não é o governo do Estado, não é verdade?” (Geraldo Lopes, set. 2007)

Por outro lado confirma a sua boa relação com os fazendeiros,

“Até hoje eu tenho bons contatos com fazendeiros, não vi nenhum me criticar, converso com a maioria dos fazendeiros, por que eu acho que de um jeito ou de outro ele tem algum direito. Porque quem tinha que mexer com eles na época era o governo do estado, isso ta desde 1950, entende? A luta pra reforma agrária, quero dizer que eles se apegaram nos antepassados deles. E a justiça não agilizou mais rápido a terra deles. A gente vai passando gerações, a pessoa vai achando que

tem direito, eles devem ter direito, de alguma coisa tem. Então eles tem um bom contato comigo. Todos os fazendeiros me cumprimentam, ou é falsidade porque ta no meio do povo, ou é realmente por cumprimentar. Não vira a cara para mim. Vocês nunca viram a UDR meter o pau em mim igual ela mete no Zé Rainha. Já fui em várias reuniões com eles, eles me respeitam. Por quê? Tudo que eles falar “o Geraldo tem tudo na ponta da língua”. Eu convivi no meio deles eu sei de tudo que vai se passar. Naquela época, você saía para arrendar uma terra aí o fazendeiro te procurava pra você arrendar a terra dele, porque você ia no carrapato, aquele gramão bravo que ele tinha e ia plantar semente de braqueara pra ele. Nós ia plantar braqueirão. Aí tinha aquela vantagem. Não era que ele estava ajudando nós, nós é que estava ajudando ele. Acabando com a grama que eles não queriam mais e plantando pasto favorável pra eles, por isso que eles vinham atrás, quando o movimento surgiu, aí veio aquele... ta entendendo? Os movimentos dos fazendeiros, graças a Deus aqui na região a única pessoa que eu briguei, e eu tinha amizade que eu tocava roça na terra dele, foi o Paulo Coelho, eu tocava roça nas fazendas dele, e brigamos, brigamos feio mesmo. Eu não porque se nós se conhecia, ou se ele quis aparecer perante a UDR. Se ele quis se aparecer não sei, a fazenda dele foi com três dias foi desapropriada”. (Geraldo Lopes, set. 2007)

Esta relação aproximada com os fazendeiros e a convicção de que seriam assentados, os levava a conservar a fazenda durante o processo de ocupação, não autorizando que outros movimentos a destruíssem, o que aumentaria o valor pago pelo governo para cobrir as despesas das “bem-feitorias”, ou seja, garantia de melhor preço na venda. Esta característica da ABUQT abrange interesses dos latifundiários adeptos da reforma agrária de mercado, ou pelo menos, interessados em receber altos valores por suas terras desvalorizadas.

Apesar de os fatos demonstrarem as diversas relações de poder entre o Estado e os antigos posseiros, e atualmente Estado e movimentos sociais na região do Pontal do Paranapanema, a ABUQT se consolida como movimento que contribui para a chamada reforma agrária de mercado, por tecer relações, mesmo que controversas, com os fazendeiros, com a justiça e com pessoas dispostas a conquistar a terra sem que se envolvam em situações de conflito. Aos poucos, se configura como um movimento pacífico, localizado e concorrente ao MST.

4- Os projetos e a coordenação dos movimentos nos assentamentos.

Durante um processo de ocupação de terras é comum os movimentos terem como pratica a escolha de um coordenador do acampamento, uma liderança que vai gerenciar o processo. Nos

acampamentos da ABUQT é diferente, não há coordenador, porque segundo argumento de Geraldo essa prática gera certo poder nas pessoas simples, todo mundo passa a “mandar”, uma tentativa clara de centralização do poder da associação.

O movimento tem outra característica que vale ser lembrada: procurando atender ao requisito de vocação e/ou habilidade rural exigida pelo ITESP, escolhe pessoas que trabalharam com lavoura para se associar, o que diminui o trabalho do instituto quanto à seleção dos assentados. Segundo Geraldo, ajuda a garantir a permanência na terra, pois se as pessoas que entrarem não tiver origem rural, o assentamento tornar-se-á inviável.

O ITESP estabelece um período de experiência de dois anos, num pequeno lote de cinco hectares, para que possam avaliar se as pessoas que ocuparam a terra possuem essa vocação. Como os assentados podem possuir uma “vocação agrícola” se na maioria das vezes vêm de origem urbana? Pude constatar que a vocação agrícola dos membros do grupo Brasileiros Unidos tem relação com o conhecimento do meio rural proporcionado pela condição de arrendatário.

Mesmo se preocupando com questões referentes à origem rural e a boa índole das pessoas, sua atuação termina no momento em que o acampamento se torna assentamento. Essa associação, embora tenha sido importante no processo de ocupação das terras não tem uma proposta clara para a organização da produção e não desenvolve no assentamento nenhum tipo de trabalho coletivo, ao contrário, as características que seus membros possuem podem contribuir para que optem por um tipo de produção individualizada.

Sem apoio efetivo dos movimentos sociais, ao entrarem no assentamento, muitos deles adquiriram créditos bancários para financiar o início da produção. Na época da colheita, a lavoura não lhes garantiu retorno financeiro suficiente para o sustento e para pagar as parcelas do financiamento, por esse motivo se endividaram. Com intuito de obterem recursos para quitarem a dívida, passam a arrendar o lote para frigoríficos da região, que os procuram por conhecer o trabalho desses ex-arrendatários.

Frigoríficos da região criam outro tipo de gado específico para corte, e precisam de pasto para colocar os animais. Os assentados aceitam

arrendar o lote (individualmente), por R\$ 300,00¹³, passando da condição de arrendatários (antes do assentamento) para arrendadores (assentado), o que na verdade podemos chamar de pseudo-assalariamento.

Elementos de uma ética econômica individual racional aparecem quando os assentados optam por atividades produtivas que culminem num retorno financeiro rápido, pois precisavam do dinheiro para quitar dívidas adquiridas com a aquisição de créditos feitos no início do projeto; o que não significa que estejam ligados a uma ética do lucro e da acumulação, mas sim à não aceitação da idéia de ser mal pagador.

A idéia do bom elemento, como pré-requisito para adentrarem na ABUQT, possui uma relação direta com a índole do bom pagador, Geraldo diz:

“Tem muitas pessoas na época que era sujo com o fazendeiro aqui, o que geralmente deu nó neles, geralmente não pagou o que ele pediu, sabe? Ou a roça não deu e ele ficou devendo. Então, sempre aquelas pessoas que tinham o nome limpo com o fazendeiro, eu ia lá. A pessoa me chamava, Geraldo vamos arrumar terra pra tocar, quando nós vamos? Estamos em dez vai. Quantos alqueires vamos pegar? 50, 5 pra cada um. A gente ia lá e fazia um contrato com o fazendeiro 50 alqueires de terra. É você que vai tocar Geraldo? É. Só que ali da maneira que eu fiz eu poderia arrumar pra quem eu quiser, só que a responsabilidade era minha. Se os caras não pagassem quem tinha que pagar era eu. Ta entendendo? E assim vice e versa. O que acontece? Eu levava. Foi assim, na fazenda Lagoinha os caras, tinha umas pessoas que eram sujas por lá, aí eu levei ele. Eles estão na mesma barca que eu. Eu tocava terra lá eles eram obrigados a arrumar um lote para nós automaticamente”. (Geraldo Lopes, ABUQT, set. 2007)

Os assentados também agem dentro de uma lógica capitalista de adaptação da produção de acordo com o mercado local (pecuária), do retorno financeiro rápido, da honestidade para pagar os credores. Essas lógicas não são opostas, mas convergentes, pois a experiência como arrendatário vem ao encontro das solicitações do ITESP.

Esse tipo de atividade, o arrendamento, só é permitido pelos órgãos que regulamentam a reforma agrária se um assentado arrendar para outro dentro do mesmo PA (projeto de assentamento), pois arrendar para o agronegócio não consta nos princípios da agricultura familiar proposta pelo Estado.

No entanto, diante do desafio de produzir sem ter apoio de nenhum movimento e dos órgãos governamentais — e com um agravante, de que os filhos, potenciais trabalhadores do lote, procuram trabalho na cidade —,

¹³ Valor referente ao mês de janeiro de 2008.

os assentados fazem a opção pelo tipo de produção do agronegócio mais próximo ao assentamento, neste caso a pecuária. Essa ação revela uma ética ligada ao espírito do capitalismo, pois leva o indivíduo a se conformar com as regras das ações capitalistas. Embora a atividade de arrendamento não seja aceita pelo ITESP, a vocação agrícola e a honestidade por parte dos assentados para pagar os créditos dão um efeito legal à atividade econômica.

Segundo Weber, a respeito do espírito do capitalismo, a vocação é necessária ao capitalismo.

“Ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna é, enquanto for feito legalmente, o resultado da expressão de virtude e de eficiência em uma vocação... Assim, o capitalismo, guiando a liderança da vida econômica de que necessita, pela seleção econômica dos mais aptos – escolhe os empreendimentos e trabalhadores de que tiver necessidade”. (WEBER, 1985, p.184)

No caso deste assentamento, o Estado e a ABUQT tem o papel de promover a “seleção” das famílias aptas para o desenvolvimento das atividades rurais, projetando-o numa lógica do capitalismo e, conseqüentemente, da produção individualizada.

Os assentados também agem dentro de uma lógica capitalista de adaptação da produção de acordo com o mercado local, do retorno financeiro rápido e da honestidade para pagar os credores. Essas lógicas não são opostas, mas convergentes, pois a experiência como arrendatário vem ao encontro das solicitações do ITESP.

Embora pareça que a ação do arrendamento de terras está ligada a uma ética econômica capitalista moderna, cujo objetivo é ganhar mais dinheiro, ela tem na verdade, no caso estudado, um caráter tradicional, pois o valor adquirido por meio dessa atividade econômica consegue suprir apenas as necessidades básicas.

Podemos constatar que a ética econômica individual que permeia as ações do grupo de ex-arrendatários é levada para a prática produtiva dos assentados, o que contribui para sua permanência na terra e sua consolidação como produtor familiar assim como propõe o Estado, representado pelo ITESP.

5- A ABUQT fora dos assentamentos Primavera e Tupanciretã.

O histórico dos assentamentos Primavera e Tupanciretã, às vezes se confunde com a história da associação Brasileiros Unidos Querendo Terras por se tratar das primeiras ocupações do movimento. As pessoas ligadas ao movimento dizem que foram convidadas para participar de uma reunião numa praça por que havia umas terras para serem distribuídas. O grupo que estava com a Brasileiros Unidos não tinha nenhum vínculo como associado, o que não era muito diferente do que acontecia com o MST que também não tinha um envolvimento efetivo de seus membros naquele local. A falta de envolvimento é demonstrada pela falta de informações, pois os assentados não conseguem fornecer detalhes a respeito do processo de desapropriação iniciado antes mesmo de ocuparem as terras, muito menos da formação do movimento.

Nas conversas com assentados, pudemos perceber que sua integração ao movimento aconteceu após a reunião a respeito de distribuição de terras, uma clara evidência de que se tratava de fazendas cuja desapropriação estava em processo. A fala de Dora, assentada do Primavera, revela de maneira sutil a entrada do Movimento Brasileiros Unidos depois de haver ocupação por parte do MST:

“O MST entrou na fazenda, quando era a fazenda antigamente, mas teve também outro movimento que se chamava Brasileiros Unidos que também entrou, então tem dois movimentos social aqui dentro, aí teve essa repartição da Primavera 1, que é mais MST, e da Primavera 2, que é mais Brasileiros Unidos, eu por mim no meu modo de pensar eu gostaria que não houvesse essa repartição que cria meio que um atrito”. (DORA – liderança feminina do assentamento Primavera)

Esta questão da não aceitação do conflito — que no discurso da assentada é tratado como “atrito” — é patente até mesmo quando se trata de pessoas que entraram com o MST, considerado por eles um movimento mais conflituoso.

Por não possuir o peso da denominação “movimento sem terra”, pois a liderança da ABUQT¹⁴ conseguia abarcar pessoas que estavam dispostas a conquistar sua própria terra, mas não queriam o rótulo de um movimento conflituoso e criminalizado.

¹⁴ A liderança Dora, assim como os demais assentados, sempre se direciona a ela como Brasileiros Unidos, excluindo querendo terras.

O representante do MST na Primavera, Wesley, por fazer parte da direção do movimento tem mais clareza sobre o processo de desocupação e questões políticas locais:

“Bom, ele se dá origem, no dia 19 de janeiro de 1996. Onde um grupo de famílias de Marabá Paulista resolve fazer a primeira ocupação na fazenda Santa Rita no município de Mirante do Paranapanema. Essa fazenda famosa onde foi reativada a UDR na região, na década de 90, em 96 também por um acaso. E ali a partir deste momento as famílias permanecem ali por um período de 04 meses tendo em vista a reintegração desta área às famílias são indicadas pelo próprio Estado a irem pros lotes provisórios, onde hoje é o assentamento Primavera I e II. Mas, as famílias que acabaram sendo assentadas lá não foram as famílias do primeiro momento da ocupação que foi esse grupo que veio de Marabá Paulista. Acabou sendo assentado uma boa parte dos que estavam em Venceslau e uma boa parte que estavam em Eptácio, que faziam luta numa fazenda vizinha ali no município de Caiuá, hoje chamado assentamento Maturi, foram assentados lá. Por quê? Nessa demora que eu acabei de explicar o Estado conseguiu arrecadar essa área vizinha divisa é só um córrego, que é o córrego Pederneiras, e essas famílias que já estavam no emergencial, acabaram passaram para essa área do definitivo que saiu primeiro e as que estavam pleiteando esta vaga em Caiuá, ali onde é o assentamento Maturi, foram relocadas para o pré assentamento Primavera, no caso o assentamento emergencial. Foi coisa assim também, essa troca, depois de 2 meses daí houve a regularização total dessa área ali e as famílias destinadas para o seu lote. (Wesley Mauch – Morador do Primavera e liderança do MST – Pontal)

Esse grupo de Venceslau entrou com a ABUQT. Todos eles ficaram durante dois anos no chamado lote provisório (com dois hectares) para que o ITESP pudesse verificar qual seria a possibilidade da família se manter no lote, mesmo pedindo como requisito para conseguirem a terra a chamada “habilidade rural”.

No discurso de Geraldo Lopes, as questões da desapropriação da fazenda, da relação com Estado e com os fazendeiros, ficam obscuras, porém sua posição política favorável ao governo da época, é bastante clara:

“Eram duas fazendas. Quando nós chegamos para acampar naquela fazenda começou uma discussão. Eu e o fazendeiro. Briga mesmo, de pancada mesmo. De pau. Acho que as pessoas nunca viram briga de homem. Briga de boca é diferente. Naquela época, uns dias antes eles tinham prendido o Zé Rainha dentro de uma fazenda em Sandovalina. Eles tinham prendido os caras dentro da fazenda. A UDR. Eles tinham prendido os caras dentro da fazenda e ficaram por fora. Aqui, eles queriam fazer a mesma coisa comigo. Ta entendendo? O que acontece: eu deixei eles presos dentro da fazenda. Eles iam passando e nós deixamos eles entrar, tinha só uma entrada e eles tinham que passar por aqui. O que acontece? Eles não tinham saída mais. Eles brigaram com nós e ficou encurralado. A sorte que tinha celular na época e ligaram para a polícia. Naquele dia veio polícia de tudo quanto foi região. Quando pediram a minha prisão, ligaram pro Ministro. Aí o Ministro falou que não; não era pra prender. O Raul Jungman era homem e ajudava os pobres. Hoje o Ministro da Reforma agrária ninguém nem sabe o nome direito. No domingo, era uma juíza que

tinha aqui, foi lá no acampamento. E a coisa foi feia, aí nós conversamos, a fazenda só faltava a justiça determinar que era pra desapropriar. Porque já tinha ido para a justiça várias vezes. Na hora que ia sair a desapropriação, alguém comprava alguém e a fazenda voltava para o fazendeiro de novo. Tá entendendo? O que acontece? Nós ficamos em cima da disputa. Por três dias nós fomos na segunda, na terça e na quarta-feira nós conhecemos umas pessoas de São Paulo, na época do ITESP. Nós fomos para o fórum a juíza veio e deu a desapropriação da fazenda. (Geraldo Lopes – ABUQT, set. 2007)

Parece que ao assumir, uma única vez, uma postura conflituosa durante o processo de ocupação, postulava naquele momento o lugar de José Rainha, que estava preso. Neste trecho ele demonstra o mau relacionamento com o fazendeiro e aproximação com autoridades do Estado, sempre revelando a contradição ora de aproximação, ora de distanciamento.

As informações que Geraldo apresenta, assim como os próprios assentados, não revelam detalhes a respeito dos donos da fazenda e do processo de desapropriação. Na verdade na década de 90, havia muitas terras improdutivas na região do Pontal do Paranapanema, e os fazendeiros que as possuíam visualizaram na Reforma Agrária de Mercado uma alternativa para obter melhor preço de suas terras.

O processo de ocupação durou pouco tempo (cerca de seis meses), se comparados com o de outros acampamentos: muitas famílias ficam anos embaixo de uma lona, esperando por terra. Em setembro de 1997, os assentados foram encaminhados pelo ITESP para o lote provisório. Passado o período de experiência, foi concedido às famílias um lote permanente de 20 hectares. Segundo comentários dos assentados, muita gente que passou pelo período de experiência, não tinha vocação agrícola, mas ficaram no lote assim mesmo.

Segundo informações passadas pelos assentados, o grupo que estava com o movimento *Brasileiros Unidos*, ficou com as terras do Tupanciretã e parte do Primavera (denominado por eles Primavera I, localizado perto da área institucional do assentamento). O grupo que ocupou as terras juntamente com o MST, ficou em outra parte do Primavera (denominado por eles de Primavera II).

Durante a ocupação as práticas coletivas se sustentam, mas ao conquistarem o lote trocam-nas por práticas individuais de produção. Ao

receberem a terra, os assentados abandonam o projeto coletivo e passam a produzir individualmente.

Depois de constituído os assentamentos, foram formadas duas associações, uma em cada assentamento, com intuito de organizarem a produção, comercialização e aquisição de crédito. A Associação Campos Verdes do assentamento Primavera havia realizado eleições da diretoria na semana anterior da minha segunda visita ao campo, tendo sido eleito presidente o Sr. Pedro, que se mostrava muito entusiasmado em retomar o trabalho da associação, visto que, já havia sido presidente, em gestões passadas.

O Sr. Pedro entrou no assentamento pelo MST, mas diz que hoje não está no movimento, trabalha pelo direito à terra e não pela sigla do movimento. Assim como os demais assentados, faz críticas à maneira que os técnicos encaminham os projetos no assentamento, critica o período de experiência estipulado pelo ITESP e diz que sem movimento social não existiria reforma agrária.

Ambos os assentamentos estão sob tutela do ITESP e não possuem agrovilas — o que dificulta a locomoção dos moradores entre um lote e outro —, mas há um espaço institucional, geralmente localizado nas antigas sedes das fazendas. No Primavera, o espaço institucional conta com Escola (Quadra, sala de aula, refeitório e alojamento para professores), Posto de Saúde, Panificadora (que no momento está desativada), sala para reuniões e abrigo para os tanques de resfriamento de leite, adquiridos recentemente, pelas duas associações, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário. No Tupanciretã, a situação é precária: há apenas o posto de saúde funcionando, o que faz com que muitos tenham que se deslocar para o Primavera, (inclusive para colocar o leite no tanque de resfriamento) distante 10 km, ou para a cidade de *Presidente Venceslau*.

O problema da falta de união entre os assentados, e o desalento não só pela falta de perspectiva em relação à produção, como também ao futuro do assentamento, aparecem na fala das pessoas no momento da minha segunda visita. Um ano marcado pela seca e pouca produtividade gerou tal desalento. Na terceira e na quarta visita, um ano depois, estavam mais otimistas. Muitas mudanças aconteceram e surgiram

mais duas novas associações. Conseguem manterem-se no assentamento casais de aposentados, ou pessoas que têm outro tipo de renda, por exemplo, uma casa alugada na cidade. Os filhos estão deixando seus pais na terra em busca de uma vida melhor na cidade.

Se pensarmos num assentamento que possui 125 famílias, a existência de três diferentes associações pode nos parecer estranho no primeiro momento. Esta é a realidade do assentamento Primavera localizado no município de Presidente Venceslau. A primeira associação a ser constituída, Campos Verdes nasceu da organização do grupo em torno da utilização e administração de um trator doado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a prefeitura de Presidente Venceslau, com intuito de fornecê-lo para o assentamento.

Os sócios pagam R\$30,00 pela hora de trabalho e os não-sócios pagam em torno de R\$40,00. Alguns assentados discutem que não vale a pena ser sócio da associação porque acaba saindo mais caro por ter que pagar a mensalidade da associação e ainda pagar pelo trator. Não visualizam a associação como um espaço de interesses coletivos, mas um mecanismo para viabilizar a produção individual.

Além da aquisição do trator, essa associação recebeu do MDA, no início de 2007, um tanque de resfriamento de leite. Depois de um ano de espera está recebendo o produto dos assentados. Sr. Pedro comenta:

“Através deste trator a gente consegue formar a roça que nós estamos plantando e formar o nosso pasto. E agora, com este programa do MDA a gente foi contemplado com dois tanques de leite, mesmo, que é o tanque de expansão, um já está instalado, esta esperando para colocarmos o leite aqui dentro”. (Sr. Pedro – ex-presidente da associação CamposVerdes)¹⁵

Antes da aquisição dos tanques de leite, o leite “quente” era colocado em galões e entregue para os laticínios, o que comprometia a qualidade do produto, vendido pelo valor de 0,34 centavos o litro. Atualmente, há uma lei da vigilância sanitária, que está sendo regulamentada, proibindo a

¹⁵ Será utilizado apenas o primeiro nome dos assentados para que haja padronização das citações, pois alguns assentados não nos forneceram o sobrenome. Inclusive, um deles fez questão de que fosse referido pelo apelido. No caso dos representantes da ABUQT e do MST, utilizei o sobrenome por possuírem em registros institucionais dos respectivos movimentos.

entrega do leite “quente”. O leite resfriado passa a ser vendido para o laticínio por 0,50 centavos o litro, numa produção que varia entre 80 e 100 litros/dia.¹⁶

Segundo Salomé, assentada responsável pelo recebimento e entrega de leite do tanque, no início houve dificuldade para que as pessoas colocassem o leite no tanque, por falta de confiança de que o projeto daria certo. Hoje, funciona muito bem com cerca de 50 produtores colocando leite diariamente no tanque. Quem recolhe o produto é uma cooperativa de Caiuá, que a primeira vista parece ter um estilo “patronal”, uma grande empresa disfarçada de cooperativa. Os assentados tiveram que se filiar a ela para poder fornecer o leite, por isso a desconfiança no início do projeto por causa das inúmeras experiências negativas. O apoio da prefeitura municipal por meio da DAAMA (Divisão de agricultura, abastecimento e meio ambiente), ajudou a incentivar o projeto.

A Campos Verdes é a única que possui sede localizada na área institucional do assentamento, o que faz dela uma espécie de associação “oficial” do assentamento no que diz respeito aos projetos municipais e recursos federais que chegam especificamente para o Primavera.

Outro grupo de assentados está se reunindo juntamente com o ITESP para discutir o fornecimento de produtos para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Denise comenta;

“Já porque quando eu casei com meu marido, e fui para fazenda. Chegando na fazenda eu montei uma hortinha pra gente mesmo comer aí na ocupação... o ITESP ajudou agente com cursos capacitou, a DAAMA também sempre faz cursos de horta, então juntou a vontade de trabalhar com os conhecimento deles”. (Denise – assentada do Primavera. Produtora de verduras e membro da associação Renascer).

Este trabalho gerou uma nova associação chamada Renascer, que ainda não foi constituída legalmente, mas fornecerá produtos para CONAB.

“Estamos montando ainda não tá tudo certinho, a associação já esta quase montada, só falta agente começar a entregar mercadoria para a CONAB”. (Denise – assentada do Primavera. Produtora de verduras e membro da associação Renascer).

Neste caso, poderiam associar-se a Campos Verdes, já constituída, para facilitar o processo. No entanto, notamos uma situação de

¹⁶ Todos os valores acima citados são referentes ao mês de fevereiro de 2008.

conflito entre os grupos e muita rejeição a se associarem a Campos Verdes, sendo que muitos eram membros desta associação anteriormente. Embora exista a divisão desses grupos, quando conversamos a respeito da formação de outra associação, declaram que fundaram a Renascer por ter finalidade diferente da Campos Verdes. Denise da associação Renascer comenta:

“...é no assentamento tem três associações e se fala porque não tem uma só? Por causa que cada uma tem um fim. Nós vamos entregar mercadoria pra CONAB, uma vai plantar mamona pra fazer o biodiesel e outro é uma associação que ele montou com o trator.” (Denise – assentada do Primavera. Produtora de verduras e membro da associação Renascer)

Sabemos que uma mesma associação poderia abarcar todos esses fins por dizerem respeito à produção do assentamento e sua comercialização, mas, na verdade são os grupos políticos locais e os órgãos governamentais que os apóiam que definem a formação das diferentes associações. Esse conflito aparece no discurso do assentado:

“Do conselho municipal tem dois conselhos na cidade, tem o municipal e o conselho de desenvolvimento também. E no conselho municipal nós temos representantes do nosso time no conselho”. (Sr. Pedro – ex-presidente da associação CamposVerdes)

Nosso time, neste caso, é sinônimo de nossa associação, no entanto a justificativa é de que os fins para o qual as associações são organizadas são diferentes.

O assentamento Primavera possui uma terceira associação que leva o nome do assentamento. Seu objetivo é produzir a matéria-prima para fabricação do biodiesel. Esse projeto, segundo o presidente da associação, tem financiamento aprovado pelo governo federal, mas ainda não foi colocado em prática por não ter recurso liberado. A associação Primavera tem influência muito grande do grupo ligado ao José Rainha, que se desligou do MST e fundou uma federação de associações, assim como comenta Wesley:

“Conseguimos fazer as primeiras discussões e montar um projeto voltado para o biodiesel com a planta olenageosa, chamada pinhão brando, ou pinhão manso, ou pinhão doce e outros nomes que tem por aí a fora nesse Brasil, que seria adequadamente pra agricultura familiar que se dá na produção de baga para serem esmagadas e se transformar em óleo vegetal e futuramente no biodiesel. Através desse processo começou-se então as discussões nas associações e enxergamos que, as associações sozinhas não conseguiriam dar esse salto de qualidade. Então se juntar, fazer um juntamento dessas associações para se voltar, se unir em torno de um projeto só. Daí então surgiu a idéia que hoje já é concreta criamos então a Federação nossa aqui do oeste paulista, das associações de assentamentos de pequenos

produtores a FAAFOP". (Wesley – presidente da associação Primavera e liderança do MST-Pontal)

Essa associação parece não ter legitimidade entre os assentados. Quando conversamos com eles comentam sobre a associação do Clodoaldo (Campos Verdes) ou associação da Denise (Renascença). Quando mencionam a associação do Wesley (Primavera) notamos distanciamento entre assentados e o representante da associação Primavera. Mais uma vez aparece o fator (des)confiança, principalmente pelo fato do líder permanecer muito tempo fora do assentamento, por ter muitos compromissos políticos referentes à sua participação no MST-Pontal – juntamente com José Rainha. Há uma personificação dos grupos, como se a intenção fosse transferir para a pessoa, e não para o coletivo, a falta de credibilidade.

Notamos então, que além de um projeto para viabilizar o desenvolvimento econômico dos assentados, a Primavera é uma organização formada para integrar a Federação das Associações de Agricultores Familiares do Pontal do Paranapanema (FAAFOP), pois o grupo do Zé Rainha se desligou do MST e precisa se vincular a uma organização institucional, embora seus membros digam que a federação e o movimento tenham objetivos diferentes:

"Então, a representação institucional que a gente tem é a FAAFOP, a Federação não é o MST, a Federação é uma ferramenta pra organicidade, pra organização dos trabalhadores. O MST é uma ferramenta de luta dos trabalhadores, organiza dos trabalhadores pra lutar, a organização legal dos trabalhadores acaba sendo a FAAFOP e as associações de seus assentamentos. Se você me pergunta, o que eu faria, o que eu faço, eu sou simplesmente um militante do povo e estou aí pra contribuir onde precisar da minha atuação se achar necessário a minha presença pra ajudar a desenvolver o projeto que eu sonho, o projeto que muitos sonham, muitos sonhos de socialistas brasileiros e é também uma palavra, uma expressão forte até nos dias de hoje dos nossos comunistas que tiveram sua história no passado de luta, sou fruto disso e estou aqui para dar continuidade a isso junto com outros companheiros que exercem essa mesma função que eu, é isso. Trinta desses presidentes de associações são da direção da FAAFOP que ajudam a pensar e executar os projetos que possam vir e que já estão tendo na Federação". (Wesley – liderança MST Pontal)

Há no discurso do Wesley uma tentativa de desvincular a FAAFOP do MST, o que na prática não ocorre. A personificação do MST-Pontal na figura do José Rainha, o impede de fazer esta desvinculação. A visão de outro assentado deixa claro as relações entre a federação e o movimento:

"...mas hoje tem daqui o Zé Rainha, coordenador daqui, mas ele não é da COCAMP, eles criaram um grupo de pessoas e estão criando uma federação e essa federação já teve reunião deles, mas não vejo que podemos confiar neles,

porque na época eles eram contra as associações e agora eles querem que a gente se associe a federação e o que eles passaram é que a federação está sendo montada para fazer aquele trabalho do Biodiesel e também é isso aí vai vir uma firma de fora e vai negociar com as empresas para fazer o processamento dos grãos.” (Sr. Pedro – ex-presidente da Campos Verdes)

Nota-se um ar de desconfiança em relação ao fato de a associação Primavera ser montada não para comercializar matéria-prima para o biodiesel, mas sim para incorporar-se na federação.

Percebemos que as três associações do Primavera têm apoio de grupos exteriores ao assentamento, são eles prefeituras, órgãos estaduais ou federações. As associações tornam-se um braço dos órgãos governamentais para o repasse de equipamentos e recursos para viabilizar a produção, e em alguns casos, como o da Renascer, viabilizar a comercialização. A maneira como as associações estão ligadas a algum órgão governamental nos remete à teoria de Dawbor a respeito do poder local. Ele argumenta que os recursos governamentais devem estar em poder dos cidadãos para que haja a descentralização e democratização do Estado. Nesse sentido, o espaço local é o município, por isso, mesmo os recursos sendo federais ou estaduais, é o órgão municipal que administra ou então o grupo do ITESP que tem uma sede no município. Esta visão também aparece na fala do assentado:

“Esse tanque veio daquele programa do MDA, aí vem para a prefeitura ele passou para nós. É do prefeito e o pessoal das associações e dos movimentos sociais. Mas a pessoa chave mesmo é o prefeito do município.” (Sr. Pedro – ex-presidente da associação Campos Verdes)

Segundo Dawbor, o poder local pode ter interferência na autotransformação econômica e social. Neste caso as associações são o que Dawbor chama de mecanismos participativos, ou seja, são vias para obterem recursos e equipamentos estatais sem gerar endividamento pessoal. Talvez por isso os assentados façam a opção por organizarem-se em associações e não cooperativas.

Nesse sentido, as associações passam a ser vistas de maneira positiva diferentemente das cooperativas, cuja formação parece ser externa a vontade deles, são ineficientes. Os trabalhadores, com origens rurais diferentes, não sabiam como realizar uma melhor administração ou gestão do empreendimento, justamente por nunca terem participado de projetos dessa

natureza, deixando nas mãos de uma direção que perde a confiança deles, devido às experiências que os levaram a falência.

Veremos que padrões de confiança muitas vezes ditam o fracasso das associações e cooperativas, geralmente por causa de histórias vivenciadas por eles. O próprio membro do MST — que sempre se mostrou favorável a formação de cooperativas —, tem uma visão realista a respeito do fracasso das cooperativas.

“O programa de associativismo e cooperativismo tendo em vista que na nossa região isso é desgastado porque enfrentamos no passado o processo de falência das cooperativas e associações tradicionais que tinham na região, tradicionais que eu falo dos grandes produtores, médios e pequenos que se embolavam todos numa mesma panela, que no fritar dos ovos os pequenos acabavam sempre excluídos. Então ainda tem essa visão do passado que está se quebrando aos poucos.” (Wesley – liderança MST-Pontal)

Tal dificuldade em aceitar a formação de cooperativas também se deu pela experiência mal sucedida da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema (COCAMP), uma cooperativa regional, formada por membros do MST, que tinha como objetivo organizar a produção e comercialização, como afirma Sr. Pedro ex-presidente da Campos Verdes e também ex-cooperado da COCAMP:

“É uma pedra no nosso sapato, aqui poucas pessoas são associadas. Na COCAMP faltou administração, a estrutura é muito boa, tem projetos bonitos, veio muitos recurso, ai nós pegamos o nosso primeiro teto e a direção da Cocam veio aqui, marcou uma reunião com os assentados e disse que vieram para trabalhar com a gente, tanto com o primeiro teto, quanto com o segundo, só que na época já tínhamos feito levantamento da cooperativa, foi na época que o movimento se desentendeu e eu fiquei procurando outro pessoal e eu fiz esse levantamento e a situação dela não tinha mais recursos, ela estava inadimplente e o recurso dela tinha montado lá e não tinha como terminar, o governo não repassava mais recursos para ela e o cadastro dela estava bloqueado e passei para o pessoal antes e todos já sabiam, mas eles vieram com coisas bonitas, se fosse para concretizar e colocar em prática, seria uma coisa linda, mas a gente via que era só coisa de papel. E nessa época, eram oito pessoas ficaram cooperados da Cocamp e a maioria não quis, como a direção viu que era muito pouco, pegou o carro e foram embora.” (Sr Pedro – ex-presidente da associação Campos Verdes)

A respeito da falta de confiança nos administradores da cooperativa soa como um eco de repetição no discurso dos assentados. Muitos assentados estão endividados e por este motivo não conseguem financiamentos. Se retomarmos a análise de Abramovay, o cooperativismo pode não apresentar, num primeiro momento, grandes mudanças, mas com o

tempo há aumento quantitativo dos elementos da economia social. Cria-se uma nova psicologia econômica que pode resultar na evolução da agricultura. Os assentados, muitas vezes por sua condição de endividamento, ou até mesmo necessidade de retorno financeiro rápido para o sustento da família, não conseguem esperar o retorno a médio e longo prazo, desmobilizando a organização de cooperativas.

Interessante analisar o fato de que antes de formarem os grupos, os objetivos estão pré-estabelecidos, ou seja, primeiro definem o fim da associação e depois buscam a participação de novos membros. Isso dificulta o aumento das possibilidades de atuação no futuro. Se surge um novo fim, um novo objetivo, ou até mesmo um novo financiador, forma-se nova associação. Como disse anteriormente, essa forma de organização pode ser feita para ocultar o conflito entre os grupos, no entanto revela um problema de estratégia da organização para viabilizar a produção. Mesmo assim, antes de formar o grupo para organizar a associação o objetivo já está pré-definido. É como se os fins justificassem os meios.

No Tupanciretã, diferentemente do Primavera, há uma associação, talvez pelo fato de haver apenas 72 famílias assentadas. Esta única associação, que administra o trator, administrará o tanque de leite e os produtos que serão comercializados com a CONAB. Neste caso, os projetos governamentais, tanto da prefeitura, quanto do ITESP e do governo federal, culminam numa mesma associação. A participação efetiva do representante do assentamento no conselho municipal de agricultura e desenvolvimento, contribui para viabilizar os projetos. Comenta seu Roque, membro do conselho:

“Esse ano ainda não teve reunião (janeiro/2007), mas eu trabalho muito bem, temos todo mês, um dia de reunião, palestra para sabermos o que fazer. Discutimos sobre, estradas, criames, eventos, e comercialização, temos o produto e não sabemos como comercializar”. (Sr. Roque Paulino – representante do conselho municipal de agricultura e desenvolvimento do Tupanciretã)

Mesmo porque, os assentados reclamam da má administração do atual presidente da associação, que por ter um caminhão e “puxar” leite diariamente, quase não fica no assentamento no período diurno. Um dos assentados comenta:

“A associação ela ta boa. Os problemas são os administradores, ela teve uns problemas aí de contrato. Agora entrou outro presidente. Ta funcionando. Tem o trator e agora vai ter a CONAB, tem uns 80 mil reais. Parece que é 3500 (reais)

por ano para cada um. Daí os produtos vão pras creches, essas coisas. É uma doação para entidade, só que o banco pode pagar. Fica depositado no Banco do Brasil durante o ano, depois que levar os 3500 acabou não pega mais. Aí acabou". (Sr. Cícero – assentado do Tupanciretã)

Percebe-se que neste caso a associação também é uma forma de garantir recursos e programas estatais, mesmo havendo um distanciamento do presidente, conforme diz Sr. Roque:

“Acho que é por causa dos colaboradores, todos tem que se ajudar tem que se entender e aqui isso acontece aqui. Para organizar é difícil, cada um tem um modo de pensar, mas tem que se entender se não tiver a associação não se faz nada, hoje tudo é através de associação.” (ROQUE – membro do conselho municipal de desenvolvimento rural de Pres. Venceslau e morador do Tupanciretã)

Há ainda um grupo de assentados que não pertence a nenhum tipo de organização social dentro do assentamento e são apáticos às discussões políticas. Sob as alegações de falta união do grupo e de comprometimento das lideranças, se negam a participar até mesmo das associações. Assim como no discurso do Sr. Roque e veremos no discurso de Clodoaldo, existe opção pelo trabalho individualizado, embora haja valorização da organização do grupos:

“Ta parado. Enquanto eles não acordar e não se organizar e não se unir, não vai pra frente. Outros ficam esperando acontecer para ele vê e depois ele entrar no... que é isso que eles tão esperando aí. Tem uma cooperativa de Andradina que ta querendo pegar o leite. Que eles se organizaram e montaram cooperativa. Produtor igual a gente aqui. E agora tão pensando e pegar o leite aí, e eles tão com medo ainda. Ta esperando o pessoal ir pra depois eles ir atrás. (CLODOALDO - presidente da associação Campos Verdes).¹⁷

Os comentários revelam, por um lado, a valorização da organização de grupos e a necessidade de sua existência, por outro, a falta de atuação das associações. Sendo o fator desconfiança um problema patente:

“Aqui tem uma associação só que não anda. Associação com as pernas quebrada, não vai. Essa associação ta aí só mantendo um trator, somente mantendo um trator. Mas não tem, não dá mais nada. A gente só vê na televisão. Ta liberando alguma verba pra renda familiar, mas não chega até nós. A burocracia do banco também é muito grande. As pessoas não têm condição de chegar lá e fazer a exigências. Porque aqui é difícil as pessoas ta com o nome limpo. Problema do SERASA, do SPC. Porque teve uns incentivos por parte do ITESP aí, de plantação, lavoura, milho, feijão, eles vinha e dizia “tem que plantar” obrigado a plantar. Aí plantava e não dava. Como é que pagava? A pessoa plantava e a produção não dava,

¹⁷ Nesta primeira entrevista Clodoaldo ainda não era presidente da Associação Campos Verdes.

como é que ia pagar o banco? Aí ficava com o nome sujo.” (IZAEL – Pastor da Igreja Assembléia de Deus do Primavera)

“Na associação eu vejo quando forma a associação, depois que já ta formada, o dirigente da associação mete a faca. Dá uma de quebrado, os sócios são todos obrigados a pagar. Tem o negócio do leite que eles levam lá pra Venceslau, então perdeu um bocado de tempo, era deixado de lado, depois eles se quebraram lá, eu não tinha nada a ver. Aí depois pediram pra todo mundo pagar a dívida.” (DARIO – assentado do Tupanciretã e membro da Assembléia de Deus)

“Não participo (de associação). Eu inclusive tenho um problema com a cooperativa lá de Teodoro, tenho um problema com eles por causa deles tirarem o dinheiro sem autorização. Era uma verba, eu não assinei nada, eu sempre assinava uns papeis que vinham. Acabaram colocando assinatura da pessoa e acabaram fazendo o financiamento no nosso nome. Eles não pagaram lá o Banco do Brasil, colocaram nosso nome por isso a gente ficou endividado.” (PAULO – Pastor da Assembléia de Deus do Primavera II e morador do Primavera I)

No caso do assentamento os grupos pertencentes às associações se reúnem para resolver problemas individuais de comercialização e produção. Quando esses problemas não são resolvidos, ou quando a ação do grupo gera problemas individuais, por exemplo: o endividamento da cooperativa, gera o endividamento do cooperado, projetos coletivos dificilmente se sustentam no assentamento. Alguns deles se afastam do coletivo, outros realizam várias tentativas na esperança de que um dos projetos possa dar certo.

O foco das discussões referentes ao cooperativismo está geralmente centrado na idéia de que a organização coletiva é a melhor forma de os assentados conseguirem financiamentos e maior facilidade de comercialização dos produtos. Embora os órgãos estatais pautem a sua atuação na concepção de agricultura familiar, ao implantarem algum projeto ou fornecer algum equipamento que possa ajudá-los na produção, (como é o caso do tanque de resfriamento de leite doado pelo MDA), exige-se a formação de uma cooperativa ou de uma associação. No caso do assentamento Primavera e Tupanciretã, as associações existem apenas pró-forma para receber os benefícios e projetos do governo (tanto estadual, quanto federal) e não conseguem organizar seus membros em torno de um projeto coletivo efetivo.

As relações entre as organizações políticas e econômicas da produção dos agricultores familiares apresentam a crescente opção dos assentados pela produção individual e não coletiva. Isso não quer dizer que os

ideais de ajuda mútua entre as famílias se extingam, pelo contrário, eles são traçados pelos ideais de companheirismo, pela relação de vizinhança e pelas amizades, que são estabelecidos por outros grupos sociais, que não econômicos, como por exemplo, a igreja. No entanto existem no assentamento duas visões a respeito da organização familiar: uma valorativa e outra real.

A visão de agricultura familiar do Estado (ITESP) incorporada aos projetos de reforma agrária, está equivocada, pois imaginam uma família extensa, com os filhos envolvidos no trabalho da produção, ignorando a evasão dos jovens do assentamento para a cidade. Diante desta perspectiva não elaboram projetos que envolva toda a família, principalmente a juventude, para que permaneçam na terra. Nem mesmo o controle dos pais participantes das igrejas consegue manter os filhos no assentamento. Nesse sentido, assim como afirma Abramovay, o Estado é um regulador das políticas agrícolas que pode oferecer incentivos, como, por exemplo, crédito, para a agricultura familiar. Ele afirma:

“... o Estado opera como elemento centralizador e responde em última análise pela alocação da atividade dos agricultores”. Apesar de sua base individual, é difícil imaginar atividade econômica mais socializada. É nesta unidade de natureza familiar da agricultura e seu funcionamento a partir de critérios públicos, definidos institucionalmente e onde o mercado pesa cada vez menos que reside justamente a pedra de toque da modernização da agricultura nos países capitalistas avançados. “(ABRAMOVAY, 1998, p. 252/3)”.

O modelo de agricultura familiar pensado pelo Estado, não condiz com a realidade em que se encontra o assentamento, pois não há projetos pensados nesse sentido. A concepção de agricultura familiar está apenas no campo teórico. Na prática, a distribuição de terras e a constituição dos assentamentos são feitos por movimentos sociais, que ocupam terras devolutas e/ou não produtivas; a regulamentação e implantação de políticas de reforma agrária são estabelecidas por órgãos governamentais, sendo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no âmbito federal e o ITESP (Instituto de Terras de São Paulo) no âmbito estadual.

O equilíbrio econômico, que acontece por meio das trocas, é alcançado no assentamento pelos contratos estabelecidos pelas relações de vizinhança, e contribui para a sua subsistência, mas esse tipo de economia não garante um retorno financeiro rápido para resolver problemas, como por

exemplo, de endividamento por causa dos financiamentos. No entanto, os assentados elaboram estratégias de produção e comercialização em maior escala, utilizando a força de trabalho disponível para sua família, como por exemplo, o arrendamento. Esse equilíbrio pode ser alcançado por meio das atividades de trocas em situações extremamente diversificadas quanto ao tamanho da família, idade dos membros, níveis de preço, e não apenas pelo conjunto de valores não decorrentes dos vínculos impessoais oferecidos apenas pela objetividade das trocas mercantis.

O projeto coletivo, no que diz respeito à produção, é abandonado, mesmo porque, tanto o MST, quanto a ABUQT, no caso do Primavera e Tupanciretã, não há representantes responsáveis por projetos de produção e de organização coletiva. Ambos os movimentos se restringem ao momento da ocupação. Os assentados passam a produzir individualmente, muitas vezes, arrendando suas terras para produção de gado.

No caso das famílias assentadas, os pais optam por um tipo de economia chamada tradicionalista, ou seja, em que ganhem o suficiente para o sustento. Vivem da aposentadoria ou do arrendamento que recebem e do pouco recurso que tiram da terra, geralmente da produção de leite. Também é deles a opção religiosa por religiões tradicionais, e não dos filhos.

Não há por parte dos pais resistência em relação à saída dos filhos do assentamento para trabalhar na cidade, pois o trabalho urbano, na concepção deles, pode trazer-lhes uma vida melhor. Este abandono por parte dos jovens, está gerando um processo de “envelhecimento” do assentamento. Ao contrário, o abandono por parte dos pais não é cogitado, pois dizem ter amor a terra ao concebê-la como local em que viverá até a morte.

A produção de leite juntamente com uma renda extra (aposentadoria ou arrendamento), consolida a produção tradicionalista individual do assentado, que por um lado, demonstra um retorno aos ideais do campesinato voltado para o consumo e necessidades diárias, ao mesmo tempo em que se integram ao mercado local por meio da produção de leite que é fornecido aos grandes laticínios da região. Eles se organizam por conta própria, tendo na associação apenas como canal de acesso a equipamentos e comercialização da produção.

A ausência dos mediadores, bem como a ineficiência dos projetos estatais, não garante a permanência dos assentados, porém a sua experiência e herança rural que os mantém na terra a duras penas. Sem a presença efetiva do Estado, que apenas fornece equipamentos, mas é ineficiente no que diz respeito à assistência técnica, se configuram como produtores rurais, se tornando um produtor familiar assim como os projetos de reforma agrária caracterizam.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DO MATERIAL DE CAMPO

1- A constituição das igrejas nos assentamentos: o antes e o depois.

Não encontramos no interior do assentamento igrejas pentecostais da chamada terceira onda, caracterizadas desde a década de 90 como fenômenos urbanos, encontramos igrejas pentecostais de modelo tradicionalista que não necessariamente demonstram ser estritamente rurais, no entanto esta característica revela distanciamento aparente do urbano. Mais adiante discutiremos qual a relação dessas religiões com a origem rural e sua atual condição de assentado.

A opção religiosa dos assentados pelas igrejas pentecostais da chamada primeira onda, revelam padrões rígidos de conduta e doutrinas que impedem a prática de qualquer tipo de transgressão, sendo por este motivo a ocupação de terras condenada por elas. Diante deste fato, qual a estratégia que desenvolvem para conquistarem o direito à terra de reforma agrária?

Durante o processo de ocupação da fazenda Primavera e da fazenda onde hoje é o assentamento Tupanciretã, há abandono das práticas religiosas por parte dos pentecostais e dos católicos. Segundo relatos registrados no diário de campo, não havia igrejas de lona no espaço dos acampamentos, e nem mesmo durante o período em que estavam nos lotes provisórios. Período este muito conflituoso entre eles próprios e os movimentos, pois havia disputa pela localização do lote definitivo. Muitos interesses giravam em torno do morar no sítio: estar perto de parentes, próximo ao rio onde o solo é mais fértil, próximo à área institucional do assentamento etc.

Percebe-se que ao ocuparem a Tupanciretã e a Primavera, os assentados crentes omitiram a ação de ocupação aos dirigentes da igreja à qual pertencia. Ao abandonarem as práticas religiosas neste período, conseguiam manter os dirigentes da igreja, no caso representado pelo pastor, distante do processo de luta pela terra.

Como o pastor não acompanhou, na verdade nem tomou conhecimento do processo de ocupação, após a constituição do assentamento

deixou-se levar pelo discurso dos fiéis de que tudo foi pacífico, e apóia dentro do assentamento a construção das igrejas.

Imediatamente após a constituição do assentamento, quando são distribuídos os lotes definitivos, os assentados abandonam os movimentos e retomam a prática religiosa, despendendo esforços para a construção e propagação das igrejas, tanto pentecostais, quanto católicas.

Surpreendentemente, católicos também abandonam a prática religiosa no período da ocupação, sem motivo aparente, inclusive os que entraram com o MST, que possui como prática, principalmente durante o período de ocupação elementos da mística. Além disso, o que nos leva a não entender a ausência de lideranças católicas no processo de ocupação, é o fato de o Bispo da diocese de Presidente Prudente ser dirigente nacional da CPT, ou seja, deveria haver por parte dos padres maior preocupação com a questão da terra. Na ocasião tentamos uma entrevista com o Bispo, mas a informação que tivemos na Cúria Diocesana, foi de que não estava mais concedendo entrevistas referentes à questão da reforma agrária.

Diante deste cenário, questionei se a negação dos pentecostais em se filiar ao MST poderia revelar uma negação à mística, originária do movimento católico de teologia da libertação, o que não se confirmou devido à ausência deste tipo de prática religiosa durante o processo de ocupação, e até mesmo no assentamento, onde a difícil presença do padre os faz ficar meses sem acesso às missas.

A atitude dos pentecostais em relação à ocupação da terra é bastante clara, diferentemente da postura católica. Como primeira estratégia, a filiação à ABUQT possui relação com a amenização do conflito e da transgressão, e mesmo assim é revelada apenas após a organização do projeto de assentamento. Esta atitude leva a primeira constatação da pesquisa: ao associarem-se à ABUQT, considerada pacífica, se posicionam de maneira distanciada da transgressão, não aceita pelo pastor. Revela também que têm introjetadas as doutrinas da igreja, principalmente em se tratando de pentecostais que nasceram em “berço pentecostal”, assim como denomina Crislaine Francisco (2002). Se por ventura viessem a ser descobertos, conseguiriam justificar a participação na ocupação pela passividade da associação.

Ao sair da situação de acampados e abandonarem o movimento social, abandonam também a condição de transgressores e retomam o que é mais propagado pelas igrejas pentecostais: arrebanhar fiéis. Imediatamente após conquistarem o lote, se organizam e começam a construir a igreja.

As lideranças religiosas, vêem no assentamento uma fatia do mercado religioso, que talvez eles próprios não conseguiriam atingir — até mesmo pela dificuldade de locomoção —, ignorando ou esquecendo qualquer que fosse a atitude “transgressora” dos assentados ao ocuparem a terra. O pastor da AD de Presidente Epitácio, chegou a designar no Primavera uma pessoa para torná-lo pastor dentro do assentamento e assim firmar sua igreja. No Tupanciretã, só não há pastor por não haver pessoas dispostas para tal atividade.

Os assentados possuem consciência deste artifício que fizeram para obter a terra e ao mesmo tempo continuarem pertencendo à igreja. Conscientes da sua condição social sabiam que a única maneira de retornarem ao rural, ou seja, à sua própria origem, seria por meio da luta pela terra. É comum em seus discursos aparecer a frase “*se não ocupar não sai nada*”.

Durante a ocupação desenvolvem uma espécie de identidade provisória de sem-terra (denominação que os coloca na condição de transgressores), que é abandonada após a constituição do assentamento, pois se reafirmam como identidade de um grupo de pentecostais de origem rural, seja ela por serem ex-arrendatários, filhos de produtores rurais ou ex-trabalhadores rurais.

A constituição das igrejas nos assentamentos nos revela que os assentados que aderiram pentecostalismo da chamada primeira onda, vêm de “berço evangélico” e se aproximam do puritanismo protestante original, e os católicos fazem opção por uma vertente tradicional sem influência dos setores da teologia da libertação ou dos movimentos pentecostais. Podemos encontrar naquele espaço uma maior concentração de igrejas da AD (Assembléia de Deus), sendo duas no Tupanciretã e duas no Primavera. Há um templo da CCB (Congregação Cristã do Brasil) no Tupanciretã, um templo da ICPB (Igreja Cristã Pentecostal do Brasil) no Primavera, e uma igreja católica em cada um dos assentamentos, somando ao todo 08 templos.

Não é muito comum naquele espaço encontrarmos pessoas que passaram por processo de conversão nos últimos dez anos, há sim, pessoas que por vários motivos, deixaram de freqüentar templos, seja pela dificuldade de irem às igrejas, que a princípio se localizavam na cidade, seja por não haver templos no assentamento, ou ainda por algum tipo de desentendimento com as lideranças religiosas.

Quando conversamos a respeito da origem da participação dos assentados nas igrejas, percebemos que a maioria dos pentecostais, por pertencerem às igrejas mais tradicionais, vem de origem evangélica, ou passaram por processos de conversão há muitos anos. Eles comentam:

“Eu sempre fui da igreja. Mas eu entrei aqui mais porque o povo era disperso, entendeu?” (Izael - Pastor da Igreja Assembléia de Deus do Primavera I)

“Nós começamos com muitas dificuldades, sem nada, no zero, hoje já temos tudo, ou quase tudo, e na religião, pertencemos a Assembléia de Deus há 15 anos...” Roque Paulino (Membro da Igreja Assembléia de Deus do Tupanciretã)

“De Venceslau, então vim pra cá, era da Assembléia de Deus de Belém.” (D. Maria Rosa - Membro da Igreja Assembléia de Deus do Primavera II)

Muitas vezes pertenciam a outras denominações da mesma origem protestante, o que é comum acontecer entre os crentes. Foi o que aconteceu com D. Cleuza, que era da igreja Batista, mas como sua filha era da ICPB, o pastor se dispôs a construir um templo desta religião no assentamento.

“Não, que eu comecei a ir para a igreja mesmo, agora em julho vai fazer uns 17 anos que eu batizei, na Batista e antes eu era católica. Minha filha que mora em Venceslau, então ela era da igreja. Ela falou para o pastor, ele fez uma visita e falou se eu doava um pedaço para a igreja e eu doei”. (Cleuza - Membro da ICPB do Primavera II)

Eu era da Cristã do Brasil. Eu batizei na Cristã do Brasil. (Pedro - Membro da Assembléia de Deus do Tupanciretã)¹⁸

No Caso dessas pessoas, o fenômeno da conversão está mais ligado à conquista de um emprego, ou ao fato de não “se encontrarem” na religião católica, do que às curas, à libertação de vícios. Em alguns casos de

¹⁸ Entrevistei dois assentados com nome Pedro. Um deles ex-integrante do MST e ex-presidente da associação Campos Verdes do Primavera. O Outro é membro da Assembléia de Deus do Tupanciretã.

conversão masculina ocorrem pelo fato de as mulheres com quem casaram pertenceram a essas religiões.

“Eu comecei a ir na igreja, eu ia assim na igreja católica, mas eu não sentia nada, eu ia assim na igreja e ia por ir, não sentia nada, aí minhas tias começaram a insistir, me chamavam e um dia eu fui e gostei, aí Deus tocou no meu coração”. (D. Cleuza – ICPB - Primavera II)

“Quando eu comecei, eu era jovem. Dezoito anos. E na época como eu era responsável pela família, eu era o mais velho de dez irmãos, eu tinha a obrigação de ajudar na parte do sustento, da alimentação dos meus irmãos, minha mãe ganhava muito pouquinho, eu tinha perdido meu pai. Eu tinha ido uma época pra São Paulo e quando eu voltei fiquei procurando serviço, trabalho. Eu levantava cinco horas, seis horas da manhã procurando serviço, não achava. Aí eu fiz o voto, se eu arrumasse um serviço eu ia ser um cristão. E nesse tempo Deus preparou um serviço para mim que deu certo. Quando foi sete ou oito horas eu já estava com o serviço arrumado. Aí foi aonde eu comecei caminhar. E to aí até hoje nos caminhos do senhor. Agradeço muito. A gente tem mais é que agradecer a Deus por tudo que ele tem feito pela gente”. (Paulo - Pastor da AD do Primavera II).¹⁹

A construção das igrejas, de uma maneira geral, tem como objetivo arrebanhar pessoas dentro do assentamento, como meio de salvação para quem está “perdido ou desviado”, e para garantir a manutenção da religião para pessoas que participavam quando moravam em outros lugares. Durante o processo de ocupação as práticas religiosas são abandonadas, depois de constituído os assentamentos, a retomam e imediatamente iniciam a construção do templo. Vejamos pelos relatos:

“O povo não tinha uma igreja pra congregar. O povo não tinha nem, era muito difícil então. Eu era obreiro da igreja em Epitácio, eu via a situação do povo aqui, a necessidade do povo de Deus, foi aonde eu tive um propósito meu, não foi do meu pastor que mandou abrir igreja não. Esse foi um propósito meu que eu tive aqui. Vi a carência do povo para ouvir a palavra de Deus, aqui também eles precisam de Deus. Precisa ter um tempinho para Deus. E foi aonde num propósito meu e da minha esposa que nós abriu a igreja e começou o trabalho aqui. Evangelizar o povo. Nós temos pessoas que se converteram, mas temos pessoas aqui que freqüentava alguma igreja, mas tava parado, e aqui não tinha igreja e nós se reunimos. Aí nós fizemos a igreja e convidamos e conosco entrou na igreja, eram de várias igrejas, eles tava disperso, aos poucos nós fizemos as igreja, acabaram ajudando no trabalho, se uniu a nós. Os que tão aqui, os que saíram daqui também eram de outras igrejas. Os que estavam aqui eram de outras igrejas. Não tem problema. O importante é ta servindo à Deus. (Pastor Izael - AD do Primavera I)

Mas lá eu não era muito empenhado em igreja não. Ia à missa de vez em quando e pronto. Daí deu pra eu ocupar mais espaço aqui na igreja porque fica mais isolado da cidade. Aqui não tem muito que fazer então tem que partir pra igreja. Fazer alguma coisa de bom, né? E acho que no momento ta fazendo bem pra

¹⁹ Embora resida no Primavera I, o Pastor Paulo é responsável pelos cultos da AD no Primavera II.

Deus e pra toda comunidade. (Clodoaldo - Tesoureiro da igreja N.S. Aparecida e São Sebastião do Primavera e atual presidente da Associação Campos Verdes).

A igreja Assembléia de Deus de Presidente Venceslau *que nos dá assistência aqui e inclusive este ano estaremos construir uma sede no assentamento.* (Seu Roque Paulino – AD Tupanciretã)

Se tivesse a certeza de que tava com dois anos, mas só que eu tava congregando há mais tempo. Lá no Izael, eu tava congregando lá. Só que aqui não tinha. (Sr. Pedro – AD Tupanciretã)

Quando eu cheguei aqui, não tinha dificuldade de trabalho (na igreja), então o Pastor Izael falou com o Pastor da igreja de Presidente Epitácio, e começamos o trabalho através da fé. (Pastor Paulo - AD do Primavera II)

Em outros casos a construção da igreja tem relação com a fidelidade divina:

“Tem um ensinamento pra gente que é pra pessoa ser fiel, não adianta nada a gente fazer as coisas e não é do agrado do Senhor. Então as coisas que a gente procura, lógico, é do agrado do Senhor.” (Pastor Paulo - AD Primavera II)

“Não, foi tipo uma revelação, que Deus falou comigo, ele sabia o desejo do meu coração, e eu não tinha nem uma esperança de estar nesse lugar. Foi uma surpresa. Meu filho pegou esse terreno e não quis e passou pra mim. Já foi um plano de Deus e, antes disso, ele já tinha falado comigo, só que disse que era uma herança bem longe daqui. Só que não foi longe, era essa aqui. Deus mostrou pra mim assim: eu mostrando pros irmão como fazer a igreja eu aqui marcando como era pra fazer a construção, se os irmãos quisessem fazer com a frente pra estrada era diferente. Assim como Deus mostrou, foi feito do jeito que Deus queria, do jeito que ele mostrou, e aqui a gente está”. (D. Maria Rosa – AD Primavera II)

Logo depois da construção da igreja do Primavera I, começou a ser construída, no Primavera II, no lote da D. Maria Rosa, uma outra igreja da AD, do mesmo ministério que a do Primavera I²⁰. A história contada por D. Maria Rosa foi um pouco diferente que a do Sr. Izael, que tinha a preocupação de aumentar seu rebanho. A igreja foi revelada a ela numa visão, como um desígnio de Deus. D. Maria Rosa, ao construir a igreja no seu lote, praticamente com recursos próprios, pouca ajuda das pessoas de fora e o apoio do Pastor Izael, disse estar aliviada por cumprir o desígnio de Deus, o

²⁰ A AD possui vários ministérios: Belém, Madureira, Ipiranga etc. No entanto, quando pergunto a qual ministério pertencem, afirmam ser o de Presidente Epitácio, como se o ministério indicasse a localização da igreja.

mesmo que aconteceu com o pastor Paulo, cuja igreja representava sua fidelidade.

A ICPB, assim como a Assembléia de Deus Primavera II, é considerada por D. Cleuza, também um desígnio de Deus, que se revelou por meio de um pedido seu e não como uma visão.

“Quando eu mudei para cá, eu não queria riqueza, eu queria que Deus me desse um carro bom para eu ir à igreja, que eu tinha um carro caindo os pedaços. Ai Deus me deu um carro bom, ai eu falei novamente que não queria riqueza e quero que Deus me dê um salão. Nem era igreja para eu pedir para os das igrejas virem aqui fazer um culto e ter uma casa boa para eu morar. Eu pedi e Deus me deu a igreja registrada. Essa igreja ela é registrada lá em Brasília, então, Deus me deu o carro e a igreja, só falta a casa e se Deus quiser, logo eu tenho a casa”. (D. Cleuza – ICPB Primavera II)

A semelhança entre a construção da igreja no lote de D. Rosa e D. Cleuza é que elas priorizaram a construção da igreja ao invés da casa. D. Rosa agora conseguiu terminar sua casa de alvenaria, pois recebeu recurso do CDHU. Já, D. Cleuza ainda não conseguiu terminar sua casa mista, uma parte construída com madeirite e outra de alvenaria. Essa prioridade da igreja em relação à casa parece ser uma opção das mulheres.

Tanto o Sr. Izael, quanto D. Rosa, que já pertenciam à AD; D. Cleuza, que pertencia à igreja Batista, são exemplos de pessoas que vêm de berço evangélico. Seu desejo de construir uma igreja levou a filha, que pertence à ICPB, a ajudá-la nessa tarefa, conseguindo o apoio do Pastor da cidade.

É muito comum encontrarmos nas falas o termo *“eu estava desviado”*, para determinarem épocas em que estavam afastados da igreja. Geralmente é nesse momento de afastamento que integram o movimento de ocupação das terras.

“A gente tem uma igreja, essa igreja é um voto que Deus fez comigo, eu fiquei 20 anos fora da igreja e só fazia chorar, e pensar em morrer assim do jeito que eu tava, eu tinha um bar e não era aquele o meu cominho. O que fez eu voltar, é porque eu já conheci Jesus, e eu nunca esqueci e eu sabia que tinha que ter uma salvação, tem dois caminhos né, o caminho da salvação e o da perdição, você vai para o caminho da perdição se você quiser, e vai para o caminho da salvação se você quiser, Deus não obriga ninguém então tem o lugar do perdido e do salvo, e foi isso, conheço muito o caminho, nem sei ler, mas conheço muito o caminho.” (Maria Rosa – AD do Primavera II)

Ah! Mas eu tava desviado... (Sr. Pedro – AD do Tupanciretã)

É no momento em que se instalam no assentamento que retomam os trabalhos religiosos, com eles o esforço despendido para construírem as igrejas e para arrebanharem fiéis, e cumprir o desígnio de Deus.

“Independente de qualquer coisa, religião é uma coisa muito boa que acontece dentro do assentamento. Inclusive as autoridades deviam pôr um pouco mais nessa parte. Eles pensam vir aqui na base da violência, na base da ignorância e eu acho que o ser humano não precisa disso, o que ele precisa é de Deus no coração para que ele possa se sentir bem. Às vezes muitas vezes até o próprio órgão do governo, quando vai abrir uma igreja muitas vezes eles barraram, nós vemos que favorece muito as pessoas, as pessoas adquirem fé, confiança”. (Pastor Paulo – AD do Primavera I)

Foi possível observar que, no início, os grupos religiosos reuniam-se nos lotes dos assentados, ao ar livre, geralmente ao redor de uma árvore. A primeira igreja a ser construída no assentamento foi a AD, do Primavera I, no lote de moradia do Sr. Izael, que se tornou pastor após a constituição dessa comunidade religiosa. Na época em que estava no acampamento, era apenas um fiel praticante. Ao se tornar assentado, além de organizar o culto no seu lote, ao final oferecia almoço aos participantes, pois segundo seu depoimento, muitas famílias passavam por necessidade financeira.

“Aqui a gente fazia, eu morava nessa casinha ali, dava alimento, dava comida pra eles, dava 40, 50 pessoas aqui. Juntando com o nosso tinha dois carros. Começamos o trabalho trazendo o pessoal, aproveitando evangelizar e também matando a fome deles”. (Pastor Izael – AD Primavera I).

Essa atitude contribuiu para que aumentasse o número de fiéis na igreja e aos poucos foram levantando a construção, com recurso próprio, alguma ajuda da igreja da cidade e de alguns fiéis.

“A igreja, olha, a maior parte da igreja quem bancou mais foi eu mesmo. Mas eles ajudaram também. Eles ajudaram um pouco. Eu tenho uns parentes em São Paulo que ajudaram um pouco. O nosso pastor, o pastor Elias da sede, deu uma mão. Mas a maior parte fui eu mesmo. Aos domingos, fazia mutirão. Na semana, ia fazendo eu mais um pedreiro e eu, servente”. (Pastor Izael - AD Primavera I).

O fato de, na época, o Sr. Izael ser motorista e possuir um ônibus facilitava o acesso das pessoas aos cultos. Depois precisou vendê-lo, pois não conseguiu ser contemplado no novo processo de licitação para o

transporte escolar realizado na prefeitura de Venceslau. Para ele, hoje, a maior dificuldade é superar a distância entre os lotes e caminhar nas estradas escuras à noite.

Atualmente, o motorista do ônibus é católico e reside no Tupanciretã, e costuma levar as pessoas para as missas que acontecem uma vez ao mês nas capelas católicas do assentamento, sendo que o mesmo não ocorre em relação às pentecostais.

A Igreja Católica do Primavera surgiu também de uma maneira interessante. Havia na sede da fazenda, hoje a área institucional do assentamento, uma gruta com duas imagens de santos: N.S. Aparecida e São Sebastião, nomes dados à igreja posteriormente. D. Lenir organizou um grupo e começaram a rezar o terço naquele espaço. Ela comenta:

“Ta lá a grutinha feito de pedra bem feitinha. Sabe aquela pedra grande? Bem alta assim. Cabe uma pessoa quase em pé. Não cabe em pé, mas quase cabe. Aí então isso aí a gente viu a imagem de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida lá dentro daquela gruta. Então a Marina cuidava. Então, a Marina um dia logo assim que eu cheguei aqui, (eu vim bem depois). Ai eu disse: nossa! Aqui ta tudo assim, ninguém reza um terço, ninguém participa, ninguém vai rezar nas casas de ninguém. Isso, mas por quê? Todo mundo meio desligado. Um dia era dia de sexta-feira santa, vamos rezar um terço lá na gruta? Vamos. Aí eu nunca tinha visto. Aí tinha essa gruta, eu fui lá e olhei, achei tão bonito e a imagem de N.S. Aparecida e São Sebastião tava bem deteriorada, e bem feinha e tudo. Pensei: nossa! Podia ter uma igreja aqui por perto. Aí rezei o terço, a gente rezou”. (D. Lenir - Membro da Igreja Católica N.S. Aparecida e São Sebastião do Primavera)

No Tupanciretã, quando os membros da AD chegaram ao assentamento, reuniam-se também sob uma árvore que há no lote do Sr. Roque. A igreja foi construída de madeirite, e permanece até hoje no quintal da casa do seu filho, que também mora no assentamento. No momento, a comunidade está se mobilizando para adquirir material de construção. Diferentemente da AD do Primavera (Ministério Belém), o Pastor vem da cidade para realizar os cultos, que acontecem com certa frequência. Seu Roque conta:

“Nós fazíamos os cultos entre nós mesmos, filhos, noras, e íamos à igreja somente de 15 em 15 dias. Hoje não, temos o culto duas vezes na semana. O Pastor vem de Venceslau pra cá, inclusive nesse sábado teremos culto aqui. Nós começamos com muitas dificuldades, sem nada, no zero, hoje já temos tudo, ou quase tudo, e na religião, pertencemos à Assembléia de Deus há 15 anos, que nos dá assistência aqui inclusive este ano tentaremos construir uma sede no assentamento”. (Seu Roque – AD Tupanciretã).

Existe uma disponibilidade maior do pastor em vir celebrar o culto no assentamento, mesmo que seja a cada 15 dias. No entanto, se houvesse um pastor no local, a frequência seria maior. Segundo seu Roque, não há no momento nenhum fiel disposto a se preparar para ser pastor. Esse é um problema que abarca as igrejas, cujos pastores e padres não pertencem ao assentamento, é o caso da ICPB e da Católica que chegaram a ficar três meses sem atividade religiosa sob coordenação do pastor ou padre. No caso da AD, esse problema não existe, pois quem realiza os cultos — tanto no Primavera I, quanto no Primavera II — é o Pastor Izael que mora no assentamento. Na sua ausência o Sr. Paulo assume os trabalhos.

A igreja católica São Francisco de Assis do Tupanciretã está em construção há um ano. Está coberta, mas falta acabamento, portas e janelas. O processo de construção da igreja é o mesmo: festas são feitas, dízimos são cobrados; em alguns momentos a constroem em mutirão, em outros contratam profissionais. As primeiras reuniões desta comunidade católica aconteceram no barracão da sede do assentamento.

“Primeiro nós começamos a conversar sobre a igreja. Foi muita conversa primeiro que teve. As pessoas iam lá no outro começo, tinha o barracão lá, teria que ser lá. Aí não podia ser no barracão daí decidimos ser aqui porque fica bem no meio do assentamento. Fica bom tanto para o lado de cá, como para o lado de lá. Esse aqui fica no meio. A gente conversou, decidiu como ia fazer. Aí depois a gente fez uma quermesse para arrecadar um pouco de dinheiro, aí com um pouco de doação também, foi até bezerro a gente conseguiu levantar ela como está aí. Precisa construir; fazer o chão dela. Tem que por os vitrôs, a porta. Os vitrôs e a porta eu já comprei para pagar parcelado”. (D. Regina - Membro da Igreja Católica São Francisco de Assis da Tupanciretã).

O padre que celebra a missa é o mesmo do Primavera, ou seja, mora na cidade e vem uma vez ao mês. Sendo assim eles possuem a mesma dificuldade da São Sebastião/N.S. Aparecida para participarem das missas. Mas, a maior dificuldade enfrentada pelos fiéis das igrejas católicas é o mesmo que a das pentecostais: a distância entre um lote e outro, visto que os cultos e missas acontecem no período noturno, e no período de chuva as estradas, que já são ruins, ficam em pior estado.

“Já tá com três meses que não tem missa. Foi novembro, dezembro e agora janeiro, que janeiro entrou de férias, tem dois meses pra trás que a gente ficou sem missa. Já nem as pessoas aqui não vem confessar. Eu queria que as pessoas viessem confessar, participar das coisas da igreja.” (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera).

“Ele (o padre) já fez o calendário todinho desse ano e ele não veio aqui conversar com a gente sobre isso. Porque eu queria que viesse um ministro nesse intervalo. As pessoas tá muito afastada aqui da igreja. Tá muito afastada. As pessoas aqui de primeiro, olha, vou falar a verdade pra vocês, não participava muito não, agora de uns tempos pra cá começaram a participar mais. Eu acho que se tivesse mais... O crente é toda semana tem um culto”. (D. Regina – Igreja Católica do Tupanciretã)

Notamos também, que mesmo distante, o padre exerce um poder muito grande sobre as duas comunidades católicas, apesar de não estar muito preocupado com as celebrações. Ele é o presidente das duas igrejas e quem definiu o nome da igreja da Tupanciretã.

“A igreja São Francisco de Assis. Porque o padre pediu que seria bom esse nome e nós também decidimos, porque ia ser Santo Antonio, tem uma capelinha ali em baixo. Mas ele decidiu e a turma concordou, então ficou o nome da igreja.” (D. Regina – Igreja Católica do Tupanciretã)

Como acontece em outros assentamentos, ao surgir a idéia de construir a igreja Católica, ambos os grupos pediram ao ITESP um pedaço de terra na área institucional do assentamento. O instituto não concedeu sob a alegação de que se cedesse a eles, teria que ceder a todas as igrejas, e aquelas terras são do Estado e está lá para benefício de todos e não apenas de um grupo. Como não tiveram sucesso na reivindicação, os católicos aderiram à mesma prática dos evangélicos de construir no lote.

“Nós tentamos. Nós conversamos com a turma do ITESP. Nunca concordou. Porque se eles cedessem para a igreja católica, os crentes queriam. Então eles não podem ceder para nenhuma parte. Porque senão ia virar bagunça, um faz o outro queria fazer também. Então não deixaram. Na época nós queríamos fazer lá mesmo. Ninguém queria saber onde que ia ser”. (D. Regina – Igreja Católica do Tupanciretã)

“A Sueli entrou, vamos fazer, vamos pedir pro Itesp para ver se ele vai dar um pedaço para fazer a igreja, meio que fosse ali perto daquele barracão, ou lá em baixo. Aí o Itesp não doou de jeito nenhum. Daí nós fizemos abaixo assinado, até né, todo mundo fez e foi pra lá. A se eu for dar um pedaço de terra aqui pra fazer a igreja católica todo mundo vai querer pedaço para fazer outra igreja. Mas não tinha importância podia cada um fazer a sua”. (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera)

Os únicos grupos que fizeram o pedido para o ITESP referente à construção da igreja, foram os católicos, que ainda preservam a idéia da união igreja e estado, como antigamente: que os terrenos eram doados pelas prefeituras para as construções.

A idéia de comunidade religiosa e de constituição do coletivo é marcante nesses grupos, diferentemente do que acontece nas associações, ou seja, nos grupos políticos.

“A comunidade quem fez a igreja. Não foi pago um dia de serviço pra ninguém. Então a comunidade que botou a mão na massa. Um doou tijolo, outro doou areia, outro doou cimento. O padre doou, o bispo de Prudente doou a cobertura, o padre de Venceslau doou a frente da igreja, Pe. Wilson, o Pe. Luís Inácio doou os vitrões e as portas. E o resto foi assim pela comunidade. A gente arrecadou dez novilhas, compramos o piso, um pouco de festa que fez, fez umas festas, bastante festa, a gente fez, compramos os bancos. Aí a gente começou a participar mesmo, nas capelas, organização, trabalhar para construir capela, aqui mesmo a gente ajudou pra reforma, assim, ajudando na cozinha fazendo comida, que até hoje eu faço comida pros povo poder ir trabalhar”. (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera)

Quando realizei minha segunda pesquisa de campo, imaginava (com base nos dados já coletados), que havia duas igrejas no assentamento Tupanciretã, mesmo porque, naquele espaço há apenas 76 famílias. No entanto, nas demais visitas a campo, descobri mais duas igrejas: uma Assembléia de Deus do Ministério de Belém e a Congregação Cristã.

A construção do pequeno templo da Assembléia de Deus é de madeira, e segundo D. Joana e Seu Pedro, não é considerada igreja e sim ponto de oração. A diferença estava na construção, sendo a de “material” (alvenaria) considerada igreja e a de madeira considerada ponto de oração. No entanto a existência de uma igreja do mesmo ministério no Tupanciretã, localizada no lote do Seu Roque, os colocava esta condição. Interessante perceber que a construção considerada “igreja” também é de madeirite e não de alvenaria conforme comenta D. Joana.

O casal freqüentava a igreja assembléia de Deus do Primavera, mas por causa da distância e um pequeno desentendimento com o pastor, decidiram construir a igreja em seu lote. A princípio eles queriam que os membros da igreja do Primavera os ajudassem na construção, o que facilitaria a organização de cultos por causa da presença de dois pastores do próprio assentamento, mas como não foi aceito, optaram pelo Ministério de Venceslau, assim como Seu Roque. O pastor da cidade vem a cada 15 dias realizar os cultos.

Depois nós chegamos na Assembléia dos Santos. Aquela igrejazinha do irmão Izael. Aí nós ficamos com eles lá um bocado de tempo. Aí depois, eles falaram pra nós que só podiam vir fazer culto aqui quem vinha fazer o culto, dirigir o

culto. Oh! Irmão Pedro, eu só posso ir lá de 15 em 15 dias. Nós falamos, ah! ta muito pouco. (Seu Pedro – AD Tupanciretã)

O pastor Izael alegou que a dificuldade em realizar os cultos todas as semanas estava na distância entre a casa dele e a igreja, bem como a sobrecarga de trabalho, visto que praticamente todos os dias há atividades das ADs do Primavera I e II).

Constatamos a presença de uma pequena igreja da Congregação Cristã do Brasil, considerada pelos assentados, a “*mais fechada*” de todas elas. A moradora do lote recusou-se a dar entrevista, não nos deixou fotografar, e parecia sentir muito medo durante nossas conversas; medo de se expor e expor a sua igreja. Diferentemente dos demais membros, o casal da Congregação Cristã adquiriu a terra no assentamento há dois anos, portanto não participou do processo de ocupação e conseqüentemente não se envolveu no conflito.

Comprar terra, ou adquirir terras por meio de compra também pode ser uma maneira de não vivenciarem situação de conflito e participarem de ações transgressoras.

Além dos dados qualitativos da pesquisa de campo, tive acesso aos dados de uma pesquisa quantitativa por meio de uma equipe de pesquisadores da Unesp de Presidente Prudente, feita a pedido da Secretaria da Educação da prefeitura de Presidente Venceslau, a respeito do número de crianças que estão freqüentando a escola — de 1^a a 4^a série²¹ — no assentamento e as que estão fora delas. A pesquisa também levantava alguns dados sobre o envolvimento das famílias em diferentes grupos presentes no assentamento. Uma das questões feitas aos assentados foi: “*Participa de alguma atividade comunitária no interior do assentamento?*” Dentre as opções que poderiam ser respondidas, uma era igreja e contava com dois itens: católicos e evangélicos. Num total de 178 famílias entrevistadas, 81 responderam que participam da comunidade católica, 36 de comunidades evangélicas e 61 não assinalaram o item igreja como sendo uma atividade comunitária à qual freqüenta. Se considerarmos a pergunta, podemos constatar que o risco de algumas pessoas se declararem, por exemplo, católicas, mas

²¹ A partir da 5a série as crianças passam a freqüentar as escolas na cidade de Presidente Venceslau, o que as faz percorrer 70 km entre ida e volta todos os dias.

não participam das atividades é pequeno, pois a resposta afirmativa à questão implicava na referência ao tipo de atividade comunitária.

Em termos de dados, o número de pessoas consideradas evangélicas, correspondem ao número indicado pelo IBGE, cerca de 17%, se comparada com a pesquisa acima citada que chega a 20%, mas o que nos chama a atenção é a quantidade de templos. Se considerarmos que nos dois assentamentos concentram-se 203 famílias, o fato de possuir 08 templos construídos, ou seja, aproximadamente uma igreja para cada 25 famílias, torna-se um dado que salta aos nossos olhos de pesquisador. Outro dado interessante é a presença de igrejas pentecostais tradicionais, da chamada primeira onda: Quatro templos da Assembléia de Deus, uma da congregação Cristã do Brasil e um da Igreja Pentecostal Cristã do Brasil, muito parecida com a Assembléia de Deus.

Apesar da dificuldade de locomoção e do esvaziamento no assentamento, o que parece resistir e preservar atividades coletivas são os grupos religiosos. Aliás, a dificuldade de locomoção também foi tomada como desafio e gerou a necessidade de construção das igrejas em vários pontos do assentamento.

“Devido a distância deles virem para cá. A distância é muito longe pra eles vim. Então essa Maria Rosa tinha vontade de fazer essa igreja. Mas nós fazia culto debaixo de uma árvore, há dois anos fazia lá. E ela tinha a vontade dela era de fazer uma igreja lá. E nós se organizamos e fizemos a igreja. Foi bom pra eles lá, os vizinhos participar ali, do que trazer pra cá. E a gente vai lá fazer o culto uma vez por semana. Foi feita pela comunidade”. (Pastor Izael – AD no Primavera)

“A distância e o transporte, por exemplo, quando estou de carro eu levo algumas pessoas e outras vêm de carroça”. (Seu Roque – AD do Tupanciretã)

“Pela dificuldade de transporte. Porque senão fica muito longe, dá uma média de 5 ou 6 km, 7 km, então não tem condições de levar. A gente tinha até que levar”. (Pastor Paulo - AD Primavera II)

“Começamos o trabalho trazendo o pessoal, aproveitando evangelizar e também matando a fome deles. Risos. A situação era meio difícil. Inclusive eu trazia aquele resto das feiras que sobrava pra eles, dos açougues, tinha que passar nos açougues pegava carne trazia pra eles, uma situação difícil, assim ajudar. E assim conseguimos pegar amizade com o povo e eu também não conhecia todos não”. (Pastor Izael - AD Primavera I)

“No começo não tinha a igreja e fazíamos os cultos aqui mesmo, vinha bastante gente, só que agora na cercania tem muita igreja”. (D. Cleuza – ICPB do Primavera II)

“As dificuldades, bom, agora tem ônibus que vem, o prefeito cede o ônibus e o rapaz mora na Tupã que carrega as pessoas pra vir na missa. Então muitos não vêm porque ele só passa na linha principal e tem muita gente que mora até 06 km lá em baixo na beira do rio, e eles não vão vir à noite na rua principal. Passa sai daqui umas oito e meia nove horas, quando termina a missa, pra eles voltar eles tem medo. Ele não gosta de voltar à noite, tarde da noite. Ir a pé é difícil”. (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera)

“O ônibus vai também. Só o dia que ele não pode puxar daí ele avisa: hoje não dá para mim ir. Mas, caso contrário: Ah! Hoje eu vou. Aí vem gente de lá de baixo também”. (D. Regina – Igreja Católica Tupanciretã)

Como escrevi anteriormente, o ônibus está disponível para católicos e não para todos, e mesmo assim a frequência é pequena por causa da ausência do padre que não acompanha os trabalhos do assentamento, diferentemente do que acontece com os pentecostais. .

Aparentemente os crentes são em maior quantidade pelo fato de se esforçarem mais para frequentar o culto, divulgar mais suas religiões e incluir no seu discurso cotidiano elementos evangélicos. O referencial que os assentados têm em relação ao crente é marcante, todos identificam o Sr. Izael Pastor, a D. Rosa evangélica, e assim por diante. O comportamento revelado por meio da conduta e das vestimentas, assim como o funcionamento constante das igrejas em relação aos cultos e as festas religiosas, demonstra um grau maior de organização dos crentes gerando uma ilusão de que eles são em maior quantidade.

A valorização que o assentado faz a respeito do coletivo organizado, é revelada quando afirma ser a igreja a única a única organização que realmente funciona, principalmente as evangélicas. Assim, católicos que sofrem com a ausência do padre e de fiéis, dá crédito aos evangélicos, que torna a igreja um espaço de integração e até mesmo de controle social para permanência da ordem no assentamento, o que dá força e visibilidade a eles.

2 - Situações de conflitos e religiões: uma contradição?

As relações conflituosas foram constantes dentro do espaço do acampamento, durante o processo de ocupação. Na verdade os pastores das igrejas (AD e ICPB)²² inicialmente rejeitaram esse processo, não necessariamente pelo fato de que a religião e a política não devam se juntar, mas pela situação de conflito, que é por eles considerada transgressão da ordem.

“Aliás, eu resolvi dar (o leite)²³, mas o pessoal já estava enjeitando. Cachorro não tava querendo, os porcos também não tava querendo. Aí, eu fui na rua e comprei coalho para fazer queijo. Eu não participo de greve. Eu não. Eu to com essa idade aqui, toda vida fui contra a greve. Você viu o que o outro lá fez? Essa confusão grande. Só que a Bíblia diz assim pra nós: Onde veres, conflito, guerra, filho ofendendo pai, pai ofendendo filho, a vinda do filho de Deus está próxima. Então, a gente tem que estar preparado.” (Seu Pedro – AD do Tupanciretã)

Assim como a AD, a ICPB mantém doutrinas rígidas e proibições de algumas ações que se refletem na conduta de vida das pessoas, por exemplo, a proibição da participação no processo de ocupação da terra. No entanto, mesmo sem aceitar a ocupação, o pastor da igreja “da cidade” não exerce nenhum tipo de punição ao fiel que deseja participar do processo de luta pela terra. Porém, as lideranças das igrejas pentecostais têm incentivado os fiéis a distanciarem-se, em alguns momentos, das práticas políticas do assentamento, motivando-as a dedicar-se apenas à religião.

Imediatamente após a regulamentação dos assentamentos pelos órgãos governamentais, os fiéis mobilizaram-se para construção dos templos. Não sofrem punição por parte dos dirigentes da igreja por terem participado de ocupações e arrebanham mais fiéis. O curso da ação desses fiéis mostra que o indivíduo toma o caminho que lhe traga mais vantagens, ou seja, é como se os fins justificassem os meios.

Além de propagarem suas religiões, os assentados, ao participarem do processo de ocupação optam por se unir a um movimento que não represente transgressão da ordem estabelecida, tanto pela sociedade,

²² A AD é trazida para o Brasil em 1910 por meio de missionários suecos provindos dos EUA, e é considerada por BURDIK, como pentecostal tradicional. Já a ICPB, nasce em 1906 nos Estados Unidos e chega ao Brasil em 1935. As doutrinas dessa igreja se aproximam muito das da AD.

²³ Se referindo a chamada greve do leite, quando os produtores, que jogaram fora o produto por causa da baixa do preço. Sua opção foi doar, mas como quase todos os assentados produziam leite, não havia interesse em pegar a doação.

quanto pela igreja. Os assentados percebem que sua permanência na luta pela terra, depende do tipo de movimento ao qual se unem, para que essa ação não seja considerada uma transgressão.

No caso dos assentamentos estudados, não houve, na prática, relações de conflito no processo de ocupação, por parte da ABUQT, diferentemente do que aconteceu com o grupo do MST. Segundo os assentados, existia divergência entre os dois grupos, porque o primeiro era formado por ex-arrendatários e tinham uma boa relação com os fazendeiros, o que não acontecia com o segundo. Por terem esse tipo de característica, o movimento considerado pacífico e ordeiro, teve uma maior adesão por parte dos pentecostais. Nesse sentido a ocupação da terra não era considerada uma transgressão propriamente dita, pois os fazendeiros estavam tendo prejuízo e vender para o Estado para fim de reforma agrária seria um bom negócio.

Nas conversas com os assentados, aparecia — embora não explicitamente — um acordo com os antigos donos da fazenda e o órgão representante do governo. As pessoas que entraram no assentamento juntamente com o movimento *Brasileiros unidos* fazem críticas às ações — supostamente praticadas pelo grupo “*do Rainha*” — de cortar cercas, matar gado, tocar fogo no pasto etc., pois não havia necessidade de cometer esses atos, visto que o processo de constituição do assentamento estava caminhando rapidamente.

Esse tipo de atitude confirma o pensamento de Barone que, a respeito da lógica capitalista de Weber, faz um estudo sobre a diferença entre racionalidade social e racionalidade moderna capitalista. Segundo o autor, a racionalidade social é permeada pelo que ele chama de economia moral — o conjunto de códigos de reconhecimento social —, orientada pela ação que embasa as construções sociais dos agentes em questão, assim como discutimos no primeiro capítulo desta tese.

O pastor da AD, Seu Izael, morador do assentamento Primavera, que entrou com o grupo do MST, disse-me: “*O pastor da cidade não era a favor de eu ocupar as terras... ele era militar, mas era um sonho meu ter um pedaço de terra*”. Ao afirmar que o pastor da cidade era contra seu envolvimento no processo de ocupação — com intuito de não revelarem aspectos tidos como negativos na própria igreja —, imediatamente justifica a

atitude do dirigente da sua igreja afirmando que ele é contrário à ocupação por ser militar e não porque a igreja a proíbe.

Vejamos alguns trechos de entrevistas em que aparece a questão da aceitação ou não aceitação das igrejas em relação à ocupação da terra:

“Eu acho que a postura do movimento e do governo aqui não precisava dessa tal de invasão. Não precisava isso aí. Mas acontece que se não houver o movimento, essas invasões, essas pressões não sai terra. Na burocracia não sai terra. Então, eles fazem isso aí pra pressionar o governo e o fazendeiro para haver negociação pra que a terra saia. Porque se ficar esperando, no caso, não ter essas invasões, não ter esses movimentos, não sai. Não sai de maneira alguma. Na paz não sai. Só na guerra, é o que acontece. Acho que se houvesse mesmo, o governo tendo a reforma agrária e aplicasse a reforma agrária não precisava isso. O governo desapropriava fazenda e colocava as pessoas dentro. Acontece que o pessoal, coitado, fica debaixo de uma lona aí, esperando pela vontade do governo, se negocia fazenda com o fazendeiro, e as coisas para pressionar, tanto de um lado, quanto de outro pra que haja negociação. Aqui se vê esses conflitos aí, no Pontal todo”. (Pastor Izael – AD do Primavera I).

O Sr. Izael vê a ocupação como única alternativa para se conseguir a terra. Afirma, entretanto, não ter se envolvido em ações praticadas pelo MST, – cortar cerca, matar gado etc.— o que não era de boa conduta para ele. Diz:

“Olha, eu tive aí, mas eu não me envolvi. Eu tive no acampamento aqui. Só que tem uma coisa. Eu nunca apoiei muitas coisas que eles faziam aqui. Não. Eu nunca comi um quilo de carne de alguém que entrou aqui e matou o gado. E eu vi matando. Mas eu nunca participei. Eu nunca participei das invasões aqui dentro. Eles faziam as invasões lá no acampamento, entendeu? Na sede aqui, fizeram as invasões aí. Cortaram arame, fizeram muita coisa, mas eu não fiz. Por que eu não quis acompanhar eles? Porque eu era evangélico conhecia o bem, sabe? E tava errado. Eu não podia compartilhar com eles uma coisa que eu sei que é errado, não deve fazer isso. Coisa que a Deus não agrada ficar fazendo isso aí. Eu não participava. Tava junto. Também não falava nada. Não criticava. Ficava na minha. Entrei com o MST. Mas eu não sou a favor, não acho certo, o que eles fazem aí; coisa errada ficar matando criação. As criações não têm culpa. Isso é uma coisa que eles fazem. Isso aí é pra pressionar, ver se o fazendeiro vende logo a fazenda, que os sem terra ta dando prejuízo, sei lá. Não sei se eles acham isso aí. É um meio de negociar o fazendeiro abre mão, abre mão e negocia a fazenda. Existe isso aí”. (Pastor Izael – AD do Primavera I).

Foi-lhe perguntado qual o apoio do Pastor à ocupação de terra. Disse:

Não. Não deu apoio. O nosso pastor era contra. Depois que ele viu que o trabalho tava em andamento, que o trabalho tava indo, aí ele veio dar apoio. Todo mês tem reunião na sede, todo mês nós vamos às reuniões. Agora nós temos todo apoio do pastor. Nós vínhamos pra cá no começo e ele não era a favor de nós aqui. Pela vontade dele (do pastor), eu não tava aqui. Não tava montando acampamento. (Pastor Izael – AD do Primavera I).

“Não a Igreja não se manifestou, não era a favor nem contra. Se ela se manifestasse, fosse contra, eu não estaria aqui. Não, eles não se manifestam, somente são contra a matar animais cortar cercas, essas coisas que todas as religiões são contra, se for tudo pacífico a igreja não se manifesta.” (Seu Roque – AD do Tuapanciretã)

Entrevistadora – Mas se o senhor fosse já da assembléia de Deus o senhor não teria ocupado? *Não. Aí eu tinha que pedir permissão para Deus. Consultar a Deus para fazer as coisas assim vai ficar difícil pra gente. Porque quem é o dono disso tudo é Jesus, então é Deus quem cuida. Fez os céus e a terra, fez os montes, fez de tudo. Aí a gente tem todo direito, tudo que a gente quer tem que pedir a ele, porque ele é que é o dono.* (Seu Pedro – AD do Tupanciretã).

Nos trechos acima se evidencia a idéia de que o Pastor não era a favor da ocupação, por considerar o movimento conflituoso e desordeiro. Talvez, por isso, apenas dois únicos pentecostais entraram com o MST. No caso do Sr Roque, se o pastor se manifestasse contrariamente seria necessário desistir da luta pela terra. Muitas vezes o pastor não impede por não saber que um, ou vários membros da igreja estão envolvidos na luta pela terra. Sabendo que provavelmente os dirigentes da igreja seriam contra o processo de ocupação, optam por não falar. *“Eles (pastores da igreja) nem sabiam.”* (Dário – AD do Tupanciretã)

Os demais evangélicos entraram ou junto com o movimento ABUQT, ou adquiriram a terra depois. No entanto, quando o pastor vê a possibilidade de aumentar o rebanho e construir novas igrejas, passa a apoiar o trabalho religioso do Sr. Izael, que logo é designado Pastor.

“Mas ele viu que era um propósito que eu tinha, e eu sabia que eu trabalhava com transporte e eu sabia que o transporte ia parar um dia. O transporte ia parar. Eu pensava em pegar um pedaço de terra enquanto eu to trabalhando, o dia que parar o transporte eu teria um cantinho, uma terrinha. Criar um gadinho, aí deu tudo certo de fazer a igreja e fazer a igreja aqui; criar um trabalho, e assim aconteceu. Eu fui mandado pelo pastor pra trabalhar nessas terras aqui. De lá de Epitácio que vieram pra cá só, eu e o Luciano. Nós viemos para ocupação de terra, era da igreja só nós dois. Mas já tinha os outros”. (Pastor Izael – AD do Primavera I).

Discurso semelhante aparece na fala da D. Cleuza da ICPB, a ocupação é um caminho para conquistar a terra, mas não aceita situações que ela chama de “bagunça”:

“Não, ninguém participou. E eu não sei, porque quando pegamos essas terras aqui, tem muita gente que faz bagunça nas terras, mata criação de porco e nós aqui não tivemos nada disso, graças a Deus, nós ganhamos por Deus mesmo,

ninguém fez arruaça, ninguém fez nada, ficamos tudo nos barraquinhos aí, logo veio a terra. No barraco mesmo ele ficou pouco, acho que quatro meses, acho que foi naquele tempo eu trabalhava, ele ficava aí sozinho, mas não demorou muito não, agora eles vão lá invadem a fazenda, fazem aquela bagunça, põe fogo na fazenda e lá não, eles ficaram e não teve nada disso não. Mesmo porque as pessoas que tem uma religião nem é permitido isso”. (D. Cleuza membro da ICPB).

O esposo da D. Cleuza entrou no assentamento com o grupo do MST. Quando perguntei a ela a respeito da participação dele no movimento, assim como o fato de a religião não aceitar tipos de ações praticadas, ela interrompeu e disse: *Mas na época ele não era crente, só eu.*

Já D. Rosa, da AD do Primavera II, afirma que as pessoas só estão em busca de terras que são do governo, portanto, não são terras roubadas. Isso revela que, para ela, o processo de ocupação não atinge os princípios da igreja. Mesmo assim, tinha outra concepção em relação à ocupação: pensava que haveria muitos conflitos, o que não aconteceu com o grupo que entrou com o movimento ABUQT:

“Eu morava em Venceslau, tinha um bar, e meu filho pegou essa terra e não quis. Ah! Sim, teve sim, mas não é terra roubada, as pessoas vêm, ocupa, o governo compra, corta e dá pra pessoas: não é roubada. Só que essas terras aqui não são nossas, são do governo; nosso é só o trabalho, mas isso não tem problema, pois a agente sempre trabalha aqui, pra você ver as coisas, depois das ocupações, já ficaram mais baratas. Essa história das terras tem na Bíblia. Está lá, que no fim dos tempos isso ia acontecer, então é ‘os finais’. Não, mas desde pequeno a gente sabe disso, só que eu pensava que a gente ia brigar matar, mas foi tranquilo”. (D. Maria Rosa, membro da AD do Primavera II).

Da. Rosa vê na conquista da terra uma referência ao Apocalipse, — não como referência à terra prometida descrita no antigo testamento —, por causa das necessidades e provações que passam num processo de ocupação;

“Tem a passagem dos escravos, do Mar Vermelho, mas eu acredito que está mais ligada ao fim dos tempos mesmo. Porque não é fácil ocupar as terras dos outros, ficar em barraca de lona, sem água, passando trabalho. Tem primeiro a terra provisória e, depois, a definitiva. E eu vinha todo dia aqui, trazer coisas pra ele, levar roupa para lavar”. (D. Maria Rosa – AD do Primavera)

O discurso da aceitação da igreja em relação ao processo de ocupação aparece também na fala do Seu Roque Paulino, que, além de membro da AD, é membro da associação do Tupanciretã e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do município de Presidente Venceslau:

comenta a passividade do movimento Brasileiros Unidos e a aceitação do pastor:

“Tinha um movimento do MST lutando para vir pra primavera e o Geraldo Lopes entrou no meio e disse que antes que eles entrem na Tupã, vamos nós primeiro”. Os fazendeiros preferiram, por não sermos baderneiros; ficamos três ou quatro meses acampados, inclusive tomando conta da fazenda.

Não, a Igreja não se manifestou. Não era a favor nem contra. Se ela se manifestasse, fosse contra, eu não estaria aqui. Não, eles (os pastores) não se manifestam, somente são contra matar animais, cortar cercas, essas coisas que todas as religiões são contra. Se for tudo pacífico, a igreja não se manifesta”. (Seu Roque membro da AD do Tupanciretã).

Os evangélicos ocupam a terra, juntamente com os movimentos sociais organizados, cometem uma transgressão, enfrentam as autoridades religiosas e, depois de instalados, não sofrem punição, constroem as igrejas e arrebanham fiéis. Embora a ação da ocupação da terra possa parecer inadequada para a direção das igrejas devido à situação de conflito e transgressão, ela representa a possibilidade para os acampados atingirem o fim: a obtenção da terra.

Os assentados crentes percebem que sua permanência na luta pela terra, depende do tipo de movimento ao qual se unem, no caso, da ABUQT. Nesse sentido, mesmo sendo o processo de ocupação, considerado uma transgressão, os assentados nem sempre o concebem assim, pois consideram que o fato de as terras serem do Estado, mesmo compradas dos fazendeiros, lhes dá o direito de tomar parte dela. Além do mais, as características da ABUQT: grupo pacífico que tinha bom relacionamento com os fazendeiros, dilui a possibilidade de se pensar em transgressão. Muitas vezes declaram ter participado do processo de ocupação, mas não se envolveram diretamente com os movimentos. Muitos participavam apenas no final de semana.

Na opinião do Pastor Izael, as ações radicais fazem parte da estratégia de ação do MST, mas atos, que ele chama de “vandalismo” acontecem por causa da falta de controle e discernimento de quem entra nos acampamentos.

“O acampamento é um ambiente muito... um pessoal meio agressivo, as pessoas acampadas ali. Aqueles tumiltinho, só vê montinho de gente para lá e para cá. Um falar da vida do outro. É o doutor fiel, todo mundo sabe de tudo, todo mundo da opinião e vai ser aquilo, aquele outro.” (Pastor IZAEL – AD do Primavera II)

Controle esse feito por seu Geraldo Lopes ao pedir antecedentes criminais para as pessoas que pretendem associar-se a ABUQT. Nesse caso, a passividade sustentada pelos valores religiosos significa no momento da ocupação a manutenção da ordem.

Em relação à transgressão que praticam ao ocuparem as terras tem algumas versões diferentes. Segundo a fala de alguns assentados, se o Estado cumprisse seu papel não seria necessário o processo de ocupação. Quando questionados a respeito da ocupação de terras “alheias” enfatizam o discurso de que a terra é do Estado.

“Quando eu cheguei, vim de Venceslau, morava num quartinho, pagava luz, pagava água. Eu vendia pão na rua. O governo me deu esse pedaço de terra aqui. Deu Primeiro o provisório, graças a Deus. Mas vê só onde eu cheguei. Glória a Deus. A base de Deus com a ajuda do Governo. O governo ajudou muito.” (Seu Dario – AD do Tupanciretã)

“A sim, teve sim (OCUPAÇÃO), mas não é terra roubada, as pessoas vem ocupa, o governo compra corta e da pra pessoas, não é roubada. Só que essas terras aqui não é nossa é do governo, nosso é só o trabalho, mas isso não tem problema pois a agente sempre trabalha aqui, pra você ver as coisas, depois das Ocupações, já ficaram mais baratas. Essa história das terras tem na bíblia.” (D. Maria Rosa – AD do Primavera II).

Mesmo sem ter participado do processo de ocupação D. Maria Rosa tem a concepção das dificuldades de passar os dias no acampamento, pois acompanhou a participação do filho (não crente), que pegou a terra onde dona Rosa reside. O filho que pegou a terra desistiu, seu irmão ficou com a terra, juntamente com a mãe, mas veio a falecer quando morava no assentamento.

No discurso de D. Cleuza, já descrito anteriormente, diz que o marido quando ocupou não era crente, por isso lhe era permitido participar da ocupação, talvez a ela não fosse.

No discurso do pastor Paulo, aparece um dado interessante, que é a negação da possibilidade de se tornar liderança do movimento. Até por ser pastor, tem desenvoltura para falar e agregar pessoas, assim como o pastor Izael:

“Só que a gente, comparação, eu tive problema através das pessoas que falavam uma coisa e não tinha nada a ver com aquilo. Falaram que eu era militante, que eu fazia parte do movimento do Zé Rainha. Na verdade eu ia apenas na reunião porque ia ter terra e a gente estava esperando. Nesse intervalo teve um

mal entendido e eles queriam que eu fosse fazer parte da liderança. Como a gente era evangélico, a gente nunca quis participar da liderança. As pessoas achavam que como a gente sempre tinha comunicação com o povo eles achavam que a gente era líder. Graças a Deus nunca fui líder. Quando eles vinham falar alguma coisa eu dizia: eu quero meu pedacinho de terra pra plantar.” (Pastor Paulo – AD do Primavera II)

A igreja não aceita que um membro seu exerça a função de liderança dentro do movimento, o que significa o não envolvimento mais profundo com o movimento, principalmente se tratando do MST. Há um cerceamento da igreja perante os fiéis que declaram participar do movimento de luta pela terra, principalmente os que, segundo eles, praticavam ações mais radicais. Percebe-se pela fala de Izael e de Paulo que o pastor tentou impedi-los, ou pelo menos controlá-los, durante o processo de ocupação, diferentemente do que aconteceu com os membros que entraram com a ABUQT.

“Eu vim... Eu entrei no grupo do primeiro de abril, quando teve uma ocupação muito grande pelo Pontal e a doutora Cris trouxe nós pra cá. Não foi através de ocupação. Não aceita porque na parte de vandalismo. Então na parte de vandalismo não faz parte, ninguém quer que faça parte uma coisa dessas. Mas na parte de você adquirir não tem nada a ver uma coisa com outra. Desde que você não participe você pode participar de outras coisas, mas não pode participar de coisas que podem manchar a imagem da igreja. A igreja nessa parte não tem apoio, nessa parte. Como é que vai ter apoio de uma coisa que ta fazendo errado. Nós não podemos escandalizar nessa parte.” (Pastor Paulo da AD do Primavera II)

Já as pessoas que entraram com a ABUQT, atribuem os atos de vandalismo ao MST, como comenta Sr. Roque:

“Tinha um movimento do MST lutando para vir pra primavera e o Geraldo Lopes entrou no meio e disse antes que eles entrem na Tupã, vamos nós primeiro e os fazendeiros preferiram por não sermos baderneiros, ficamos 3 ou 4 meses acampados inclusive tomando conta da fazenda.” (Seu Roque – AD do Tupanciretã)

Alguns pentecostais assumem ter participado da ocupação em situações mais conflituosas e violentas, mas no momento de suas vidas que estavam “desviados”.

“Foi meio pesado. Só que eu naquele tempo não era crente, não era nada. Só que eu ficava de fora. Toda vida eu respeitei o ser humano. Não gosto de violência essas coisas. Não faz parte do meu gênero. Daí eu ficava de reserva. Daí tem um tal de Toco, não sei se você conhece: tem que ter isso, aquele outro. Violência não faz parte da minha vida. Aí, tava meio alto (referindo-se ao Sr. Toco que estava bêbado) né, aí pegou e entrou. Ele entrou e abriu a porteira e saiu correndo quase trombou em mim. Aí veio o Paulo e disse: Aí Pedrão, você ta aí? Eu disse: to. ‘Mas rapaz, o que você está fazendo aqui?’ (referindo-se a fala do Paulo) Ah! to ai com os meninos aí. ‘Mas rapaz, essa terra não presta’. (referindo-se a fala do Paulo) Não presta é uma bagunça dessas.” (PEDRO – AD do Tupanciretã)

Não diferente dos pentecostais, entre católicos, o discurso da passividade aparece:

“Nosso acampamento foi uma coisa pacífica, nós ficamos dois meses no provisório trabalhamos, o Geraldo Lopes era o coordenador e ele ficou sabendo que a fazenda ia ser devoluta, aí ela até reuniu o pessoal até aqui nesta pracinha aqui da feira e levou o pessoal pra lá, eu trabalhava na fazenda da Maturi, e eu fui pra lá. Cheguei lá já tinha um monte de barracos aí eu montei um barraquinho e logo soltou o provisório e ficamos dois anos no provisório que era dois alqueires de terra, trabalhamos e depois com dois anos e meio saiu o definitivo.” (DENISE – Presidente da Associação Renascer e membro da Igreja Católica do Primavera)

Para os católicos, a idéia de participar de um movimento pacífico sem muitos conflitos, significa não passar pela criminalização dos movimentos sociais vivida da região do Pontal. Bernardo Mançano demonstra essa realidade em seus trabalhos, os movimentos são tratados pela polícia do Estado como quadrilhas, diferentemente dos evangélicos.

As falas demonstram que o processo de ocupação durou pouco tempo, talvez por haver um acordo prévio de desapropriação e de que os ocupantes cuidariam da fazenda, valorizando o preço das terras perante o Estado, pois era pago as benfeitorias da fazenda, visto que as terras eram devolutas.

“Foram quatro meses, foi muito rápido. E aquele tempo do acampamento eu puxava aluno. Eu trabalhava com transporte escolar. Então no acampamento eu só vinha no final de semana. Eu não ficava direto igual eles ficavam, não. Eu trazia as coisas pra eles, mas eu não ficava direto. Ficava final de semana, ficava ali, participava das reuniões, mas na verdade eu nunca morei debaixo da lona. Só passava o dia lá”. (Pastor Izael – AD do Primavera)

“... em 6 meses consegui a terra provisória e em 1 ano consegui a definitiva. Porque ele (fazendeiro) já tava querendo vender pro estado, por isso a facilidade, e em um anos já recebemos 3.500,00 do INCRA.” (Seu Roque – AD do Tupanciretã)

“Ele (FILHO) fez cadastro, saiu num instante, ele construiu um barraco, e arrumou emprego, mas a mulher não quis e ele passou pra mim. Larguei o bar e vim pra cá. Que essa era a herança de Deus, conforme ele me mostrou, porteira, mangueira, tudo como ele mostrou”. (D. Maria Rosa – AD do Primavera II)

“No barraco mesmo ele ficou pouco, acho que quatro meses, acho que foi naquele tempo eu trabalhava, ele ficava aí sozinho, mas não demorou muito não.” (D. Cleuza – ICPB do Primavera II)

“Veio já no provisório, já. Não ficamos em beira de estrada acampados não. Meu marido fez o cadastramento dele, no Itesp, e então tinha os de palestra que vinha aí nas fazendas fazer, aí tinha as palestras. Eu morava na cidade. Aí eu não vinha quase para cá não. Aí quando cortaram a fazenda aí cortaram assim, um alqueire e meio para cada pessoa, então meu marido veio para cá no pedacinho de terra que ele ganhou, dois alqueires e meio pra ver se a gente sabia tocar.” (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera)

A venda da terra não é bem aceita pelos assentados que a conquistaram, porém, por parte de quem a compra, esta ação se torna uma forma de se livrar do conflito, visto que algumas pessoas passaram por esse tipo de situação quando participaram do movimento, como é o caso do Seu Adeíson, mais conhecido com Seu Paraíba.²⁴ Nem mesmo o ITESP aceita a venda, a não ser se alguém desiste, e outro está na lista, então a pessoa paga as benfeitorias.

“Eu fiz o cadastro (no MST) através de amigos. Eu estranhei um pouco, nunca tinha visto aquilo²⁵ e sai meio assombrado e voltei a trabalhar, ai chega outro amigo e me chama para esse aqui (atual assentamento) não era assentamento do MST, eu nunca mais entrei mais em nenhum assentamento do MST. Entrei três vezes no acampamento entremos na fazenda ali saímos varados de chumbo eu mais seis amigos você sabe, hoje tenho minha família para eu criar, mulher, filhos tenho o meu boi, então saí daqui, falei para um colega meu se ele conhecia alguém que quisesse vender o sítio seja onde for porque eu sei que dentro deste assentamento tem ajeita para mim que eu compro, ai ele ajeitou para mim em 8 dias eu fui e comprei, mas eu tinha que pagar aquilo lá porque eu já estava participando dos acampamentos, aí foi onde eu comprei.” (Seu Paraíba – Morador do Primavera I)

Alguns assentados que compraram lote, declaram que as terras do assentamento são uma alternativa de trabalho e renda, mesmo porque não teriam condições de comprar terras em outro lugar, e depois que passam para a condição de assentado recebem recursos de incentivo e financiamentos do governo, o que facilita a produção.

“Eu vim, eu comprei o direito. Por isso que eu não peguei desde o comecinho a construção da igreja. Quando eu cheguei já tava, o bonde já tava andando. Peguei e to indo até o final agora. Eu não vim no comecinho que nem eles.” (Seu Clodoaldo – Igreja Católica Primavera).

“Um cara na minha classe de gente pobre a gente precisa de um emprego para conseguir um dinheiro para comer. Eu não tinha condição de comprar se não fosse lá no assentamento, fui lá achei barato, tava barato, eu tava com condições de comprar com esse dinheiro.” (Seu Paraíba – Morador do Primavera I)

²⁴ Perguntei seu nome várias vezes, mas não respondeu. Faz questão de ser chamado de Paraíba, assim como é conhecido no assentamento. Por este motivo mantive como referência das entrevistas o seu pseudônimo.

²⁵ Refere-se aos conflitos armados entre fazendeiros, polícia e acampados.

Há por parte dos assentados diversas estratégias para não se envolverem nos conflitos, seja por medo ou por padrões de condutas, ou ainda pela relação direta que se tem com o processo de criminalização que vivem os movimentos de luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema, implantado pela polícia e pelos meios de comunicação. Ao assumirem a condição de sem-terra, assumem marcas do preconceito. No entanto, ao se filiar a ABUQT, uma associação de ex-arrendatários que luta pela terra, isentam-se de se assumirem esta condição. Neste sentido, ocupar com o MST, mas não declarar ter participado da ocupação e dos conflitos, também é uma estratégia de negação a respeito de conduta transgressora.

A compra de terra é outra estratégia para se livrarem do conflito da ocupação, o que não é bem aceito pelos assentados que entendem a venda da terra como anseio para voltar à cidade. Antonio Candido (2003) diz que o comprar e vender lotes faz parte da característica nômade dos caipiras paulistas cuja venda ou troca de lote nem sempre aconteciam no sentido de voltar para cidade e sim para comprar outro lote. Vender um lote no assentamento, para comprar em outro lugar, muitas vezes tem relação com a busca de um local mais rentável, ou mais produtivo.

De maneira geral, o discurso a favor de ações pacíficas em detrimento da negação do conflito, faz parte do pensamento coletivo daqueles assentados que pretende manter seu padrão reto de conduta, ditado pela religião ou pelos órgãos sociais formadores de opinião, como por exemplo, a imprensa.

3- Origem ou vocação rural?

Num espaço com pessoas de tão diferentes origens, podemos perceber alguns perfis marcantes: ex-arrendatários (grupo que entrou no assentamento com o ABUQT), comerciantes ligados ao ramo de alimentos e ex-trabalhadores dos frigoríficos da região.

“Antes do assentamento eu morava em Presidente Venceslau, antes de Venceslau a gente morava no sítio também. Toda vida a gente foi arrendatário. A gente morava muito em fazendas assim, eu mesmo fui fazer a minha primeira comunhão já tinha 32 anos. Junto com meus filhos. (risos). Eu não entendia

muito de religião. Meus pais falavam que eram católicos, mas nunca incentivava a gente”. (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera)

“Trabalhava como vendedor de frutas e fui convidado pra vir pra cá, no começo fiquei com “cisma”, pois não conhecia o trabalho agrário e rural, mas resolvi conhecer, pois aqui todos são conhecidos, da mesma cidade, e vim pra cá e deu certo...” (Seu Roque – AD do Tupanciretã)

“Surgiu porque minha família a maior parte deles são comerciantes. E nós comerciante, a família quase tudo, quando nós tinha o sítio, antigamente, minha mãe perdeu o sítio e pus na cabeça que eu queria ter um sítio, foi aí que eu entrei na reforma agrária”. (Pastor Paulo - AD do Primavera II)

A origem rural de seu Paulo levou-o a investir em um mercado dentro do assentamento, pois conhecendo a realidade das famílias rurais, sabia que a população precisava ter acesso a alguns tipos de alimentos, produtos de higiene e limpeza, que eram apenas comprados na cidade.

“Eu não posso falar pra você que o mercado é pra sobreviver. Não é pra enriquecer, não é pra nada, é pra sobreviver. Todo mundo adquire seu alimento de cada dia, trabalhar, mas não vou falar pra você que é mil maravilha que não é. Tem dificuldade em tudo, não é como mercados de grande porte é pequenininho, mas graças a Deus pra sobrevivência dá.” (Pastor Paulo - AD do Primavera II).

Houve resistência em relação à construção do mercado por parte do ITESP, na época, mas conseguiu por se tratar de uma localidade 30 km do mercado mais próximo, segundo ele, garantido pelo Estatuto da Terra.

O fato de serem comerciantes, não descarta a relação que possuíam com o rural, principalmente em se tratando de mercado de alimentos, onde estabeleciam relações comerciais com os produtores rurais. Esta origem também revela a tentativa de famílias que viveram êxodo rural, encontrarem no comércio uma alternativa de renda diante da falta de experiência em trabalhos urbanos.

No entanto, o grupo que mais representa a origem rural dentro do assentamento são os ex-arrendatários que entraram no movimento de luta pela terra por meio da ABUQT, o que faz deles portadores de uma origem rural, e de habilidades rurais exigidas pelo ITESP.

“Eu era do MST. Era um monte na época, foi ficando difícil e aí sobrou lote e a doutora levou muita gente pra lá. Daí onde ela trouxe a gente pra cá. Aqui teve muitas ocupações porque tinha um grupo de arrendatários, um monte de arrendatários que não concordava em entregar as terras. Não deixou, aí teve várias pessoas, teve várias ocupações para disputar a terra. Teve ocupação pra pessoa ter seu próprio lote”. (Pastor Paulo - AD do Primavera II).

É evidentemente claro na fala do seu Paulo que o grupo que entrou com a ABUQT era de arrendatários. Para os assentados, principalmente os pentecostais, a legitimação do direito à terra vem por meio do trabalho, por isso o arrendamento de suas terras dentro do assentamentos é por eles criticado, por significar “ausência” de trabalho, ou como eles mesmo dizem: “*trabalho de preguiçoso*”. A fala de seu Dário demonstra bem o que os assentados pensam a respeito do assunto.

“Sou a favor do cara que ocupa a terra e produz. Têm muitos que ganham a terra e não progride, larga a terra e vai pra cidade eu sou contra. É claro que eu sou contra. Porque se o cara ganhou a terra, tem que produzir. Eu tenho onze anos aqui dentro. De onze a doze anos. Aqui eu saio de manhã e chego de noite. A mulher é aqui também.” (Seu Dario - AD do Tupanciretã)

Alguns assentados passam da condição de ex-arrendatários para arrendadores, obtendo uma renda mensal de aproximadamente R\$ 300,00, no entanto o arrendamento dentro do assentamento para frigoríficos de fora não é bem visto por parte dos assentados, independentemente da sua origem.

“Uma base de 30%, e continuam arrendando se não, não sobrevive, não tem arrecadação, vai trabalhar na cidade e arrenda aqui ou vende, muito barato, na verdade passa o título”. (Seu Roque – AD do Tupanciretã)

“Eu sou contra o cara ser sem terra e ir lá. Eu sou contra também ser sem terra e deixa de criar seus bichinhos pra alugar o pasto”. (Seu Dario – AD do Tupanciretã)

“Têm alguns que acha melhor arrendar do que trabalhar. Eu já prefiro eu usar o que é meu do que eu arrendar, cada um pensa de um jeito. Pelo menos eu penso assim. Aí eu não teria pegado, eu deixaria pra outra pessoa que ta precisando.” (Seu Clodoaldo – Presidente da associação Campos Verdes e membro da igreja Católica do Primavera)

Percebe-se que para Seu. Dário, a idéia de sem-terra está ligada ao trabalho, demonstrando a visão que ele possui em relação à reforma agrária, onde a terra é sinônimo de produção.

Seu Pedro se apresenta como antigo patrão da área rural, mas pela sua fala, percebemos que seu trabalho de “*dar serviço para os outros*” era de arrendatário, pois sabemos que um arrendatário sozinho não conseguia dar conta de um latifúndio. Esta ação poderia significar também uma

situação colocada por Geraldo Lopes da ABUQT, que era oferecer terras a quem tem nome limpo, ou seja, não é devedor.

“Eu era patrão. Eu dava serviço para os outros. Eu era lavrador, batia café, era café, todo tipo de serviço. Outra vez, era necessidade de trabalhar. Aí eu pegava o serviço. Fomos cortar madeira, aliás, era serviço braçal. Eu era a pessoa que tava precisando, era obrigado, mas eu era, todo mundo gostava de mim, porque eu era um homem muito honrado, graças a Deus e sou até hoje, graças a Deus. E todo mundo gostava de mim, porque pagava certo, pagava certinho. Oh! Seu Pedro ali é gente boa porque paga certo. É dinheiro na cabeça do toco, trabalhou, ganhou. Só tinha um problema comigo, cabra ruim de serviço eu não gostava, não gostava não. Trabalhava e dava uma mangada, ih! Pode parar. Pega seu dinheirinho aqui, não discute, não venha mais não. Você tá levando o dinheiro pro ralo”. (Seu Pedro – AD do Tupanciretã)

Ao se assumir como patrão, se coloca enquanto classe social que não a de sem-terra, ou até mesmo de assentado, descartando a possibilidade de o conflito da ocupação não revelar um conflito de classes propriamente dito, ou, um conflito de classes representado pela divergência a entre ABUQT (arrendatários-patrões) e o MST (pobres sem-terra).

Os arrendatários trazem marcas de produtores rurais que condizem com a experiência exigida pelo ITESP e verificada durante o período em que ficam no lote provisório. Mesmo assim, é comum ouvi-los falar que muita gente pegou terra, mas não a merecia, pois não consegue trabalhar nela. Quando isso acontece, a consequência é: a venda do lote ou o arrendamento para frigoríficos da região.

“Tem gente aqui que não merecia pegar um pedaço de terra. Tem que ser pessoas mesmo que sabem plantar e colher... mas, tem mais de 40 anos que a gente mexe com lavoura.” (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera)

Muitas vezes a origem rural está na família, conseguiram a terra durante um período que moravam na cidade, mas no seu histórico de famílias advindas do êxodo rural demonstram essa trajetória.

“Meu pai era da região do Pontal, de Bernardes, na década de 60, com o êxodo rural acabou deixando o campo e vindo para a cidade, acabou parando em São Paulo. Lá, tendo em vista, conheceu minha mãe, que era de uma cidade do interior, de Sorocaba, e acabou se conhecendo e depois veio eu (risos) e meu pai sempre teve aquela idéia de voltar para o campo. Foi ser metalúrgico e acabou conquistando uma propriedade como agricultor tradicional em Presidente Venceslau, aonde que 1987 a gente se muda para cá pra região e acaba indo para a propriedade rural que ele adquiriu e esse interesse pelo campo, pela vida no campo, pelo desenvolvimento da agricultura familiar, porque a nossa propriedade rural, era, era e é até hoje praticamente bem tradicional, conduzida só com o processo da agricultura familiar, não fazendo exploração dos trabalhadores de fora, os bóias-frias, usando os

bóias-frias, diaristas.” (Wesley Mauch – Representante do MST e morador do assentamento Primavera)

“Inclusive quando eu comecei falaram que não daria certo porque ele era novo no assentamento, por ter trabalhado no frigorífico eu não teria capacidade de produzir e de cultivar, mas o que aconteceu, é que eles não sabiam que lá no nordeste ele já mexia com vacas e já era experiente na área dele ai que ele começou com as 5 vacas.” (Seu Paraíba - Membro da associação Renascer e um dos maiores produtores de leite do assentamento Primavera).

Muitas vezes, a experiência rural não está documentada, o que faz com que a pessoa não consiga prová-la perante o ITESP. À medida que a ABUQT se configura como um movimento formado por arrendatários, ganha espaço no que diz respeito a este pré-requisito para se tornar um assentado. No entanto, para outros movimentos, como por exemplo, o MST, a associação não se encaixa na categoria de sem-terra, que para eles são trabalhadores que remontam uma classe social baixa. Diante desta questão, os membros da ABUQT pode ser mais sem-terra para o ITESP e menos para o MST.

5- As religiões e os padrões de sociabilidade e ajuda mútua.

Há no período da constituição do assentamento uma tentativa de organização em forma de associações, como foi descrito anteriormente, sem ajuda do MST e da ABUQT. Percebemos por meio da nossa visita a campo que são os padrões de vizinhança, organizações familiares e ideais de ajuda mútua que se instauram naquele espaço, no momento do abandono dos movimentos sociais. Esses padrões de coletividade e sociabilidade são percebidos nos grupos que se organizam em torno da religião, que estabelecem relações de ajuda mútua mesmo entre grupos religiosos diferentes.

Quando se trata da construção das igrejas, por exemplo, todos se envolvem independentemente da religião, seja católicos ou protestantes. Conforme observação de campo, verificamos que os assentados fazem doações para festas de arrecadação para as igrejas e quando necessário pedem para os colegas do assentamento. Alegam que quando podem doam novilhas, frango, frutas para fazer doces etc., como é o caso do Seu Paraíba

que doou uma novilha para festa da igreja católica e Seu Roque da AD que doou frangos para ajudar na arrecadação para a construção da igreja Católica do Tupanciretã. Se por um lado há divergências entre algumas religiões, por outro podemos perceber padrões de ajuda mútua entre membros de diferentes religiões, principalmente entre pentecostais e católicos:

“Até os crentes mesmo tem ajudado, e os católicos quando eles (crentes) fazem alguma coisa também ajudam.” (Denise – Igreja Católica do Primavera)

“Sim ajuda e a igreja também faz a Kafta e juntamos dinheiro, outros colaboram com carneiro, fazemos uma festa e reunimos mais dinheiro.” (Seu Roque – AD do Tupanciretã)

“Eu mesmo doeí uma novilha esses tempos pra igreja”. (Seu Paraíba – Igreja Católica do Primavera)

Os assentados sempre alegam que se a arrecadação é para igreja, principalmente se for para sua construção, eles doam, afirmando sempre *“se é para igreja eu dôo”*. Esse tipo de relação demonstra a importância e o respeito que têm pela igreja, mesmo havendo divergências entre elas, pois há valorização da presença dos grupos religiosos, que de certa forma ajudam a manter a ordem no assentamento. Negar prenda à igreja parece gerar constrangimento, uma espécie de pecado, uma negação ao sagrado.

Se por um lado, a doação feita para as igrejas é sinal de integração e respeito dos grupos, por outro lado, há pequenos conflitos entre os membros da mesma igreja por discordarem das atitudes do dirigente, ou entre membros de diferentes religiões protestantes como, por exemplo, a AD e CCB, embora afirmem *“não ter placas”*, ou seja, todas as religiões levam a Deus.

“Placa de igreja não salva nós, nem pastor, quem salva é Jesus. E o pastor falou que não tinha nada a ver e ficou muito feliz que eu fiz o salão aqui.” (D. Cleuza – ICPB do Primavera)

“Mas aquele pessoal lá (da Congregação) não sabe perdoar ninguém. Não sabe perdoar ninguém. Foi muito difícil.” (Seu Pedro – AD Tupanciretã).

“A gente congregava na Primavera, depois na Congregação da Tupã aí depois construiu ali, aí eu vou na Cristã e vou no Sr. Pedro. Não tem problema, tudo é de Jesus. A Congregação não gosta muito não que eu participo da Assembléia.” (D. Socorro – Membro da CCB, mas frequenta AD do Primavera)

Percebe-se que é uma constante a migração de fiéis da Congregação para a Assembléia de Deus por causa de algum tipo de desentendimento. O Ponto de oração da Congregação tem culto uma vez ao mês, por isso, alguns de seus membros freqüentam a assembléia de Deus, sempre respeitando a idéia de que o que salva não são as “placas”. No entanto, os membros da CCB não aceitam a participação em outra igreja, mesmo sendo pentecostal.

“Nós fomos batizados da Cristã. Ficamos oito anos participando da Cristã. Aí depois houve desentendimento, aí nós saímos da igreja. Aí fiquei um bocado de ano. Depois nós chegamos na Assembléia dos Santos. Aquela igreja do irmão Izael. Aí nós ficamos com eles lá um bocado de tempo. Aí depois, eles falaram pra nós que só podiam vir fazer culto aqui quem vinha fazer o culto, dirigir o culto. Oh! Irmão Pedro, eu só posso ir lá de 15 em 15 dias. Nós falamos, ah! ta muito pouco. Aí nós ficamos assim meio desgostoso, porque eles estavam aqui com nós. Aí nós pra sede da Assembléia de Belém, agora nós somos da Belém. Mas nós somos todos uma coisa só. Nós vamos lá na igreja dele, ele vem aqui.” (Seu Pedro – AD do Tupanciretã)

A fala do Sr. Pedro revela também um pequeno desentendimento com o Pastor Izael que disse que precisava parar de realizar os cultos todas as semanas. Geralmente o conflito entre eles se dá pela falta de opção de onde congregar, como é o caso da D. Socorro que vai a Assembléia de Deus por não haver culto todas as semanas na Congregação. Muitas vezes as divergências acontecem por causa dos padrões de conduta muito rígidos por parte da congregação Cristã do Brasil.

Considerada uma das organizações de sucesso dentro do assentamento, as religiões têm papel de integração de alguns grupos. Mesmo porque as igrejas são, segundo eles, instituições que funcionam no assentamento e contribuem para manter a ordem.

Pensando nisso houve até uma tentativa por parte do Pastor em formar uma associação com membros da igreja, segundo ele, juntando os “iguais”, a possibilidade de dar certo seria maior, pois os evangélicos são pessoas honestas.

“A esse respeito? Olha, nós já tivemos essa conversa, inclusive nós estamos nessa idéia de que a igreja, nós aqui abrir uma associação, conversamos isso aí pra esse ano nós se organizar com os irmãos aqui, ou mais alguém, nós vamos pegar pessoas que vai ajudar, porque aqui tem que selecionar as pessoas. Com idéias, pessoal bom.” (Pastor Izael – AD do Primavera I)

Por outro lado, de maneira geral, os demais membros das igrejas dizem que ela não se manifesta em relação à formação de associações.

“Não a igreja não se manifesta (em relação a associação), somente quando é assunto referente à igreja, mas entra todas as religiões, como por exemplo, a festa se é para construção de uma igreja católica os crentes ajudam também. Tem uma boa relação.” (Seu Roque – AD do Tupanciretã)

Sem reconhecer o potencial da igreja em relação aos aspectos econômicos, desperdiçam a possibilidade de se estabelecerem como um grupo com potencial para viabilizar a produção, visto que há uma coesão no grupo dos crentes.

Entre católicos, também não há iniciativas a respeito da constituição de associações e/ou cooperativas de produção, que geralmente são organizadas por setores da igreja que seguem a linha da teologia da libertação, tendo como sua principal representante a CPT.

Além de os católicos não terem apoio dos setores progressistas da igreja para ajudarem na sua organização, até mesmo as atividades religiosas são prejudicadas por causa da ausência do padre. Diante da dificuldade de tê-lo presente todas as semanas, ou até mesmo todos os meses, os católicos desenvolvem outros tipos de atividades religiosas, como por exemplo, as novenas temáticas da igreja católica: do natal e campanha da fraternidade e a reza do terço. Catequese também é uma das atividades desenvolvidas por eles.

“Terço a gente vai nas casas. Dia de São Sebastião teve terço. Dia de Nossa Senhora Aparecida, eu não falei pra você, dia de Nossa Senhora Aparecida eu faço festa pras crianças, dou comes e bebes pras crianças, se não tenho dinheiro pra comprar do meu bolso eu peço, eu vou na cidade, peço. Lá tem o mestre Cidoca, este ano ele me deu os brinquedos. As crianças sai tudo contente e satisfeita.” (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera)

“Rezava terço, novena de natal, da quaresma também. Tinha catequese também.” (D. Regina – Igreja Católica do tupanciretã)

Os terços geralmente são liderados pelas mulheres que conseguem arrebanhar a vizinhança para a atividade, sem conseguirem a presença de moradores de lotes mais distante.

Aspectos da sociabilidade dos assentados também são proporcionados pelas festas religiosas. Como foi dito anteriormente, a organização desses eventos geralmente tem o envolvimento das igrejas cujo

intuito é de arrecadar recursos para sua construção. Outras festas têm o intuito apenas de oferecer lazer para a comunidade. Nota-se que existem três tipos de festas no assentamento: o primeiro tipo promovido pelos bares, estabelecimentos comerciais. A cada dois ou três meses os donos dos bares convidam um cantor, ou dupla local para fazer um show.

O segundo tipo são as festas católicas, relatadas pelas participantes da igreja:

“Maria Rosa é uma cantora que é de Dracena. Aí ela vem cantar aí, era pra ter dado mais, muita gente vem mais pra dançar, não vem pra comer, mas a gente ainda arrecadou um bom dinheiro.” (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera)

“A igreja agora está uma maravilha, tem dinheiro em caixa agente faz festa ela tá muito bonita, só falta pintar por fora, agente tá querendo fazer um barracão.” (Denise – Igreja Católica do Primavera)

Geralmente, como possui o objetivo de arrecadar recursos para igreja, realizam uma espécie de quermesse, com cantores de música popular, baile, em comemoração a dia de santo. Vendem, juntamente com petiscos e refrigerantes, bebidas alcoólicas. Por esses motivos, os evangélicos consideram a festa católica profana.

Há também o terceiro tipo que são as festas evangélicas, cuja temática é toda referente à igreja. O cantor é evangélico, o discurso é evangélico. O intuito geralmente é de arrecadar recursos para a construção da igreja, ou para sua manutenção, por meio da venda de alimentos e nunca de bebidas alcoólicas. Tive a oportunidade de acompanhar uma dessas festas, o filho do pastor Izael, que mora na cidade, fez o show, com presença predominante de evangélicos. Vieram vários ônibus das igrejas da cidade.

As festas que acontecem no assentamento têm recebido público da cidade, uma espécie de turismo rural, garantindo boa renda às igrejas.

A doação de produtos efetivada por membros de diferentes igrejas, demonstra respeito mútuo em relação à organização das festas no assentamento, que por sinal se torna um espaço de lazer independentemente do grupo que a organiza. Embora não houvesse crítica em relação às atividades festivas por ser desta ou daquela religião, católicos não freqüentam a festa dos evangélicos e vice-versa, enfatizando a clara divisão entre católicos

e protestantes. A questão da separação é certamente a presença e a ausência da bebida.

5- Relações familiares

Um dos problemas enfrentados pelos assentados atualmente é a saída dos filhos do assentamento, em busca de um emprego urbano, contando com que este lhes traga uma vida melhor. O trabalho na lavoura é considerado pelos jovens muito pesado, o que faz com que eles queiram trabalhar na cidade.

A principal dificuldade em manter a juventude no campo, além do trabalho, é a falta de lazer naquele espaço. Preocupada com esse problema, a prefeitura Municipal juntamente com a UNESP tem realizado um projeto nos finais de semana visando disponibilizar lazer e entretenimento para um público massivamente jovem. A escola, fora do assentamento, torna-se um atrativo para os jovens que têm a oportunidade de sair daquele espaço e conviver com outros jovens. Os pais defendem que se implante o ensino fundamental a partir da 5ª série no assentamento e ensino médio para que os filhos não precisem ir para a cidade. Enquanto isso não acontece, os pais evangélicos defendem um maior controle desses filhos que vão à escola, para eles o trajeto do ônibus pode “desviar” os jovens do caminho.

“Daqui do assentamento, essas escolas que acaba com a juventude aqui, esse transporte daqui pra Venceslau, porque a juventude sai de perto da família, e essa viagem, a criança sai daqui dez horas e vai chegar aqui oito horas da noite. Olha, é difícil escapar desses mocinhos aí. Tudo aí fica mãe solteira. No fim esse estudo não valeu nada. Vão mais pra farrear. Dá um trabalho pro motorista. O motorista sofre com esses meninos, as professoras lá na cidade sofre com esses meninos, é um problema. Mas da igreja não. Os meninos da igreja a gente acompanha, tá aqui, mas tá sabendo o que ta acontecendo lá. Vai, conversa com o motorista, então na igreja sempre têm aqueles que as meninas não estão sozinhas, tem muitas meninas da igreja que estudam juntas. Se algum faz alguma coisa logo fico sabendo porque um comunica comigo. Eu já vou lá e já chamo a atenção. Os pais não vão nas reuniões mensais da escola, os pais não procuram saber como é que está os filhos. Quando eles vão saber é tarde. Então esse transporte daqui o certo seria, é que é meio difícil, esse povo, é coisa difícil, coisa de droga, roubo, às vezes roubam na cidade. Vai pra escola mata aula, pula aquele murão. Ih, quantas vezes vi moleque pulando aquele murão lá.” (Pastor Izael - AD do Primavera I)

“Tem muito problemas, enquanto eles estão estudando o ônibus pega eles, leva, mas depois que conclui não têm o que fazer por aqui, têm que ir pra cidade. O diploma aqui é uma fantasia.” (Seu Roque – AD do tupanciretã)

Diferentemente dos evangélicos, e das demais famílias do assentamento, Seu Paraíba, católico, procura manter os filhos em torno do trabalho do lote, o que até então tem dado bons resultados. Todos eles trabalham:

“Lá hoje tem três pequenos e três grandes, são sete pessoas comigo o mais pequeno é o que mais trabalha, agora não porque ele está estudando, mas quando chega lá pelas 15 horas ele chega e já pega no trabalho.” (Seu Paraíba – morador do primavera I)

Mesmo com alguns de seus filhos saindo do assentamento, Seu Paraíba, por ter uma família extensa, consegue manter boa parte dela trabalhando no local. Sua intenção é comprar um lote para um de seus filhos mais velhos que trabalha com ele, assim aumentará sua própria produção. Pelas observações de campo realizadas em seu lote, pude perceber o envolvimento de toda a família no trabalho, coisa rara de se ver naqueles assentamentos. Por meio das falas dos assentados podemos conhecer essa realidade:

“Hoje o que aconteceu, acabou a lavoura o povo tem que sair fora, o povo tem que ir pra cidade, caçar emprego, trabalhar. E quem tá no lote agora? Somente os velhos. Os casais. Os filhos não conseguem se manter aqui, porque não tem renda.” (Pastor Izael - AD do Primavera I)

“Eu e a mulher, os filhos já foram embora, tenho dois casais, um tem um sítio aqui, duas professoras em Venceslau e tem um menino que trabalha em um frigorífico.” (Seu Roque – AD do Tupanciretã)

“Hoje é só eu e meu filho. É, só que um foi trabalhar na usina. E ele foi trabalhar na usina e tá morando na cidade, só vai pra casa fim de semana.” (Denise – Igreja Católica do Primavera)

“Ele tá dando agora uma ajuda prá gente. Ele tá trabalhando lá e dá uma ajuda para gente (falando do filho que está morando em Portugal). A gente tá plantando esse eucalipto pra ele.” (D. Regina – Igreja Católica do Tupanciretã).

Não é muito comum atitudes como a do filho da D. Lenir, de ter um emprego na cidade e ajudar os pais no assentamento.

“Meu filho não, ele mora em Venceslau, ele é enfermeiro. Ele trabalha na Santa Casa, um dia sim um dia não. Um dia sim um dia não, ele trabalha aqui com a gente. Ele faz de tudo. Mexe com o gado, tomba um pedacinho de terra, às vezes tem um pedaço de mato ele vai tirando, planta cana, planta capim pros gados, ajuda fazer ração. Esse dias ele foi levar um lote de gado lá no lote dele.” (D. Lenir – Igreja Católica do Primavera)

Os demais filhos dela moram e trabalham na cidade e só a visitam nos finais de semana, o que é atitude muito comum dos filhos casados dos assentados, moradores da cidade, visitar os pais no sítio como forma de lazer.

Os filhos de D. Lenir e do Seu Paraíba são exceção se tomarmos a realidade daqueles assentamentos, pois de uma maneira geral os filhos não permanecem. A fala do Seu Dario revela muito bem a dificuldade das pessoas mais velhas em trabalhar na lavoura:

“Já trabalhei muito aqui, já plantei algodão, já plantei feijão, já plantei mandioca, já plantei de tudo aqui e hoje não consigo trabalhar muito porque tenho problema, sou doente. E hoje eu não posso pegar numa enxada.” (Seu Dario – AD do Tupanciretã)

Então, estamos diante da seguinte questão: Se os filhos saem do assentamento, como os pais se sustentam, sendo que muitos deles não têm condições de trabalhar em atividade que exija força física?

Muitos assentados são aposentados e complementam sua renda produzindo leite, o que garante recursos que às vezes mal garante seu sustento.

“No meu caso não. Eu sou aposentando, minha mulher é aposentada. A gente não depende assim do lote para sobreviver. Mas aquele que depende do lote mesmo não tá fácil, o leite tá barato. O leite tá muito barato.” (Pastor Izael - AD do Primavera I)

“Isso que eu queria saber – risos –, enquanto eu puder ficar aqui está andando isso aqui, e daqui a dez anos, não vou mais estar aqui. Os filhos só voltam pra cá depois de se aposentarem, se não, não. A maioria aqui é aposentado, e daí assim sobrevive, pois tem o dinheirinho, e cria uma galinha, mas quem não é aposentado não tem como ficar, não tem renda. Se tivesse uma atividade aqui, os filhos ficariam, eu mesmo tenho um filho que queria morar aqui, mas não tem do que viver. Lá ele tem uma casa de aluguel na cidade que dá pouco, mas dá pra viver, ganha pouco mais trabalha. Aqui não tem solução, só se fosse organizado, tivesse um investimento.” (Seu Roque – AD do Tupanciretã)

“Depois que eu mudei para cá, tem uns 6 anos que eu moro aqui, meu marido morava aqui, eu trabalhava no frigorífico, me aposentei e fiquei morando aqui com ele.” (D. Cleuza – ICPB do Primavera II).

Na medida em que os filhos deixam suas famílias, o assentamento torna-se um espaço de conquista e de trabalho dos pais, o que no futuro pode gerar um processo de “envelhecimento” daquele espaço,

tornando aquelas terras passíveis de serem heranças de pessoas que não querem nela trabalhar.

Para amenizar o problema da organização familiar em torno da produção, diante da evasão dos filhos, é comum estabelecerem grupos familiares para conseguir a terra e depois morarem próximos e assim revezarem no trabalho da roça.

“Tenho. Meu sobrinho mora vizinho do lote aí e deixo de ameia para ajudar ele. Ele tira o leite e eu divido com ele. E ele não tem outra renda a não ser o leite. Mas pra quem tem leite ainda vai sobrevivendo, da pra fazer despesa.” (Pastor Izael – AD do Primavera I)

“Eu dei essa casinha pra ela (filha) aqui. Mas ela não quis. Não quero não pai, não quero não. Ela tava no Pará. E veio pra cá por causa dos filhos. Lá não tinha como os filhos estudar. Aqui é bom pra eles estudar. Ah! Eu vou lá pro pai porque lá no pai tem escola. Eu ponho eles na escola para estudar. Aí eu peguei dei uma carreira e fiz a casa. Ta morando ali.” (Seu Pedro – AD do Tupanciretã)

A filha do senhor Pedro, não queria a casa de madeira, que por sinal se tornou ponto de oração da AD. Então acabou construindo uma de alvenaria, realizando o desejo da filha que prontamente aceitou.

Segundo observação de campo, a família de D. Regina, é a mais numerosa no Tupanciretã: sua cunhada, seu primo, seu sogro e possivelmente a filha que irá se casar e morar no lote dos pais compõem uma vizinhança familiar. Como D. Regina e seu marido já eram funcionários da fazenda, foram os primeiros a ter notícia da desapropriação e logo foram agregando sua família no espaço da ocupação.

“Foi chegando mais perto porque já tinha um, sabe? Nós já estava aqui. Aí meu tio quis pegar lote perto de nós, meu primo também. Participou (da ocupação). Só nós que não. Nós era três famílias que não participou. Aí quando foi escolher o lote decidiram ficar perto porque sabia que tinha parente.” (D. Regina – Igreja Católica do Tupanciretã)

Assim como as demais famílias, um dos dois filhos de D. Regina saiu do assentamento, para morar e trabalhar em Portugal. Todos os meses envia recursos para ajudar o pai, que por sua vez investe na produção de eucalipto, sendo o valor da colheita futuramente dividido entre pai e filho. Já a filha irá se casar e permanecer no assentamento.

Ao obterem a ajuda do filho que está no exterior e residir próximo aos lotes de parentes, os ideais de ajuda mútua em torno dos parentes, não só do núcleo familiar, garante o trabalho na produção.

São diferentes as estratégias familiares para produção e manutenção deles no assentamento, visto que estas estão relacionadas de maneira direta com a idade dos pais, a saída dos filhos e o tamanho da família.

6- As mulheres

Na família, a mulher parece ter o papel de manutenção da sua proteção e serem guardiãs do sagrado, assim como detectei na dissertação de mestrado. A maior valorização do templo por parte das mulheres é percebida nos lotes, onde são as líderes da família, cujas igrejas foram construídas antes mesmo de terminarem a construção da própria casa. Mesmo as mulheres compondo a maioria de fiéis participantes das igrejas, as lideranças que celebram cultos ou missas e ditam as regras e condutas a serem seguidas pelos fiéis da igreja, são majoritariamente masculinas.

São elas as responsáveis pela limpeza do templo, uma possível extensão do trabalho doméstico. No caso das católicas, a ausência do padre as leva a garantir a manutenção da igreja por meio do recolhimento do dízimo, das rezas dos terços, das novenas e da catequese.

Existe dentro das igrejas evangélicas um espaço para orações e cantos, mas não há naquele espaço pastoras ou mulheres que exerçam alguma liderança nos cultos religiosos. Geralmente jovens e mulheres se juntam nas equipes de canto, devido ao número reduzido de jovens.

“Agora a mocidade nossa estão cantando junto com as irmãs porque a maioria casou. O jovem aqui casa fácil. A maioria casou. Pra separar as jovens, aquelas que casam já faz parte do grupo das irmãs. Agora não, agora como tem pouco jovem eles fazem um grupo só. Um grupo junto. Qualquer canto. Toda igreja 70% é mulher. As mulheres são mais tementes. Até biblicamente Jesus ali quem visitou o túmulo primeiro foram as mulheres. Foi lá. Sempre as mulheres estavam na frente. E na igreja também sempre as mulheres.” (Pastor Izael – Pastor da AD do Primavera I)

“De jovens não tem, só de senhoras, vamos às três horas de terça feira e nos reunimos e oramos e cada um dá o seu testemunho e a pregação. Domingo temos um ensaio e quinta culto com todos os irmãos.” (Seu Roque – AD do Tupanciretã).

Dentro do espaço das religiões são as lideranças femininas, embora não ocupem lugar de destaque nos cultos e missas, as responsáveis pela manutenção da igreja diante de todas as dificuldades já relatadas neste texto.

Quando chegamos para entrevistar D. Regina, liderança católica do Tupanciretã, num primeiro momento, se negou a nos dar informações, pois sugeriu que entrevistássemos seu marido, maior conhecedor da igreja, que estava ausente. Essa atitude demonstrou a relação de poder da presença masculina, num cenário onde ela conhecia melhor a realidade fornecendo detalhes a respeito do funcionamento da igreja. Na ausência do marido, concedeu-nos uma entrevista riquíssima. Após sua chegada, praticamente se calou, dando espaço para que ele falasse, uma demonstração de concessão de poder.

Não apenas no campo da religião há demonstração do poder masculino, este aparece na organização das associações, que prioritariamente tem na presidência apenas homens. Existem poucas lideranças femininas que se destacam no assentamento Primavera: a Dora, liderança feminina, Denise líder da associação Renascença que produz para CONAB e Salomé, que hoje coordena a captação de leite para ser colocado no tanque de resfriamento com objetivo de ser fornecido para uma Cooperativa/empresa. Curiosamente, nenhuma dessas lideranças femininas são chamadas de “dona”, assim como as outras mulheres. Talvez seu dinamismo lhes propicia um ar mais jovial, visto que este chamamento tem relação direta com a questão da idade e do respeito. Também pode significar, de maneira sutil, menor respeito dos assentados para com elas, pois são mulheres que não seguem os padrões sociais de submissão ao poder masculino.

Já no Tupanciretã não encontrei uma mulher realmente envolvida com as questões políticas e da produção.

O discurso de uma dessas lideranças evidencia a ausência e ineficiência dos homens nos projetos políticos:

“Olha o Alemão, o Wesley, ele é uma liderança, mas como ele tá hoje acompanhando o MST no acampamento lá de Epitácio, então aqui tá meio assim, da parte de homem não tá tendo liderança, agora na parte de mulher eu sou a representante das mulheres aqui do assentamento, eu era local, passei para regional

e hoje eu sou do Estado, então assim, seria eu, depois de mim a Denise.” (Dora – liderança feminina do Primavera)

Seu discurso revela desvalorização das lideranças masculinas e valorização em torno do trabalho das lideranças femininas, super dimensionando o papel da coordenação do grupo de mulheres, que na prática inexistem. Nesse sentido, como constatei em trabalho anterior, percebeu-se que há dificuldade para reunir mulheres em torno de grupos políticos, pois a participação delas não é aceita pelos maridos. Já em relação à participação nas igrejas, a aceitação é maior, como se fosse permitido a elas zelar pela família, cuidar do sagrado. A falta de importância dada à liderança feminina não está presente apenas na organização religiosa, mas também nas organizações políticas que se fundam na ideia de que o homem detém o poder.

7- Padrões morais de conduta

Como relatei anteriormente, as opções religiosas dos assentados é por igrejas pentecostais da primeira onda, que possuem rígidos padrões de conduta, que por sinal são revelados nos discursos dos assentados. Assim como fala D. Maria Rosa:

“Eu era da igreja há 15 anos e depois sai e fiquei 20 anos fora, mas não esqueci de Deus, e nunca fui em outra religião, nem católica, nem terço – tinha até medo - a única coisa que fiz foi cortar o cabelo e tinha muito medo de morrer assim, pois a bíblia fala assim, se a mulher cortar o cabelo é uma desonra a Deus e o homem deixar o cabelo crescer é uma desonra a Deus se a mulher veste roupa de homem é uma “imbonimação” diante dos olhos de Deus e o homem vestir roupa de mulher - é o que tem bastante hoje né – Deus não gosta, é pecado, então mulher tem o seu lugar e o homem tem seu lugar, modo que Deus deixou assim. Porque, o meu marido largou de mim e eu me amiguei com outra pessoa e ficou difícil pra mim ir pra igreja. Não era da Igreja, eu já era casada não podia casar, e ficou difícil, daí eu tive que decidir e decidi ficar sozinha, com Jesus. Não casei de novo, - aquele mais moço ali é o meu marido. É ele é da igreja, conheci ele aqui no assentamento, e agora ele tá na igreja, não tá muito certinho no caminho ainda, mais vai se consertando. (D. Maria Rosa – AD do Primavera II)

Os padrões de conduta podem ser visto desde as vestimentas até a impossibilidade do segundo casamento em caso de divórcio²⁶. Das igrejas pentecostais da primeira onda, a que tem seus padrões de conduta

²⁶ Para os evangélicos o casamento que tem valor é o civil garantido por lei. Mesmo assim não aceitam ou tem restrições à segunda união.

mais rígidos é a Congregação Cristã do Brasil visitada por nós no assentamento. A moradora do lote onde se localiza a igreja se negou a dar entrevista, apresentando uma aparência de medo e desconfiança. É comum entre evangélicos visitar e participar de cultos em outras igrejas da mesma linhagem, o que para a Congregação não é visto com bons olhos.

“A gente congregava na Primavera, depois na Congregação da Tupã aí depois construiu ali, aí eu vou na Cristã e vou no Sr. Pedro. Não tem problema, tudo é de Jesus. A Congregação não gosta muito não que eu participo da Assembléia.” (D. Socorro - CCB do Tupanciretã)

A CCB estabelece padrões de condutas tão rígidos, que até mesmo participar de culto de outras religiões evangélicas, muitas vezes, com padrões semelhantes aos seus, torna-se proibido.

Os padrões de conduta também pressupõem conexão direta e cotidiana com Deus, numa constante vigilância para desviarem do caminho. Nesse sentido, é interessante ver como transferem para o cotidiano a louvação e a glória, como se estivessem em contato direto com Deus; transferem para a realidade a presença constante de Deus.

“Estamos aqui há dez anos, quase onze anos. Estamos trabalhando eu falo espiritualmente, a parte que a gente adquire fé e confiança, para que a gente possa sempre permanecer no caminho, se a pessoa não fizer o bem hoje, o que ele vai ser na vida? O trabalho da gente sempre é o material e o espiritual. E tudo Deus pode abençoar. E o trabalho que a gente realiza são portas abertas para todo mundo, quem quer entrar pelo caminho, uma coisa que não é esforçado nem nada e a Bíblia é para cada pessoa que se sente bem e se reúne para falar das coisas de Deus.” (Pastor Paulo – Pastor da AD do Primavera II).

“Se não tiver eu dou glória sozinho. No meio do pasto. Dou glória a Jesus, abro os braços. Eu tenho uma vaca, ali ó, tava entre a vida e a morte. Uma vaca, uma vaca. Mas vive, tem sangue. Aí, o que é que eu fiz, a vaca tava lá. Posso falar? A vaca tava lá. Aí eu falei pra minha esposa: Joana, eu vou orar lá no meio do pasto pra essa vaca. Ela tem sangue, ela é viva. Eu to com dó, nasceu aí um filhotinho dela. To com dó dela. Aí eu fui orar sozinho. Eu disse: Saracura levanta em nome de Jesus. Ela fez assim, e não levantou. Aí, depois chamei a minha esposa e fui lá. Saracura levanta em nome de Jesus. Ela tornou fazer que ia ficar em pé, mas não levantou. Aí eu não desacorsoei não, eu fui tentando. Aí quando foi no outro dia eu falei: Em nome de Jesus levanta! Em nome do senhor Jesus levanta. Aí começou se levantar, foi até na metade e caiu. Oh! Jesus tenha misericórdia. Aí eu andei uma parte, uns 15 metros. Quando eu olhei ela tava em pé. Oh! Deus maravilhoso, agora toda vida eu vou falar para Jesus, dou glória a meu Deus, ele merece toda honra e toda glória. A vaca eu não tenho que vender ela. Ela ta aí, eu vou fazer o enterro dela.” (Seu Pedro – AD do Tupanciretã)

Depois que terminou a gravação da fita, Sr. Pedro disse que é pernambucano e era cantador de Côco de roda, tocava sanfona e fazia poesia.

Num primeiro momento falou que havia parado por ser evangélico, depois afirmou que a mulher tinha ciúme, não gostava. Contou que possuía uma sanfona, que foi vendida porque era mundana. Agora quer comprar uma sanfona só para tocar hino evangélico.

É comum por parte dos evangélicos dizer que abandonou as coisas mundanas para dedicar-se as coisas do céu, uma evidente divisão entre sagrado e profano. Esta divisão é bastante evidente no momento da ocupação: por não poder vivenciar situações de conflito e transgressão, abandonam o sagrado, e vivenciam um momento “profano”. Depois reassumem a condição de participantes do ambiente sagrado representado pela igreja alegando ter passado por momentos em que estavam “desviados”.

Na tentativa de não retomarem estes momentos em que estavam distantes da religião e de arrebanharem fiéis por meio da conversão, as igrejas evangélicas surgem como um espaço para manter a ordem, para que as pessoas não bebam, não briguem, ou seja, para que o assentamento seja um lugar pacífico, agora não por causa dos conflitos de ocupação, mas pelos atrativos “profanos”.

“O povo aqui, no início aqui era um povo disperso, o povo só pensava em beber, só em bebida, reunião sobre bebida e baile, essas coisas assim. Então a igreja é um órgão social pra essas pessoas, muitas pessoas praticamente aí vivendo desesperadamente aí, perdendo a saúde, usos de droga, essas coisas assim. Aí a igreja ela recupera essas pessoas, essas pessoas quer se libertar, tem força de vontade, ta aí pra ajudar. Vai na igreja pedir a Deus pra que Deus ilumina a mente dessas pessoas seguir um caminho, seguir uma religião. Fazer um trabalho desse aí, a recuperação daquelas pessoas que está necessitada de Deus”. (Pastor Izael – AD do Primavera I)

“Muitas vezes tá com problema e às vezes ele vai pra igreja, muitas vezes ele acaba resolvendo seus problemas, acaba se sentindo melhor, então, essas partes que a igreja favorece. Eu se pudesse, cada um lote, desse tivesse um ponto de trabalho evangélico seria ótimo para toda a comunidade. A pessoa não teria tempo pra ficar pensando besteira. Se você está pensando na parte espiritual, como você vai esquentar a cabeça para pensar em outras coisas, maldade.” (Pastor Paulo – Pastor AD do Primavera II)

A conduta está diretamente ligada à idéia de controle por parte da igreja, principalmente no que diz respeito à juventude, que por sinal sofre com a falta de lazer, muitas vezes os filhos são encontrados em locais condenados pelos pais como festas, bares e ambientes distantes do assentamento. Até mesmo o fato de os filhos freqüentarem a escola fora do

assentamento, poderia levá-los a freqüentarem ambientes não adequados, principalmente se considerarmos que alguns jovens aproveitavam o transporte até a escola e faltavam à aula para passear, namorar etc. Por isso, a principal reivindicação dos pais frente à prefeitura é a implantação da segunda fase do ensino fundamental e o ensino médio no assentamento.

O padrão moral de conduta é o principal norteador da opção dos assentados pentecostais por movimentos pacíficos que não representem nenhum rompimento da ordem estabelecida. São eles que dividem também o mundo entre sagrado e profano. Embora a terra seja considerada sagrada, abençoada, a transgressão das regras, os conflitos são profanos.

Mesmo assim, a idéia de se distanciarem da igreja durante o processo de ocupação tornou-se uma maneira de fugirem do controle de seus dirigentes, e o fato de terem se filiado a ABUQT, ou negar situações de conflito, os mantém dentro dos padrões de conduta já assimilados no seu cotidiano, independentemente das imposições dos pastores.

8- Fichas de entrevistas: outros relatos de campo.

Apenas entrevistas gravadas não dão conta do rol de informações contidas no espaço do assentamento. As anotações e detalhamentos constantes do diário de campo ajudam-nos a compreender melhor a realidade.

Além das entrevistas gravadas, desenvolvi uma ficha com algumas informações importantes com intuito de complementar o diário de campo e saber o que pensam os pentecostais: pessoas que não necessariamente são lideranças religiosas, mas que freqüentam assiduamente a igreja. Escolhei cinco fichas para analisar neste texto. O texto da transcrição das fichas pode parecer truncado por se tratar de informações objetivas dada por parte dos entrevistados, que muitas vezes se limitavam a responder as questões sem maiores detalhamentos.

Ficha 1 - O primeiro casal a ser entrevistado, foi Rosa e Cássio da AD do Primavera I, que cuidam do lote do líder do MST, onde estava o acampamento de sem terras. Quando eu perguntei com qual movimento que

entrou no assentamento, ele respondeu o MST por ser o mais “forte” deles. Já, quando perguntei se eram a favor da ocupação de terras, disseram que sim, mas não são a favor de baderna, tem que estar tudo dentro da lei. A origem desse casal é rural, pois o marido era capataz, e juntos cuidavam da fazenda Durvagi no município de Presidente Venceslau. Afirmou também que o pastor da igreja em que pertenciam na cidade nem ficou sabendo da ocupação.

A informação a respeito da falta de conhecimento do pastor em relação à ocupação remete a idéia de distanciamento da igreja no período de ocupação. Se o pastor não chegou até eles naquele momento, eles também não procuraram o pastor, o que reforça a hipótese do afastamento da direção da igreja para não serem punidos. Na verdade, com a efervescência das ocupações de terra, possivelmente o pastor tomou conhecimento, portanto, a informação que lhe faltava é de que seus fiéis vivenciaram o processo.

A valorização do MST por parte do casal se dá pelo grau de parentesco que possuem com o dono do lote que é seu primo.

Feita referência deste casal anteriormente, foram eles que cuidavam do lote que recebeu ocupantes de outra fazenda até o período de medição e divisão de lotes de um futuro assentamento. O grupo, acampado no quintal ergueu um barraco de lona para que o ITESP os incluísse no grupo de pessoas que solicitavam lotes de assentamento.

Ficha 2 - Fui à procura de entrevista com casal da AD, filho do Seu Roque que estava ausente por estar cortando cana para usina. Conversei com a esposa Vera que me disse que quem escolheu o movimento ABUQT foi o marido e que não gosta de ocupações, demonstrando seu não envolvimento com questões políticas. Disse também que o marido dela não procurou o pastor para falar da ocupação, por isso não houve manifestação por parte da igreja.

Diante de sua fala percebemos seu não envolvimento com questões políticas, onde mais uma vez aparece a rejeição ao processo de ocupação. Sua postura também remonta a distanciada relação das mulheres com as questões políticas. O marido, evangélico como ela, optou por um movimento menos conflituoso atendendo os anseios da igreja e da esposa.

Ficha 3 - Entrevistei um casal da AD do Primavera I: D. Lucia e Seu Ivadávio. Nossa conversa foi muito interessante, antes fizeram uma verdadeira “pregação”. Neste assentamento, embora digam muitas palavras referente a Deus, a Jesus, do tipo Glória a Deus, eles não tem o hábito de fazer pregações para nós entrevistadores, isso aconteceu apenas com esse casal e com Sr. Pedro da AD do Tupanciretã. D. Lúcia disse que entrou com seu falecido esposo. Não participou da ocupação junto dele. Mas afirma: “*Deus abençoou e veio rápido*”. Conversei com Sr. Ivadávio que veio para o assentamento depois de ter casado com D. Lúcia. Ele congregava na Igreja Batista, mas no assentamento não tinha como congregar, então optou pela Assembléia de Deus. Quando perguntei para ele a respeito da ocupação, disse que sem ocupação não tem como conseguir a terra, depois retomou o discurso evangélico e afirmou que conseguiram porque Deus estava com eles. Disse também que hoje está entrando muito “bandido” no assentamento e isso é errado, que entram cortando cerca, e diz: “*Quem intercede por nós é Jesus e ele é contra isso*”. Ele afirma que tem gente que não merece o lote porque o vendem. Sr. Ivadávio também faz críticas ferrenhas ao catolicismo, principalmente quando se trata do culto aos santos. Ambos de família de agricultores – origem rural.

Diante de um casal muito simpático e falante, minha principal dificuldade em preencher esta ficha foi a prolongada pregação que o Sr. Ivadávio resolveu realizar, contando parábolas de conteúdo bíblico e não bíblico sempre fazendo referências do culto aos santos no catolicismo.

O ponto crucial desta ficha descritiva é a denominação “bandido” que ele dá a categoria de sem-terra, que segundo ele entra apenas para destruir a fazenda. Esta fala remete à mentalidade que envolve a criminalização dos movimentos de luta pela terra na região do Pontal. Quando faz esta crítica, refere-se ao grupo dos que entraram com o MST, assim como é comum no discurso do assentado. No entanto, não deixaram claro com qual movimento entraram, pois de acordo com a localização do lote D. Lúcia estavam num espaço cedido aos que entraram com o MST. Mas não foi possível identificar com qual movimento ele entrou primeiro porque o Sr. Ivadávio possuía um outro lote e se mudou para o lote de D. Lúcia, segundo porque afirmou não se lembrar a qual movimento era filiado.

Ficha 4 - Entrevistei Cíntia, que se converteu à AD do Primavera II, já quando estava no assentamento. Ela frequentou várias religiões Católica, Universal, Renovada quando estava na cidade. Por coincidência ela é esposa do tesoureiro da associação Campos verdes. Disse que entraram com ABUQT, porque era o único movimento que tinha em Venceslau. Disse também que para ocupar terras tem que ter muita vontade. A respeito da associação disse que falta união entre os sócios, um sentimento comum aos assentados.

A fala de Cíntia traz um dado importante a respeito da configuração da ABUQT como movimento localizado. Percebemos, por meio de conversa com os assentados que as pessoas que moravam em Venceslau entraram com este movimento, o que nos dá a idéia de que o MST não tinha uma organização efetiva na cidade, fazendo com que o presidente da ABUQT Geraldo Lopes levasse seus membros a acreditar que o movimento era maior do que o real.

Ficha 5 - A entrevista mais difícil foi com D. Edileuza da CCB do Tupanciretã. Não consegui gravá-la, então procurei preencher a ficha de acordo com as poucas informações que ela fornecia. Eles compraram o lote e o marido já mexia com lavoura. Faz parte da Congregação Cristã desde 1991. Quando perguntei a respeito da ocupação ela se recusou a responder, também não quis falar sobre a associação e disse que não participavam. Seu marido não estava no momento da entrevista. Não autorizou que tirássemos foto da fachada da igreja. Disse que fizeram o salão por ser longe da cidade e no assentamento não havia Congregação. Por ser uma igreja que não permite congregação em outras, optaram por fazer um salão que hoje mora seu filho. Essa é considerada casa de oração e não igreja, mesmo argumento utilizado por D. Joana da AD do Tupanciretã. Há cultos apenas uma vez ao mês. Isso tem feito com que os fiéis congreguem na Assembléia de Deus na casa do Sr. Pedro, visto que uma é próxima da outra e a quantidade de cultos é maior. Afirmou que os irmãos da igreja ajudaram na construção. O silêncio de D. Edileuza revela os padrões de conduta rígidos, pois nem mencionou que era contra “baderna”, “cortar cerca”, como os demais evangélicos. Apenas se

recusou a responder como se fosse um tema profano, reafirmando para nossa pesquisa o silêncio é um discurso.

Além dos padrões rígidos ditados pela igreja, a ausência do marido também evangélico, parecia inibi-la a responder as questões, o que demonstra implicitamente o papel da subalternidade perante o homem, atitude muito comum no assentamento.

Abordagens a respeito do conflito e da passividade dos movimentos sociais aparecem tanto no discurso dos evangélicos, quanto no discurso dos católicos. Mas ao que parece, tendo como base as entrevistas, a idéia de passividade para o católico está mais ligada à mentalidade de criminalização dos movimentos sociais da luta pela terra na região, ou seja, aos ideais de justiça policial. Já no discurso dos evangélicos a questão da passividade e do não assumir o conflito está ligado ao padrão moral de conduta dos evangélicos.



Capela Santo Antonio coberta pelo mato na antiga sede da fazenda do Tupanciretã. Desde a chegada dos assentados está desativada.



Gruta na antiga sede da fazenda do Primavera, onde foram encontradas as imagens de São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida. Antes da construção do templo católico, as mulheres rezavam terço no local.



Interior da Igreja Católica São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida do Primavera. Construída no lote de D. Lenir e José Ferro.



Construção da igreja católica São Francisco de Assim do Tupanciretã. Dificuldade para angariar fundos para continuar a obra.



Sr. José Ferro exhibe orgulhoso a igreja católica construída no seu lote no assentamento Primavera.



Templo da Assembléia de Deus do Primavera I construída no lote do Pastor Izael.



Templo da Assembléia de Deus do Primavera II construída no lote de D. Maria Rosa.



D. Maria Rosa no interior do Templo da Assembléia de Deus do Primavera II, construído no seu lote. Demonstra o equipamento de som da igreja cantando um hino para nós.



Templo da Igreja Cristã Pentecostal do Brasil construída no lote de D. Cleuza. Chegam a ficar três meses sem cultos por causa da ausência do pastor que reside na cidade.



Templo da Assembléia de Deus do Tupanciretã construído no lote do Sr. Roque Paulino. Construção de madeira.



Sr. Pedro e sua esposa Joana, no interior do ponto de oração da Assembléia de Deus do assentamento Tupanciretã.

CAPÍTULO V - A RELAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

1- O tipo de ação social dos movimentos sociais: Seria a ABUQT um movimento social?

A intenção deste texto não é estabelecer critérios para classificar os movimentos sociais, mas sim, levantar algumas de suas características típicas para discutirmos a ABUQT e seu possível pertencimento ao campo dos movimentos sociais. Ao organizar suas ações neste campo de atuação, cuja luta está fundada na conquista da terra, estabelece ora a concorrência com o MST e cooperação com os latifundiários, ora cooperação para com ambos os segmentos.

Discutir o papel dos movimentos sociais e suas características do ponto de vista teórico se faz necessário, para entender como uma associação (ABUQT) consegue se firmar como movimento social.

Para tal análise utilizarei três autores: Maria Célia Paoli (1995), Glória, Gohn (1997) e Alain Touraine (1999), cujos estudos a respeito dos movimentos sociais, fora, feitos na época da efervescência dos grupos que lutam pela terra. Esses estudos, não tratam de movimentos sociais específicos, mas sim da maneira como se constituem.

Ao começar pelas análises de Maria Célia Paoli, veremos que para ela o movimento social possui viés coletivo em torno de objetivos específicos. Define:

“Nascidos no campo da ação coletiva – portanto, como práticas e representações de atores constituídos por mobilizações definidas em tempos e espaços específicos – os movimentos sociais nas últimas duas décadas entraram, desde cedo, na linguagem e no debate político das sociedades contemporâneas”. (PAOLI, 1997, p. 24)

Sua análise demonstra que a noção de movimento social vai além da representação das diversas ações coletivas, seus significados e atores, pois as diferentes mobilizações coletivas não são interligadas por uma mesma natureza, mas sim quando se estabelece uma rede de operações com sentido político. Existe uma corrente de pensamento a respeito dos movimentos sociais, elaborada por Touraine, que afirma ser o conflito de classe o determinante deste sentido político.

Hoje há uma nova categoria de análise dos chamados “novos movimentos sociais”, que não necessariamente configuram-se pelos conflitos de classes sociais, mas sim derivam de uma representação do poder civil e cidadão, transcendendo a categoria de reivindicação específica e localizada. São considerados novos movimentos sociais: os movimentos ambientalistas, feminista, negro, etc.

“Coexistindo no espaço das ações coletivas, todos esses movimentos sociais desvendaram um processo que se refere intimamente à experiência democrática: a existência de conflitos múltiplos cuja legitimidade forma a própria possibilidade de uma democracia real”. (Paoli, 1995, p. 31)

Ao autodenominar-se um movimento classista, inclusive por ter como corrente ideológica de ação o Marxismo, o MST conseguiu se rimar como um movimento de luta pela terra representação nacional, diferentemente de outros movimentos localizados como ABUQT, MAST, Ligas camponesas etc.

A análise marxista, que orienta alguns estudos sociológicos a respeito dos movimentos sociais, ao mesmo tempo orienta as ações de alguns movimentos sociais, principalmente os da América Latina, e no Brasil, surgidos nas bases da organização dos operários e camponeses, tendo como exemplo clássico o MST.

Quando falamos em movimentos sociais, os conflitos de classe aparecem como dicotomias, proletariado x burguesia, latifundiário x camponês, numa menção de que estes surgem como movimentos de oposição a quem detém o poder. Isso porque é utilizada como base de análise a teoria marxista. A questão é que para o paradigma marxista o conceito de ideologia está intimamente ligado ao da consciência de classe.

Os escritos de Touraine (1999) revelam seu viés marxista quando conceitua movimento social como sinônimo de conflito.

“O campo do conflito é a própria organização; reivindicação é neste sentido sempre orientada, ao mesmo tempo, para a desorganização e para a reorganização. Ela desorganiza porque modifica o esquema prévio; mas visa a reorganização e uma crise. Aquele que é ameaçado de desemprego, de subemprego ou de desqualificação, que protesta contra o arbitrário ou contra más condições de trabalho e salário, ao mesmo tempo em que acusa a direção, quer salvar a organização em que trabalha e assim assegurara seu próprio futuro. O mineiro que enfrenta um trabalho penoso bate-se contra o fechamento da mina para afastar o desemprego”. (Touraine, 1999, 336/337)

Sua teoria se relaciona com esta discussão, pois ao longo das análises referentes aos movimentos do Pontal do Paranapanema a questão do conflito é patente, embora sofra processo de negação assim como escreve Touraine.

“Não faltam ideólogos sobretudo hoje, para negar a existência dos conflitos de classes e dos movimentos sociais e para ver neles apenas o efeito de bloqueios institucionais”. (Touraine, 1999, p. 340)

A visão de que movimento social pressupõe conflito, é encontrada no senso comum no Pontal do Paranapanema, por meio de um processo que chamamos de criminalização dos movimentos, realizada pela atuação das forças policiais do governo e da imprensa. Esta mentalidade gera nas pessoas um sentimento de que a passividade em relação às ocupações de terra afasta seu sentido transgressor. Ao utilizarem o termo “ocupação pacífica”, não se toma consciência de que o ato de ocupar é em si conflituoso.

Existe uma dificuldade por parte dos assentados em se ver como sem-terras, às vezes até como assentados, denominam-se agricultores, produtores, o que não é muito diferente, mas ao assumir sua condição real, sofre com o preconceito, justamente por causa da mentalidade em relação aos movimentos na região.

Mas, não apenas o conflito determina o ser movimento social, Touraine também o define *“como a combinação de um princípio de identidade, de um princípio de oposição e de um princípio de totalidade e, considerado mais amplamente, como um ator de um campo de ação histórica”.* (TOURAINÉ, 1999, p. 345).

Se utilizarmos esta definição do autor como elemento da nossa *“construct idea”*, veremos que a ABUQT se adequa a esses princípios, a partir do momento em que constituem sua identidade em torno do grupo de arrendatários, fazendo oposição ao MST (curiosamente não aos fazendeiros), unidos em sua totalidade por um mesmo interesse que é a conquista da terra.

Padrões de identidade que unem as pessoas em torno de um movimento social são definidos mediante conflito real, definição do adversário e reconhecimento do objetivo da luta. O objetivo da luta está diretamente ligado ao conflito de classes, sendo que neste sentido seus adversários não deveriam

ser seus iguais, se considerarmos, que o conflito de classe seja inerente ao movimento social como um dos elementos de ação histórica:

“O essencial é reconhecer que um movimento social não é expressão de uma contradição; ele faz explodir um conflito. É uma conduta coletiva orientada, não no sentido dos valores da organização social ou no sentido da participação em um sistema de decisão, mas no sentido do que está em jogo nos conflitos de classes, isso é, do sistema de ação histórica”. (TOURAINÉ, 1999, p.348)

A conduta do movimento de arrendatários de se juntarem para organizar a ABUQT revela uma luta de classes as avessas. Ao se constituírem ideologicamente como classe de “produtores rurais”, colocando-se quase no mesmo patamar dos fazendeiros, postula como seu concorrente um outro movimento social cujo objetivo é o mesmo: a terra.

Se considerarmos a teoria de Touraine de que sem conflito não existe movimento social e compararmos com o discurso dos assentados sobre a ausência de conflitos nos processos de ocupação da ABUQT, podemos afirmar que esta não se caracteriza como movimento social. Porém, se considerarmos padrões identitários e os interesses dos grupos que se associam a ele, podemos dizer que sim. Por este motivo é difícil categorizar os movimentos sociais.

Embora seja consenso entre os autores de que os movimentos sociais coexistem no espaço das ações coletivas, são inúmeras as teorias e categorias de análise a respeito da formação e ação dos movimentos sociais. Maria da Glória Gonh, em seu livro *Teoria dos Movimentos Sociais*, faz uma análise apurada a respeito destas teorias, justamente demonstrando a dificuldade em definir o paradigma para analisar os movimentos sociais:

“Os indivíduos que crescem no interior de uma tradição cultural e participam da vida de um grupo, internalizam orientações valorativas, adquirem competência para agir e desenvolverem identidades individuais e sociais. A reprodução de ambas as dimensões do mundo da vida envolve processos comunicativos de transmissão da cultura, de integração e de socialização”. (Gohn, 1997, p. 138, cita ARATO e COHEM).

Nesta concepção, os movimentos sociais são grupos de indivíduos que constroem suas ações. Mas é a teoria do conflito de Touraine que se aproxima da realidade no campo dos movimentos de luta pela terra.

Para ele os movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva que expressa um conflito de classe, e não simplesmente uma junção de indivíduos.

“Entendo, em princípio, por movimentos sociais a ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica”. (Touraine, 1999, p. 335)

É o conflito que constitui e organiza o ator, por isso ele é primordial para a organização dos movimentos sociais. O ator é definido no interior de uma organização, ou seja, para nossa interpretação equivale a construção de uma identidade que se configura no interior do grupo. São impostos regras, costumes e necessidade. *“O próprio ator é fracamente definido, pois cada indivíduo pode agir em função de vários grupos aos quais pertence em vários papéis.”* (Touraine, 1999, p. 338).

Assim sendo, sua identidade é definida independentemente do conflito real com o adversário e do reconhecimento do objetivo da luta.

“Mesmo se o conflito é limitado por seu objetivo imediato e pelas forças que mobiliza, só se pode falar de princípio de oposição se o ator se sente confrontado com uma força social geral num combate que coloca em causa orientações gerais de vida social”. (Touraine, 1999, p. 346)

O essencial é reconhecer que um movimento social não é a expressão de uma contradição; ele faz explodir um conflito por meio da conduta coletiva orientada, não no sentido de valores da organização social ou no sentido da participação em um sistema de decisão, mas um jogo de conflito de classes, isto é, do sistema de ação histórica.

Para Touraine a ação é mais ruptura do que de transformação. Sua organização deriva de situações de crise, e depois a descontinuidade, o que faz o grupo passar da excitação para a depressão, gerando a indiferença apática. No caso dos assentamentos, a organização durante o processo estimulante de ocupação que futuramente resultará no assentamento, que depois de constituído passa por um processo de desmobilização e abandono por parte do movimento. Os que foram membros da ABUQT sentem a ruptura da passagem da condição de arrendatários para assentados.

Na prática, ao negar a espécie de identidade provisória no momento em que escolhem a maneira que vão adquirir a terra, se agrupam tendo em vista os padrões identitários do grupo, no caso dos arrendatários, que

jamais negam sua real condição, e os interesses mútuos de negação do conflito. Por este motivo:

“O objeto de análise sociológica nunca pode ser o próprio movimento social; deve ser o campo de ação histórica, do qual o movimento social é um dos atores”. (Touraine, 1999, p. 353) Para Touraine, o movimento social é uma ação social, uma interpretação, não diferente do que escreve Paoli nesse sentido.

“Longe de dever separar fundamentos objetivos e ideologia dos movimentos, deve-se concebê-los como formas de ação social, nas quais práticas e orientações nunca são separáveis”. (Touraine, p. 355)

Analisar as configurações de um movimento local, não significa então, estar desprovido de um momento histórico que pressupõe um tipo de organização política dada, como por exemplo, o conflito entre o Estado e os movimentos sociais. Neste caso, o Estado e a Justiça, por meio das reintegrações de posse, exercem o papel de classe oposta ao grupo que compõe o movimento.

Se o movimento social é a própria ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle de ação histórica, então, como se dava a configuração do conflito dentro da perspectiva da ABUQT? De duas maneiras: a primeira era a canalização dos problemas conflituosos na pessoa do presidente que personificava seu poder diante da afirmação da proteção dos demais do grupo, a segunda se dava de acordo com a institucionalização do conflito, onde a luta pela terra se dá nos tribunais, daí o caráter legalista da ABUQT.

Essas práticas e orientações, sugeridas por Touraine, não são apenas as internas ao movimento, podem ser externas. A conduta de um pentecostal, por exemplo, dentro dos movimentos, pode seguir orientações da igreja. No caso da ABUQT, a orientação religiosa conduzia a prática dos membros pertencentes àquela religião, a opção pelo “não conflito”, o que era bem vista pelo presidente deste movimento que procura se configurar como pacífico.

A institucionalização dos movimentos impõe condutas aos indivíduos que deles participa, porém, existem também imposições trazidas por influências externas.

Na perspectiva que privilegia a clivagem de classe social na análise sociológica, um movimento só é movimento social se, além das reivindicações, ele coloca em causa a dominação da classe dirigente, que no caso da luta pela terra, muitas vezes está mais ligada ao Estado e aos órgãos judiciais, do que aos fazendeiros. Segundo Touraine, um movimento se organiza quando pode identificar seu adversário, no caso da ABUQT, seu adversário era o próprio MST, que dentro de uma matriz marxista seriam os iguais na classe. No entanto, o movimento social se define pelos conflitos, mas nem sempre este conflito reflete a luta de classes, há outras clivagens na realidade social que, embora relevantes sociologicamente, não se reduzem às contradições de classes sociais.

Não nego a existência das classes, afinal a luta pela terra expõe de maneira enfática o conflito entre latifundiários e trabalhadores, mas penso que neste estudo de caso, as classes ora divergem, ora convergem de acordo com as nuances de como se dá a posse das terras, criando inclusive um ponto de análise pertinente referente à “classe dos arrendatários”: de que lado eles estão? Neste sentido, o conflito tem mais a ver com a questão moral da criminalização do que a luta de classes propriamente dita.

2- O conflito e a criminalização: ainda hoje no Estatuto da Terra.

O conflito deriva da cultura política autoritária, construída ao longo da história do Brasil, de governos que não raras vezes exerceram seu papel por meio da ditadura, que imprime sua marca até hoje em governos ditos democráticos. Essa conduta gera maneiras de controlar as pressões populares. Nesse sentido, a criminalização do conflito é maneira de inibir a participação popular como reemergência da velha solução autoritária.

A explosão dos conflitos sob os movimentos sociais são reflexos deste autoritarismo que se constituiu ao longo da história do Brasil, assim como afirma Paoli.

A história do Brasil é de um país extremamente autoritário. *“É uma sociedade permeada por uma violência espantosa no controle de seus conflitos e de uma hierarquia valorativa que transforma a todos em mandantes e obedientes, superiores e inferiores”.* (Paoli, 1997, p. 29)

Esta análise de Paoli, leva-nos à reflexão a respeito do posicionamento da ABUQT em relação ao posto que ocupa em uma hierarquia formada por fazendeiros e sem-terras, numa realidade em que:

“Camponeses pequenos proprietários e trabalhadores rurais têm enfrentado uma verdadeira guerra civil por um direito à terra que possa ser regido por concepções próprias, calcadas numa funda elaboração cultural de sua experiência e de suas tradições. Com isso, mostram não só a extraordinária violência pela qual a noção de propriedade privada da terra está sendo implantada no campo brasileiro, mas, sobretudo que a resistência a estes processos vem de tempos e lugares esquecidos e desvalorizados pela excludente modernidade brasileira” (Paoli, 1997, p. 41)

A explosão do conflito vista nos momentos de ocupação de terras coloca em voga a transgressão aos dogmas da propriedade privada localizados em regiões altamente mecanizada, reflexo desta modernização brasileira.

Maria Célia Paoli analisa a construção da identidade coletiva baseada na noção de direito, que no caso dos assentamentos e dos movimentos, está ligada ao direito à terra, concepção contrária a idéia de terra como propriedade privada. Num cenário, onde a princípio deveria estar posta a divisão de classes sociais entre movimentos sociais e fazendeiros, a ABUQT coloca a questão da terra para além da questão da classe, pois além de transitarem bem nas relações com os fazendeiros, pautam suas lutas nas negociações no campo do direito, ou seja, dos tribunais, revelando o caráter legalista do movimento.

A autora continua sua análise focando que de certo modo a dimensão jurídica parece ser a única maneira de legitimar a propriedade da terra, sendo que a pressão popular, uma maneira de dialogar com a lei para garantir sua aplicação legítima.

“E quando invasores de terras são levados a confrontarem seus conflitos com proprietários privados em tribunais, é menos importante mostrar que a dimensão jurídica vem “de cima” (de profissionais jurídicos que os assessoram) do que mostrar de que modo a concepção de justiça popular dialoga com a lei, produzindo outros critérios para a aplicação legítima desta.” (Paoli, 1997, p. 52)

A análise de Paoli remete ao que chama cidadania regulada, sendo o conflito uma resposta desses modelos de pressão popular.

A transferência do conflito entre o movimento social e os proprietários de terras para os tribunais, tem sido uma prática da ABUQT, cujo objetivo da ocupação é apenas garantir que o lote desapropriado seja

distribuído para seus membros, imprimindo sua marca legalista, diferente da do MST que tem como foco a ocupação de terras para conquistá-las.

Se o movimento tem na relação jurídica o principal foco do direito à terra, o caráter legalista da ABUQT é bastante evidente no que diz respeito à defesa que seu presidente faz do instrumento legal que rege a direção do movimento em todos os sentidos: o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra é a lei que regulariza a posse e a exploração da terra desde o período autoritário e antidemocrático vivido no Brasil na década de 60. Um dos primeiros códigos inteiramente elaborados pelo Governo Militar no Brasil, a Lei 4504, de 30 de novembro de 1964, foi concebida como a forma de colocar um freio nos movimentos camponeses que se multiplicavam durante o Governo João Goulart. Até hoje, é o estatuto que regulamenta os direitos e obrigações concernentes aos bens e imóveis rurais.

Na década de 80, a implantação da assembléia nacional constituinte, foi o marco no processo de redemocratização do país no que diz respeito às leis. Nesta década os movimentos sociais voltaram à cena, após saírem de um longo período da clandestinidade. No entanto, não organizaram devidamente para oportunizar a Constituição de 1988 a seu favor, conforme comenta Martins:

“Os conflitos pela terra acabaram produzindo o efeito inesperado de pôr na agenda da Constituinte a rediscussão do direito de propriedade, sua regulamentação e seus limites. De modo que o que tinha sido uma importância apenas relativa, até então, ganhou um destaque desproporcional no debate político e na formação de alianças. As esquerdas se viram obrigadas a defender aquilo que, a rigor, não haviam defendido durante a ditadura que era o Estatuto da Terra. E não haviam defendido basicamente porque havia outras prioridades, como a da restauração da democracia. E defenderam mal, negociaram mal, radicalizaram indevidamente e inviabilizaram a consolidação, pelo Parlamento, das bases de uma reforma social essencial. De fato, a nova Constituição de 1988, representa um recuo em relação ao Estatuto.” (Martins, 1999, p. 231).

Este recuo em relação ao Estatuto, diz respeito ao seu enfoque na posse da propriedade da terra, muito mais do que um elemento para implantação de projetos de reforma agrária. Por este motivo, é timidamente defendido pelo MST, pois constituído como uma instituição de âmbito nacional, cuja matriz teórica é o marxismo e sua origem está muito ligada ao combate e fim da ditadura militar. Contraditoriamente, para ABUQT, um movimento local, o estatuto é considerado o principal instrumento de luta pela terra, o que ajuda

a configurar o caráter legalista do movimento. Para demonstrar até que ponto esta relação da ABUQT com o Estatuto diz respeito muito mais a seus interesses em relação à categoria arrendatários e sua ligação com os fazendeiros, do que o interesse pela reforma agrária, foram selecionados alguns trechos para serem analisados.

O primeiro ponto a ser analisado é o que diz respeito à definição de reforma agrária e política agrícola, que a princípio deveriam ser artigos que se complementam:

1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Nota-se que o conceito de reforma agrária e política agrícola conflitam. Ao mesmo tempo em que garante a distribuição de terras, é a lei que garante o amparo à propriedade da terra. Para o MST, o próprio termo “propriedade” é questionado, pois se configura como movimento socialista, com isso possuir um lote em assentamento significa ter direito apenas ao uso da terra. Sabemos que mesmo nos assentamentos legalizados, os produtores familiares não possuem o título da terra, apenas a posse para uso. Ao garantir o amparo à propriedade da terra quando se trata de um latifúndio, não necessariamente é a garantia de trabalho que está em jogo, mas sim a exploração de um grande negócio.

No entanto, esta afirmação converge com os anseios da ABUQT do direito a propriedade, e não simplesmente o direito à terra, lembrando sempre de seu anseio por ser “dono” de seu próprio sítio.

Em outros artigos, repete-se o termo propriedade da terra, vejamos:

art. 2º Art. 2º: *“É assegurada à todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.”*

O direito à terra garantido a todos, porém vemos que o acesso à ela viabilizado pelo poder público destina-se ao trabalhador rural, que mora na região, características que possuíam os membros da ABUQT.

2º É dever do Poder Público: a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;

Podemos perceber que este artigo do estatuto, favorece o processo de seleção do ITESP em relação aos que possuem habilidades para trabalhar na terra, ao garantir acesso ao trabalhador rural. Nenhuma proposta a respeito do uso da terra por trabalhadores urbanos, em condições precárias e sem emprego, é pensada. É também o Estatuto da terra que define a propriedade familiar.

Art. 4º - II "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

Nota-se que todas as referências em relação à terra, sendo em relação à política agrícola, ou à agricultura familiar, é sempre a idéia propriedade que está posta, contemplando os mesmos anseios da ABUQT.

As normatizações a respeito da propriedade privada, da garantia de terras aos trabalhadores rurais, configuração da propriedade familiar, não são as únicas que nos interessam para esta análise. Possíveis ações para amenizar conflitos entre Estado e movimentos sociais também são postos no corpo da lei de maneira implícita.

Embora a lei tenha sido elaborada na década de 60, sem ser reelaborada pela constituição de 88, algumas medidas provisórias foram incluídas ao longo dos anos em forma de emendas. Uma delas, de 2001, foi a autorização para utilização de força policial caso haja vistoria e avaliação de imóvel rural.

§ 4º Para a realização da vistoria e avaliação do imóvel rural para fins de reforma agrária, poderá o Estado utilizar-se de força policial. (Redação da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56, DE 24 DE AGOSTO DE 2001).

Este parágrafo quarto pode gerar uma interpretação equivocada, pois ao fazerem vistoria dos imóveis, muitas vezes os movimentos sociais estão ocupando a área, com isso gera-se a reintegração de posse e o

uso da força policial. Temos que atentar ao detalhe da data em que foi incluído este parágrafo, ano de 2001, muito depois da reabertura do regime democrático. O próprio Estatuto da Terra, defendido por alguns movimentos sociais, garante ao Estado o uso da força policial que, ao autuarem os sem-terras, os enquadram dentro dos princípios do código civil, contribuindo para o processo de criminalização dos movimentos.

O Estado, desde 1946, mantém o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, mais tarde intitulado INCRA, órgão estatal responsável pelo reconhecimento das terras devolutas. Há no momento do uso da força policial uma transferência de poder do Instituto para um órgão de combate ao crime.

Art. 11. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação das terras devolutas federais, restabelecida a instância administrativa disciplinada pelo Decreto-Lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, e com autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas através de cultura efetiva e morada habitual, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas.

Mais tarde, no ano de 1961, foram organizados os Institutos Estaduais, mantidos e organizados pelos governos estaduais em parceria com o INCRA, que são responsáveis pela Reforma Agrária em cada região. São estes órgãos que intermediam a compra das terras para fins de reforma agrária.

É no Estatuto da terra que consta a possibilidade da compra da terra por parte de Estado. Com base neste artigo, muitos fazendeiros se beneficiaram com a venda da terra, que muitas vezes improdutivas não tinham valor de mercado, e o Estado acabava oferecendo maior valor. Segundo Martins, *“a lei de terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e um Estado controlado por uma forte classe de fazendeiros”*. (MARTINS, 1985, p. 42)

Muitas vezes, as terras que eram devolutas, ou seja, do Estado, e foram ocupadas por posseiros, acabam sendo pagas novamente pelos órgãos estatais. Os fazendeiros se beneficiam, em relação ao comportamento dos ocupantes da ABUQT, que atuando de maneira considerada pacífica, sem depredação do patrimônio, garantiam-lhes um melhor preço pelas benfeitorias que estão em bom estado.

Ainda a respeito das terras a serem vendidas, há o artigo 25 que diz respeito às características dos que pretendem obter a terra:

Art. 25. As terras adquiridas pelo Poder Público, nos termos desta Lei, deverão ser vendidas, atendidas as condições de maioria, sanidade e de bons antecedentes, ou de reabilitação, de acordo com a seguinte ordem de preferência:

I - ao proprietário do imóvel desapropriado, desde que venha a explorar a parcela, diretamente ou por intermédio de sua família;

II - aos que trabalhem no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;

III - aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar da região;

IV - aos agricultores cujas propriedades sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

V - aos tecnicamente habilitados na forma da legislação em vigor, ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas.

A lei pede bons antecedentes e origem rural, e como defensora do Estatuto da Terra a ABUQT segue esse padrão inclusive para selecionar seus filiados, que possivelmente obterão a posse da terra. Este artigo prejudica outros movimentos sociais que possuem membro que por terem vivenciado processos de ocupação, podem ter antecedentes criminais, mesmo porque reintegrações de posse geralmente contam com a presença da polícia.

Já ao trabalhador urbano ou proprietário rural, é garantido o usufruto da terra apenas se a ocuparem por ao menos dez anos.

Art. 98. Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, tornando-o produtivo por seu trabalho, e tendo nele sua morada, trecho de terra com área caracterizada como suficiente para, por seu cultivo direto pelo lavrador e sua família, garantir-lhes a subsistência, o progresso social e econômico, nas dimensões fixadas por esta Lei, para o módulo de propriedade, adquirir-lhe-á o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Seria este o tempo suficiente para aprenderem a lidar com a terra e depois usufruírem da própria lei? Ou seria esta uma forma de garantir a propriedade da terra aos antigos posseiros?

No entanto o Estatuto também prevê zoneamento por regiões, como foi o caso do Pontal do Paranapanema, o que acabou beneficiando os antigos posseiros.

Art. 43. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá a realização de estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, visando a definir:

I - as regiões críticas que estão exigindo reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e dos latifúndios;

A quantidade de latifúndios e terras devolutas daquela região proporcionou muitas ocupações e surgimentos de diferentes movimentos de sem terra, o que resultou em desenvolvimentos de muitos assentamentos. O MST antes de ocupar uma determinada fazenda, realiza um estudo a respeito da possibilidade de sua desapropriação, o que torna na maioria das vezes o processo de ocupação vitorioso. A ABUQT possui o mesmo cuidado, mas por sua aproximação com os órgãos jurídicos, consegue estar um passo a frente no processo, muitas vezes ocupando terras em vias de desapropriação.

São várias as regulamentações do Estatuto da Terra que convergem com os propósitos da ABUQT. Porém, existe no conjunto de leis um ponto crucial para que este norteie o trabalho da associação: a regulamentação da posse e exploração da terra por parte dos arrendatários, característica primeira deste grupo. O estatuto garante a eles o direito de ficar na terra caso seja desapropriada para fins de reforma agrária. Em caso de venda, chega a garantir ao arrendatário o direito de ser o primeiro a ser notificado a respeito e entrará na ordem de prioridade do vendedor. Esse direito interessa aos associados da ABUQT assim como está colocado no Estatuto:

Art. 92. A posse ou uso temporário da terra serão exercidos em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que nela exercem atividade agrícola ou pecuária, sob forma de arrendamento rural, de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, nos termos desta Lei.

1º O proprietário garantirá ao arrendatário ou parceiro o uso e gozo do imóvel arrendado ou cedido em parceria.

3º No caso de alienação do imóvel arrendado, o arrendatário terá preferência para adquiri-lo em igualdade de condições, devendo o proprietário dar-lhe conhecimento da venda, a fim de que possa exercer o direito de preempção dentro de trinta dias, a contar da notificação judicial ou comprovadamente efetuada, mediante recibo.

O Estatuto da Terra apresenta de maneira detalhada a regulamentação do trabalho do arrendatário que, por sua extensão, não convém colocá-la aqui no texto, por isso colocado como anexo. Mas, o que importa nestes trechos é o fato de o arrendatário possuir preferência em relação à ocupação do lote mesmo que tenha realizado um trabalho agrícola temporário.

Art. 97. Quanto aos legítimos possuidores de terras devolutas federais, observar-se-á o seguinte:

I - O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá a discriminação das áreas ocupadas por posseiros, para a progressiva regularização de

suas condições de uso e posse da terra, providenciando, nos casos e condições previstos nesta Lei, a emissão dos títulos de domínio;

II - todo o trabalhador agrícola que, à data da presente Lei, tiver ocupado, por um ano, terras devolutas, terá preferência para adquirir um lote da dimensão do módulo de propriedade rural, que for estabelecido para a região, obedecidas as prescrições da lei.

Nota-se que este item garante o direito de quem ocupa desde que seja um trabalhador agrícola, não fazendo nenhuma alusão aos movimentos sociais. Neste caso, os associados da ABUQT têm preferência por serem trabalhadores daquela região, mesmo que fossem como arrendatários. Vale ressaltar que, tratando-se do Pontal do Paranapanema, este estatuto beneficia os fazendeiros duas vezes: primeiro por contribuir para regulamentação dos latifúndios pertencentes à antigos posseiros, segundo porque na medida em que garantem a posse da terra, ele está passível de ser vendida para o próprio Estado que garante a compra de terras que eram devolutas.

Outro trecho garante o direito à terra aos posseiros:

Art. 99. A transferência do domínio ao posseiro de terras devolutas federais efetivar-se-á no competente processo administrativo de legitimação de posse, cujos atos e termos obedecerão às normas do Regulamento da presente Lei.

Art. 100. O título de domínio expedido pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será, dentro do prazo que o Regulamento estabelecer, transcrito no competente Registro Geral de Imóveis.

Art. 101. As taxas devidas pelo legitimante de posse em terras devolutas federais, constarão de tabela a ser periodicamente expedida pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, atendendo-se à ancianidade da posse, bem como às diversificações das regiões em que se verificar a respectiva discriminação.

Art. 102. Os direitos dos legítimos possuidores de terras devolutas federais estão condicionados ao implemento dos requisitos absolutamente indispensáveis da cultura efetiva e da morada habitual.

Veremos que os direitos dos ocupantes sem-terra e os ocupantes posseiros são os mesmo e não há nenhuma alusão aos movimentos sociais, por este motivo a lei é tão criticada pelo MST, que pouco se beneficia do Estatuto, pois é formado por grupo eclético de trabalhadores urbanos, rurais e desempregados que vê no acesso a terra a garantia de trabalho e renda para combater o problema da pobreza. Para eles distribuir terra faz parte da divisão de renda como princípio do socialismo, o que faz deles um movimento muito mais próximo do global. Diferentemente da ABUQT que por ter objetivos

bastante específicos ligados ao grupo de ex-arrendatários e estar localizado geograficamente em apenas uma cidade, faz dele um movimento local.

A regulamentação do trabalho de arrendamento por meio do Estatuto da Terra faz referência à época em que membros da ABUQT eram arrendatários e não se encaixa na relação que estabelece enquanto ocupantes de terras ou até mesmo assentados. No entanto, o fato, entre outros, de terem prioridade em conseguir a terra por serem arrendatários, faz do Estatuto da Terra o principal instrumento de luta do movimento.



Acampamento do MST dentro do lote de um assentado do Primavera. Pessoas aguardando a divisão de lotes da fazenda Durvagi, no município de Presidente Venceslau.



Acampados do MST no lote de um assentado do Primavera. Pessoas aguardando a divisão de lotes da fazenda Durvagi, no município de Presidente Venceslau.

CAPÍTULO VI

1- As manifestações religiosas no assentamento e o diálogo com a sociologia clássica.

Faremos aqui, um diálogo com a sociologia clássica, a respeito da ética protestante e as religiões de salvação. Levo em consideração que as religiões protestantes pentecostais AD, CCB e ICPB, presentes no assentamento têm duas características marcantes: o objetivo da salvação e doutrinas rígidas.

Antes de mergulharmos na discussão a respeito do objetivo da salvação e sua doutrina, vou levantar alguns conceitos a respeito da religião e a influência de suas ações no modo de vida dos assentados. O estudo da conduta de católicos e protestante-pentecostais, e sua importância na construção do modo de vida dos assentados, leva em conta o conjunto complexo de relações sociais que vão desde as de vizinhança, até as relações com o poder local.

Para essa análise, retomei a concepção de Durkheim que considera a *“religião como um sistema solidário de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas, que deve reunir em uma mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a ela aderem”*. (DURKHEIM, 2000, p.32). Segundo sua teoria, a religião é um elemento de coesão da comunidade.

O autor diz que os homens seguem determinações impostas pela sociedade, muitas vezes, por meio da coerção social. Nesse sentido, a religião contribui para que a comunidade se torne coesa, pois impõe e alimenta normas a serem seguidas e as punições a serem cumpridas. A religião, para ele, tem uma função integradora e de coesão da sociedade, compreendida como organismo social composto de partes que funcionam harmonicamente. Na sua concepção, sempre que houver sociedade, haverá religião e, conseqüentemente, a representação do sagrado e do profano, pois as crenças são estados de opinião e valores que consistem em representações comuns a uma coletividade determinada.

Ao se tratar de religiões como a AD e a CCB (e ICPB cuja doutrina e cultos são muito parecidos com os da AD), padrões de conduta rígidos são exercidos sob forma de coerção, que perpassa desde imposições de tipos de vestimentas até casamento com pessoas da mesma religião. Elementos da coerção estão muito mais presentes no que diz respeito à formação religiosa das pessoas do que a coesão dos grupos propriamente dita. A patente negação do conflito da terra e o afastamento das igrejas no período da ocupação demonstram o caráter coercitivo por parte da direção da igreja.

A coesão ocorre no grupo dos iguais, ora iguais no Pentecostalismo, independentemente da religião, ora apenas os membros da própria igreja. Embora documentos da AD, pautem a questão do ecumenismo, essa relação deve ocorrer apenas entre as igrejas protestantes.²⁷ No entanto este tipo de coesão não contribuir na formação de grupos em torno da produção no assentamento.

Nesse sentido, a afirmação de Durkheim de que as forças religiosas são forças humanas, forças morais, visto que religião é construída socialmente, faz sentido. O sagrado se mistura com as coisas da vida material a partir do momento em que as religiões passam a explicar o que acontece no mundo ou tentam solucionar problemas aqui da terra.

Diferentemente de Durkheim, Weber, em seu texto *Sociologia da Religião*, utiliza metodologicamente os conceitos de *ação social*, *relação social* e *formação social*. Para ele, a sociologia é a ciência que estuda a ação social e tem como objetivo interpretar, compreender e explicar a sociedade. Entende por ação social um comportamento humano, cujo sentido é dado pelo agente, ou os agentes da sociedade.

Determinados tipos de ação social orientam-se pelo sentido desse comportamento, ou seja, organizam-se pela relação social, de modo que as ações sejam mutuamente orientadas pelos agentes sociais. Weber entende por relação social, a probabilidade da existência de ações reciprocamente referidas quanto ao sentido. O modo de pensar permeia o modo de viver dos agentes, pois o primeiro tem uma repercussão duradoura tanto nas expressões religiosas, quanto nas doutrinas jurídicas. As religiões mantêm um *Berith*, ou

²⁷ ALMEIDA, Abraão. História das Assembléias de Deus. CPAD. 1982. Rio de Janeiro.

seja, uma relação contratual. Por exemplo, o Catolicismo em Roma se constituiu, por meio de doutrinas jurídicas, como religião oficial do Estado com característica interlocal; para as Testemunhas de Jeová, Deus é representante de uma confederação política e de uma ordem sacro-jurídica das relações sociais.

No caso da ação religiosa, a formação social é a igreja, por isso a valorização em torno da construção do templo, o que não cabe na teoria de Durkheim, pois para ele igreja e templo não são sinônimos. Tanto a ação religiosa, como a magicamente motivada é um tipo de ação social racional, que, é orientada para este mundo. Em seus textos, Weber não discute a essência das religiões, mas, sim, as condições e efeitos de determinados tipos de ações comunitárias.

O autor afirma que é universal o fenômeno da formação de uma associação política estar condicionada à subordinação do deus especial dessa associação. A Polis grega não é a única portadora clássica das manifestações do deus local político, pois toda associação política tem seu deus que garante o seu êxito que, na maioria das vezes, está restrito à esfera econômica.

No assentamento, as religiões, embora não sejam responsáveis pela articulação dos grupos como um todo, supõem um sistema solidário de valores reafirmadores da coesão social de grupos religiosos específicos, assim como afirma Durkheim.

Bourdieu, em seu livro *A economia das trocas simbólicas*, escreve que a religião exerce um efeito de consagração sob duas modalidades: sanções santificantes (com base na teoria de Durkheim) e representações consagradas, cujas estruturas reproduzem relações econômicas sociais vigentes (com base na teoria de Weber). Mesmo baseando-se nos dois autores, Bourdieu continua dando ênfase à questão da estrutura, pois, para ele, a religião permite a legitimação de todas as propriedades características de um estilo de vida — o que Weber chamaria de modos de viver — e constituiria o *habitus* religioso²⁸. O conceito de *habitus* que ele desenvolverá ao longo da sua obra corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo,

²⁸ O conceito de *habitus* é mais explorado por Bourdieu do que por Weber que o utilizou antes dele.

que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz estilos de vida; são meios de ações que permitem criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas.

Bourdieu retoma a todo o momento a existência da estrutura e da posição social. Para ele, a religião tem uma função social em favor de um grupo ou classe, tanto na estrutura da relação de classes, como na divisão social do trabalho. As relações de concorrência dentro da dinâmica do campo religioso constituem a formação da ideologia religiosa. A crença e a eficácia, segundo Bourdieu, estão ligadas ao mercado simbólico, ou seja, à relação entre os interesses dos produtores de bens religiosos e os consumidores da própria crença. A relação entre interesse, crença e poder religiosos estão na dialética (concepção de Marx) da experiência íntima e da imagem social, que são proteções do poder simbólico.

Portanto, para o autor existe o capital religioso conformando o monopólio dos bens de salvação, em mãos do sacerdócio, enquanto o exercício do poder religioso por ele inculca um *habitus* religioso nos leigos.

Num outro patamar, o pentecostalismo visa à salvação com ênfase na resolução de problemas individuais pessoais e familiares, por meio dos “movimentos de cura”, diferentemente do protestantismo histórico.

Transportando a teoria clássica para os dias atuais, poder-se-ia dizer que, nos assentamentos — embora muitas pessoas procurem as igrejas buscando soluções para problemas individuais —, os cultos são construídos coletivamente, seguindo regras comuns para todos os fiéis. Rituais semelhantes aos das sociedades totêmicas descritas por Durkheim — caracterizados pelas unções e lavagens — podem ser encontrados, ainda hoje nos movimentos de cura das igrejas pentecostais.

A busca pela salvação e apelos pessoais são características dos pentecostais, cuja movimentação tem como objetivo a “salvação”, por exemplo: salvar o filho que está doente, o marido que é alcoólatra... Segundo Lowy:

“O apelo ao crescimento pessoal é, por si só, um motivo importante nas conversões ao evangelismo. Não há dúvidas de que um certo tipo de ética puritana pode ter conseqüências na vida cotidiana das famílias pobres: ao proibir bebida, sexo, drogas, jogo e sexo com prostitutas, indivíduos do sexo masculino que ‘renasceram’ podem

melhorar sua condição econômica, sua saúde e o relacionamento com sua esposa e filhos de forma significativa". (LOWY, 1996, p.191)

A pesquisa nos mostra que constituído o assentamento, as pessoas tendem a abandonar os movimentos coletivos de luta pela terra e iniciar o processo de produção individualmente. Passam a se dedicar às atividades das igrejas pentecostais, que no caso das religiões presentes nos assentamentos, apresenta a relação entre a salvação pessoal e terrena menos patente do que a necessidade de salvação da alma, o que os aproxima mais dos protestantes tradicionais.

Com base na teoria de Weber, veremos qual a relação entre as religiões cujo objetivo é a salvação, principal opção dos assentados, e o estabelecimento das formas de produção dentro de uma nova organização familiar. Pode-se considerar que a racionalização da conduta protestante dá uma característica mundana e econômica à religião.

Quanto mais a ética racional se distancia das camadas social e economicamente privilegiadas, mais parece aumentar a atipicidade da atitude religiosa. As camadas mais negativamente privilegiadas do ponto de vista econômico foram portadoras de uma religiosidade específica: a religião de salvação, que pode ter tido sua origem em camadas médias que Weber chama de pequena burguesia urbana: artesãos e comerciantes.

A importância da religiosidade de salvação para as camadas negativamente privilegiadas pode ser considerada sob vários aspectos, e um deles estaria na necessidade da salvação das condições social e econômica não privilegiada. As camadas positivamente privilegiadas têm necessidade da religião de salvação apenas para legitimar seu modo de viver, demonstrado na experiência da vida cotidiana.

No terreno da religiosidade de salvação, ganham destaque alguns elementos, sendo o principal deles o problema da teodicéia, muito ligada à formação da concepção de deus e também das idéias de pecado e salvação. A teodicéia dos negativamente privilegiados é componente de toda religião de salvação. Como um deus perfeito cria e governa um mundo tão imperfeito? Quanto mais próxima da concepção de um deus único e perfeito, mais aumenta o problema da teodicéia.

A idéia de a religião cumprir funções sociais deve-se ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas um alívio do sofrimento e justificativa da miséria, mas, sim, que ela forneça justificativa de existir em uma posição social. Por isso, a função genérica de legitimação religiosa está ligada à função dos interesses religiosos. Segundo Barone:

“Weber analisa o processo de valorização do sofrimento, uma racionalização fundamental no pensamento religioso. O sofrimento pode ser compreendido como um sentimento doloroso de privação acaba sendo o motivo mais forte para o desencadeamento de uma série de buscas religiosas que por sua vez, desembocam ns várias religiões de salvação” (BARONE, 2002, p. 52).

A ânsia pela salvação da alma, qualquer que seja, é de interesse pessoal e traz conseqüências para o comportamento prático na vida, uma sistematização das práticas orientadas pelos mesmos valores que apresentam conseqüências na condução da vida.

Constata-se que a assimilação dos elementos do ascetismo pelas religiões de salvação teve impacto no modo de viver das sociedades em que elas estavam presentes, porque um novo *habitus* social permeava as ações religiosas, que sistematizaram o comportamento prático das relações e formações sociais. Isso se dá no sentido de manter a sua posição social dentro das seitas puritanas, caracterizando as bases do individualismo moderno, sendo importante a apresentação da conduta perante o grupo religioso.

Os pentecostais das igrejas mais tradicionais, encontradas nos assentamentos estudados, possuem características que se assemelham as do puritanismo Inglês, que impunha costumes rígidos principalmente no que diz respeito ao comportamento sexual. O puritano era considerado, na época, uma pessoa austera, rígida e moralista.

A família era a instituição básica mais importante da sociedade Puritana, assim como é hoje para os pais pentecostais do assentamento. Estabelecida por Deus antes de qualquer outra instituição, a família era considerada o fundamento de toda vida civil, social e eclesiástica.

Tendo por fundamento sua crença de que todas as áreas da vida deveriam ser moldadas pelos princípios cristãos, os puritanos defendiam que toda profissão honrosa deveria ser exercido para a glória de Deus, pois tudo na vida pertence ao Senhor.

Nesse sentido, o objetivo das religiões era criar um laço que unia os “companheiros crentes”, eticamente qualificados e, ao mesmo, tempo controlar a conduta das pessoas por meio do ascetismo metódico. No cenário religioso dos assentamentos pesquisados, veremos que há uma assimilação de elementos da ética protestante pelas religiões cujo objetivo é a salvação.

Se considerarmos, assim como Weber, que a ética protestante, uma das molas propulsoras do capitalismo, valoriza o esforço individual, estará salvo o bom credor, aquele que não desperdiça dinheiro e que trabalha incessantemente em busca do sucesso, sem ter o direito de esquecer o cumprimento do dever como, por exemplo, pagar uma dívida. Há algumas atitudes morais postas pelas igrejas que tem um caráter utilitarista, como, por exemplo, a honestidade, que segundo Benjamin Franklin é útil para o crédito. O mesmo acontece em relação ao conceito de trabalho como ação religiosamente valorizada, portanto sagrada, que está conectado à idéia de legitimidade da felicidade como recompensa pelas virtudes, pois Deus gratifica a lealdade e castiga a deslealdade.

Esse tipo de conduta protestante valoriza o trabalho na sociedade capitalista que estava começando a ser constituída no século XVII. Ganhar dinheiro, dentro dessa nova ordem econômica, é sinal de virtude. Não se pode afirmar que o intuito dos assentados é especificamente ganhar dinheiro dentro de uma lógica econômica do capitalismo tal qual acontecia no passado. A necessidade de os assentados obterem lucro rápido passa por um problema econômico: o endividamento nos bancos. A produção individualizada no assentamento não revela um espírito capitalista do protestante, pois como já vimos os motivos são outros. Porém pagar a dívida de financiamento, não possuir restrições de crédito tem relação com a honestidade e integridade das pessoas que este sim, um sinal de virtude perante Deus e os homens.

Exigir dos fiéis honestidade e integridade, por meio normas disciplinadoras, ou podemos interpretar como coercitivas, faz parte da conduta das religiões pentecostais mais tradicionais. Por isso, a negação do conflito e a necessidade de não serem vistos como sem-terras transgressores eram condições para que continuassem pertencendo à igreja.

Para Troeltsch as atitudes disciplinadoras e individualistas das seitas não podem ser atribuídas ao espírito do capitalismo, mas às práticas religiosas e ao evangelho. O comportamento do homem para alcançar a salvação assume uma forma coerente e plena de significado, por motivos que parecem heterogêneos, pois o que domina toda a concepção não é, em primeiro lugar, a consequência lógica, mas as valorações práticas.

As valorações práticas determinadas pelos assentados estão pautadas na ética do trabalho, que em alguns momentos pode ser entendido como parte dos padrões de conduta dos pentecostais enquanto virtude do homem e não necessariamente como ideais de um anseio capitalista. O trabalho torna-se um elemento importante para manutenção da ordem dentro do assentamento, segundo ideais dos evangélicos.

A legitimidade da ação do MST se dá apenas durante o processo de ocupação por representar o sonho da conquista pela terra. Já a da ABUQT, mesmo sem sua presença no assentamento, é referendada pelos assentados pentecostais como grupo que soube ocupar pacificamente. A busca pela terra prometida, referenciada pelos movimentos de ocupação, também revela a idéia de que o paraíso pode ter seu início aqui na terra. Após a conquista da terra, ambos os movimentos perdem espaço, pois o objetivo das pessoas foi alcançado. Ganha espaço a legitimidade das ações religiosas: arrebanhar fiéis e cumprir os desígnios dos predestinados por Deus. Berger (2001) diz que os estabelecimentos religiosos existem na sociedade como alternativas de legitimação da vida individual e coletiva, e as instituições religiosas são agências reguladoras do pensamento e da ação. Isso aconteceria no assentamento?

Parece-nos que sim, pois as igrejas pentecostais “regulam” as práticas dos fiéis ao não permitirem a participação no processo de ocupação da terra. Neste caso, o movimento ABUQT conseguiu legitimar as ações dos pentecostais por conseguirem unir a idéia de busca pela terra prometida com a de um movimento “ordeiro”, que não infrinja as doutrinas das religiões.

CONCLUSÃO

Católicos e protestantes e as afinidades eletivas com a ABUQT.

Aparentemente no assentamento não existe entre as religiões protestantes e católica um clima de rivalidade ou conflito, talvez por considerarem os grupos religiosos como os únicos eficientes naquele espaço. No discurso dos assentados pentecostais este clima de parceira aparece na expressão: *“Nós não temos placas”* referindo-se a participação a outras igrejas, desde que sejam pentecostais.

Contraditoriamente a frase, percebemos ao longo da pesquisa, alguns problemas de relacionamento entre fiéis das igrejas CCB e AD. Um deles descrito por senhor Pedro, no momento em que contava sua história até se tornar assentado. No período em que era arrendatário houve uma briga com o fazendeiro por motivo de trabalho, que culminou em enfrentamento corporal. Depois disso, não foi mais aceito pela CCB, o que revela o caráter impositivo do pentecostalismo sobre o comportamento dos seus membros. Depois de entrar no assentamento, houve também um pequeno desentendimento entre Sseu Pedro e o pastor da AD do Primavera que não estava disponível para realizar culto em seu ponto de oração no Tupanciretã, alegando sobrecarga de trabalho na igreja, visto que celebra cultos diariamente.

Houve outro entendimento relatado por D. Socorro, membro da CCB. Por não haver culto toda semana no ponto de oração do assentamento, freqüenta o ponto de oração da AD juntamente com seu marido na casa do Sr. Dario. Segundo ela, não houve uma punição efetiva, devido sua atitude, mas afirmava enfaticamente: *“eles não gostam muito”*.

Conforme constatei anteriormente, a CCB mantém padrões mais rígidos em relação às outras religiões, tanto em relação aos padrões de conduta de seus membros, quanto à freqüência a outras igrejas, mesmo sendo pentecostais cujas doutrinas são muito semelhantes. Essas pequenas divisões entre os evangélicos desaparecem quando se trata das festas promovidas pelo pastor da AD no assentamento, que consegue arrebanhar fiéis de todas as igrejas, com exceção da católica.

Já entre católicos e protestantes parece haver uma oposição “natural”, no entanto há relação de respeito. A maior crítica encontrada no assentamento em relação à igreja católica foi em relação senhor Ivdávio que desqualificou o culto aos santos do catolicismo, revelando um dos principais pontos de conflitos doutrinário entre católicos e protestantes.

Mas no espaço do assentamento faz sentido entendermos como se estabelece a relação social entendida por “... *comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agente e que se orienta por essa referência.*” (WEBER, 1989, p.16) As relações podem ser tanto de luta, inimizade, como de amizade, cumprimento, troca. O fato de haver relação social, não significa que haja apenas solidariedade internamente aos grupos, pois as relações sociais consistentes estão nas chamadas formações sociais: Estado, cooperativa, matrimônio, incluindo a igreja.

Embora haja esta oposição histórica entre católicos e protestantes, e não haja envolvimento entre elas no sentido de freqüentarem templos uns dos outros, padrões de vizinhança e ajuda mútua são encontrados entre eles, principalmente no que diz respeito à construção do templo, momento em que todos estão dispostos a fazer doações de algo que produzem para ajudar na arrecadação, independentemente da religião.

Existe um empenho coletivo em torno da construção da igreja, talvez o único que efetivamente aconteça. Ao retomarem a rotina de seu cotidiano no início do assentamento, se estabelecem relações comunitárias é nesse momento que a construção da igreja aparece como simbólica de sua fixação no local, contribuindo para a constituição identitária de assentados, pautados em padrões de ajuda mútua que contribuem para o desenvolvimento da economia moral.

Diante dessas nuances de semelhanças e diferenças entre católicos e protestantes, vale referirmos a questão que é central deste texto. Houve uma tendência dos pentecostais a entrarem no assentamento por meio da ABUQT, sendo a atitude do pastor Izael da Igreja AD, e do Seu Paulo, de entrarem com o grupo do MST, consideradas uma exceção. Ao afirmarem veementemente que não se envolveram em ações condenadas pela igreja,

como destruir a propriedade, embora tenha entrado com outro movimento, apresentam discurso igual ao dos membros que entraram com a ABUQT.

Em se tratando de uma maioria de católicos, houve quem entrou com MST, e quem entrou com ABUQT, no entanto o discurso em torno da passividade atribuída aos que entraram com este segundo movimento é muito marcante, mesmo não se tratando dos pentecostais. Existe uma moral religiosa que condena a conduta do conflito também entre católicos, no entanto esta moral perpassa antes pelo perigo da criminalização no plano genérico e do pecado (que no caso dos religiosos católicos pode ser confessado), do que necessariamente quanto a padrões rígidos da conduta e da doutrina da igreja.

Ao tomarmos a história do MST temos que considerar a proximidade das relações entre seus membros e o catolicismo, visto que este emergiu de grupos pertencentes a setores progressistas da igreja, que atuavam desde a década de 60 por meio da Ação Católica. Originário dos movimentos de pastoral da terra e CPT, a mística faz parte dos momentos de reuniões grupais, numa tentativa de unir o preceito fé à política.

Ao constituírem-se como movimento, embora carregando marcas do catolicismo, o MST distancia-se dos preceitos dos setores da igreja mais tradicionais e pentecostais, em relação a ações conflituosas. No entanto, o setor progressista do movimento aceita a ocupação, condenada pelos setores tradicionais do catolicismo e pelos pentecostais. Mesmo dispensando a mística durante o processo de ocupação dos assentamentos estudados, há na região de Presidente Venceslau, uma maior adesão de católicos ao MST, do que de pentecostais, que aderem preferencialmente a ABUQT.

Quais as relações que se estabelece entre católicos e protestantes com os movimentos sociais?

Além de a relação de católicos com o MST ter origem histórica, não existe dentro do catolicismo homogeneidade na forma de pensar a respeito da reforma agrária e a da ocupação, justamente por causa das diferentes visões propagadas por setores. Mesmo não sendo aceita por alguns grupos dentro do catolicismo, a interferência da igreja em relação à conduta de quem ocupa a terra é inexistente.

Em relação aos pentecostais, o fato de a ocupação coordenada pela ABUQT ter ocorrido de maneira pacífica, foi a maneira que

encontraram para não tornar a sua conduta transgressão propriamente dita. Os fazendeiros estavam tendo prejuízo com a terra e pretendiam vendê-las para o Estado para fins de reforma agrária, o que para eles seria um bom negócio. Por esse motivo, houve maior adesão dos pentecostais por ser considerado um movimento ordeiro e pacífico.

Quando os pentecostais entram no movimento de luta pela terra, orientam sua ação racionalmente pelo fim que será a conquista da terra. A ação orientada por valores é mantida no discurso de que são contra momentos de conflito, o que os leva a associarem-se ao movimento pacífico. Eles se adequaram a essa ambivalência diante da eficácia da ocupação (afirmada por eles) e a condenação da violência.

A ordem estabelecida como convenção (ou costume) tem relação com a maneira como os pentecostais agem no assentamento em relação às ocupações. Já a denominação legal exige estatutos e disposições de caráter jurídico que, se não obedecidas, podem implicar na sanção. A legitimidade de uma ordem pode estar garantida pela atitude interna: de modo afetivo, de modo racional referente a valores (morais, estéticos etc.) e de modo religioso para a obtenção dos bens de salvação.

Quando se trata do processo de ocupação, considerado uma transgressão, enfrentar o conflito, significa um desafio para conseguir a terra, produzir nela e assim garantir a estabilidade financeira, ou pelo menos, garantir o sustento familiar, ou seja, um sinal de virtude. No plano econômico a relação social fundada em padrões de vizinhança e ajuda mútua, garantem a permanência dos assentados na terra, mesmo diante da dificuldade da produção individualizada e de projetos coletivos que não se sustentam.

No plano político, pode-se constatar que a influência das religiões pentecostais no assentamento de reforma agrária Primavera e Tupanciretã tornaram-se um meio para desmobilização dos grupos, uma vez que, desde o processo de ocupação, optaram por fazer parte de um movimento com características de ações mais individualizadas.

Embora seja um movimento apenas de ocupação, a ABUQT, possui características que se conformam aos anseios da moralidade pentecostal que se ajustam ao trabalho individual, levando em consideração o retorno financeiro rápido, além de contemplar a vocação agrícola solicitada

pelo ITESP. Esse movimento foi importante para os pentecostais tanto no momento da ocupação, por causa do não envolvimento direto com situações de conflitos, quanto na permanência no assentamento, pois suas características adequaram-se à valorização do trabalho individualizado pelos assentados.

Por um lado os membros da ABUQT são portadores de características que vinham ao encontro dos ideais protestante-pentecostais, que além de ser considerado um movimento pacífico, possui uma lógica econômica diferenciada do MST, por ter sido formado por arrendatários acostumados a lidar com a lógica capitalista dos fazendeiros em relação aos negócios e com a lógica do retorno financeiro rápido e certo. Os arrendatários, antes de obterem a terra, não estavam numa situação de trabalhadores assalariados rurais, mas sim de “pequenos patrões”. Trata-se, portanto, para usar o termo weberiano, de um caso de afinidade eletiva entre os interesses econômicos desta categoria social e os princípios religiosos protestantes.

Por outro lado, os pentecostais precisavam participar da ocupação de terras sem precisarem se envolver em situações de conflitos, o que lhes foi proporcionado pela ABUQT. Eles eram “pacíficos” como o movimento precisava. Além disso, portavam características protestantes éticas do trabalho como virtude, do sucesso individual e do retorno financeiro rápido, que os levariam a optar por uma produção individualizada, o que seria um passo para que arrendassem as terras do assentamento e mantivessem a característica primeira do grupo Brasileiros unidos querendo terras.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 2ª edição. Ed. Unicamp, Campinas, 1998.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. “Estudo de Caso na sociologia” in Estudo de Caso em pesquisa e avaliação educacional. Ed. Líber Livro, Brasília, 2005.

BALDUÍNO, Tomás. “A ação católica e o desenvolvimento rural” in Dossiê desenvolvimento rural. Revista Estudos avançados USP – São Paulo, 2001.

BARONE, Luís Antonio. Conflito e cooperação: O jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária. Tese doutorado. FCL – UNESP. Araraquara/SP. 2002

_____. *A economia moral num mundo de agricultura modernizada: o caso da greve dos bóias-frias em Guariba*. In Retratos de Assentamentos, Ano V, nº 07, NUPEDOR, Unesp, Araraquara, 1999.

BERGER, Peter. “A dessecularização do mundo: uma visão global”. in Religião e Sociedade. Vol. 21 – número 01 – 2001. Ed. Uerj. Rio de Janeiro.

BOURDIEU, Pierre. A dominação Masculina. 4ª edição. Ed. Beltrand Brasil. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro, 2005.

_____. A economia das Trocas simbólicas. 5ª edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 1999

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, *Pesquisa Participante*. Editora Brasiliense. 1999. São Paulo.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. Ed. 34 e Duas Cidades. 10ª edição, São Paulo. 2003.

CHAIANOV, A. V. La organizacion de la unidad econômica campesina – Ed. Nueva Vision. Buenos Aires, 1974.

COSTA, S. A. *Diário de campo como dialética subjetiva*. In Sociologia Rural. Org. WHITAKER, Dulce C. Ed. Letras à margem. 2002, Presidente Venceslau-SP

COSTA, Sidney Alves Costa. “O processo de luta pela terra e a construção da identidade e do modo de vida dos sem terra” in Retratos de Assentamentos, Nupedor, n. 9, UNIARA/CNPq. Araraquara/SP, 2004.

- DAWBOR, Ladislau. O que é poder local. 9ª. Edição. Editora Brasiliense. São Paulo. 1994.
- DESLAURIERS, Jean-Pierre & KÉRISIT, Michele. *O delineamento de pesquisa qualitativa*. In A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Editora Vozes. 2008. SP.
- DINCAO, Maria Conceição & ROY, Gerard. Nós cidadãos. Paz e Terra. São Paulo. 1995.
- DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. Trad. Paulo Neves. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2000.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders. Trad. Vera Ribeiro. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2000
- FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento agrário em Questão. Ed. Iglu-Fapesp. São Paulo. 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano & RAMALHO, Cristiane Barbosa. *Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema – SP* in Revista Estudos Avançados 43, dossiê Desenvolvimento Rural, vol. 15. Edusp, São Paulo, 2001.
- FERRANTE, V.L.S.B. e BARONE, L. A. Assentamentos Rurais e Poder Local: Os Rumos da Descentralização da Reforma Agrária. Mimeo. Araraquara, 2002.
- FERRANTE, Vera Lucia Botta. *Itinerário de pesquisa em assentamentos rurais: inesgotável aventura sociológica*. In Retratos de Assentamentos. Ano V, nº 07, NUPEDOR, Unesp, Araraquara, 1999.
- _____. As canas nos assentamentos: Os nós desta polêmica. III jornada de Estudos em assentamentos rurais. FEAGRI – Campinas. 2007.
- FILORAMO, Giovanni. Monoteísmos e Dualismos: As Religiões de Salvação. Ed. Hedra. São Paulo, 2005.
- FRANCISCO, Crislaine. Passagens Híbridas: Relações de gênero e pentecostalismo. Dissertação de mestrado. FFLCH – USP. Junho/2002.
- FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto (coordenador). Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-162.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997. São Paulo.

- GRAZIANO da SILVA, José. O novo rural brasileiro. IE UNICAMP, Campinas, 1999.
- JACCOUND, Mylene & MAYER, Robert. *A observação direta e a pesquisa qualitativa*. In *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Editora Vozes. 2008. SP.
- LEITE, José Ferrari. *A Ocupação no Pontal do Paranapanema*. Ed. Hucitec. São Paulo. 1998.
- LÊNIN, V. I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Abril Cultural. São Paulo, 1982.
- LOPES, Dulcelaine L. *Diário de Campo: o registro da reconstrução*. In *Sociologia Rural*. Org. WHITAKER, Dulce C. Ed. Letras à margem. 2002, Presidente Venceslau-SP
- LOWY, Michael. *A guerra dos deuses*. Ed. Vozes. Rio de Janeiro. 1996.
- MACIEL, Marluse. "Igrejas e Assentamentos" in *Retratos de Assentamentos*, Ano V, nº 07, NUPEDOR, Unesp, Araraquara, 1999.
- _____. *As guardiãs da religião*. in *Retratos de Assentamentos*. Nupedor, n. 9, UNIARA/CNPq. Araraquara/SP, 2005.
- MARIZ, Cecília. "*Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger*". in *Religião e Sociedade*. Vol. 21 – número 01 – 2001. Ed. Uerj. Rio de Janeiro.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. Edusp. São Paulo, 2004.
- _____. *O poder do Atraso*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1994.
- _____. *Sujeito Oculto*. UFRGS. Porto Alegre/RS, 2003.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *Reforma agrária no Brasil*, Ed. Perseu Abramo, São Paulo. 2003.
- MEDEIROS, Leonilde. *Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra*. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003.
- _____. *Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*, UNRISD e Ed. Universidade Rural, Rio de Janeiro, 2002.

- MELO, Elisabete Josefa. Questão ambiental, reforma agrária e luta pela terra: ocupação irregular da fazenda florestal lagoinha e os assentamentos de Presidente Epitácio. Monografia FCT – Unesp – Presidente Prudente. 2007.
- MIOR, Luiz Carlos. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. Ed. Argos. Chapecó.2005.
- MOURA, Juliana Andrade. A luta pela terra sob o olhar dos que lutam pela terra: movimento e representações sociais no Pontal do Paranapanema. Monografia FCT – Unesp – Presidente Prudente. 2005
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. Entre a cruz e a encruzilhada. EdUSP. São Paulo. 1996.
- NEVES, Frederico de Castro. *Economia Moral X Moral Econômica*. No. 16. Fevereiro de 1998, PUC – SP, p. 39-57.
- NUNES, Maria José F. Rosano Nunes. Autonomia das Mulheres x Controle da Igreja: Uma equação insolúvel? , XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1994.
- PAOLI, Maria Célia. *Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político* in *Movimentos Sociais e democracia: Sem a gente não tem jeito*. p. 24-55, Ed. Marco Zero. 1995. São Paulo.
- PESSOA, Jadir de Moraes. A revanche camponesa. Editora UFG, Goiânia, 1999.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. O Desencantamento do Mundo – Todos os passos do conceito de Max Weber. Ed. 34, São Paulo, 2003.
- _____. “Secularização em Max Weber: da Contemporânea Seventia de Voltarmos a acessar aquele velho sentido”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol.13, nº 37, jun. 43-73, São Paulo, 1987.
- PIERUCCI, Antonio Flávio e PRANDI, Reginado. A Realidade social das Religiões no Brasil. Ed. Hucitec. São Paulo, 1996.
- PIRES, Álvaro P. *Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico*. In *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Editora Vozes. 2008. SP.
- POKER, José Geraldo Alberto B. A prática da vida e os desencontros da libertação. Dissertação mestrado, USP, São Paulo, 1994.

- POUPART, Jean. *A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas e teóricas e metodológicas*. In *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Editora Vozes. 2008. SP.
- PRADO JR., Caio. *A questão agrária*. 5ª Edição. Ed. Brasiliense. São Paulo. 2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O campesinato brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1973.
- SIMONETTI, Miriam C. Lourenção. *A Longa Caminhada - A (RE)construção do Território Camponês em Promissão*, tese doutorado FFLCH – USP, São Paulo, 1999.
- TOURAINÉ, Alain. *Os movimentos sociais*. In *Sociologia e Sociedade*, 21ª edição, Livros técnicos e científicos editora, São Paulo, 1999.
- TROELTSCH, E. “Igreja e Seitas” – *Religião e Sociedade* 14/3 – ISER/CER, 1987.
- UMBELINO, Ariovaldo. “*A longa marcha do campesinato brasileiro*”. In *Dossiê desenvolvimento rural*. Revista Estudos avançados USP – São Paulo, 2001.
- WEBER, Max. “*Tipos de relação comunitária e de relação associativa em seus aspectos econômicos*”. In *Economia e Sociedade*. Vol. 01. Editora UnB. Brasília, 2004.
- _____. “Sociologia da Religião” cap. V. In *Economia e Sociedade*. EdUnb. Brasília. 2000.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Companhia das Letras. São Paulo, 2004.
- _____. *Conceitos básicos de sociologia*. Ed. Moraes. São Paulo. 1989.
- _____. *Max Weber*. Coleção Os pensadores. Ed. Victor Civita. São Paulo. 1985.
- _____. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora. 1992.
- _____. *Economia e sociedade*. Vol. II. EdUnb. Brasília. 2000.
- WHITAKER, Dulce C. A. *Sociologia Rural*. Ed. Letras à margem. 2002, Presidente Venceslau –SP.

ANEXO I

**MAPAS DOS ASSENTAMENTOS PRIMAVERA E TUPANCIRETÃ
PRESIDENTE VENCESLAU – SP**
(Fonte: ITESP)

ANEXO II
FICHA DE ENTREVISTA

1- Mora no assentamento () Primavera () Tupanciretã

2- Há quanto tempo está no assentamento?

3- Entrou no assentamento com que grupo?

() MST () ABUQT () Adquiriu lote
depois

5- Por que fez opção por esse movimento?

4- Qual era a sua principal atividade econômica antes de entrar no assentamento?

5- Qual é a sua principal atividade econômica no assentamento?
(perguntar se arrenda)

6- Tem outra renda fora do assentamento? Qual?

7- Qual a sua religião?

8- Você já era dessa religião antes de entrar no assentamento?

() SIM () NÃO

Qual era?_____

9- O dirigente da igreja era a favor de você participar da ocupação?

() SIM () NÃO

10- Você é a favor da ocupação de terras? Por quê?

ANEXO III

**ESTATUTO E DOCUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIROS UNIDOS QUERENDO TERRAS
ABUQT**

(Fornecido por Geraldo Lopes presidente da ABUQT)

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.352.540/0001-05
VÁLIDO ATÉ 30/06/98		ATIVIDADE PRINCIPAL 9199-5
NATUREZA JURÍDICA 302-6 ASSOCIACAO		CFI DO RESPONSÁVEL 725.560.308-44
ORGÃO DA RF 0810504 - PRESIDENTE WENCESLAU		
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIACAO DOS BRASILEIROS UNIDOS QUERENDO TERRA		
NOME DE FANTASIA		
LOGRADOURO RUA CARLOS BOENO DA FONSECA		NÚMERO 88
CEP 19400-000		COMPLEMENTO BAIRRO / DISTRITO PQ. AUGUSTO PEREIRA
MUNICÍPIO PRESIDENTE WENCESLAU		UF SP
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA : OUTRAS ATIV ASSOCIATIVAS N-ESPECIFICADAS		

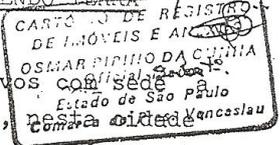
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO
 NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO O Nº DE INSCRIÇÃO FOR INFORMADO,
 AINDA QUE POR APOSIÇÃO DO CARIMBO PADRONIZADO DO CGC.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS BRASILEIROS UNIDOS QUERENDO TERRA 004



Capítulo 1 - Da Associação seu Governo e Fins

Artigo 1º - A Associação é uma sociedade sem fins lucrativos, com sede em Rua Carlos Boeno da Fonseca nº 88, Parque Augusto Pereira, de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo, e, compõe-se de número ilimitado de membros sem distinção de cor, sexo, idade, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso e foi organizada em 26 de Abril de 1996, e o prazo de duração é por tempo indeterminado.

Artigo 2º - A Associação terá sua sede nacional à Rua Carlos Boeno da Fonseca nº 88, Parque Augusto Pereira, nesta cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo, podendo quando julgar necessário criar em qualquer parte do território nacional ou fora dele, outras Associações, as quais funcionarão de conformidade com os preceitos contidos neste Estatuto.

Artigo 3º - A Associação tem como fins o objetivo de adquirir terras improdutivas para torná-las produtivas para o plantio e a sobrevivência dos assentados.

Capítulo 2 - Membros da Associação seus Direitos e Deveres

Artigo 4º - São membros da Associação as pessoas com aprovação da diretoria; as pessoas que não possuem terras; as pessoas que sejam aptas no ramo da agricultura e as pessoas que tenham por objetivo o uso da terra para o plantio e sua sobrevivência.

Capítulo 3 - Administração da Associação

Artigo 5º - A Administração dos negócios da associação será exercido pela Diretoria da mesma Associação, composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário, um Primeiro Tesoureiro e um Segundo Tesoureiro.

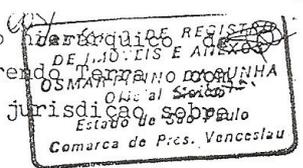
Artigo 6º - O mandato da Diretoria é por tempo indeterminado.

Artigo 7º - Compete a Diretoria em harmonia com a Associação cumprir este estatuto e o regimento interno e deliberações da Associação em suas sessões e assembléias, resolver as questões neste Estatuto ad referendum da Associação convocar as sessões e assembléias, convenções Nacionais, autorizar o recebimento de donativos e ofertas à Associação.

Artigo 8º - São deveres do Presidente, representar a Associação em juízo ou fora dele, ter voto de minerva, superintender a administração de todos os negócios, convocar as sessões e Assembléias, reuniões de Diretoria e convenções nacionais, abrir e encerrar as mesmas, assinar com o Secretário e o tesoureiro todos os demais documentos, de compra e venda, hipoteca, passar recibos e assinar contratos.

Parágrafo Primeiro - O cargo de Presidente da Associação é vitalício pelo que foi em assembléia geral extraordinária realizada à 26 de Abril de 1996 e por força dos Estatutos então em vigor empossados no referido cargo, o atual presidente Geraldo Lopes de Oliveira, o qual continuará com todos os poderes lhes foram conferidos nos Estatutos Sociais;

Parágrafo Segundo - O Presidente vitalício terá a título superior geral da Associação dos brasileiros Unidos Querendo todas as prerrogativas de seu elevado cargo e com ampla jurisdição sobre todo o território Nacional e alem de fronteiras;



Parágrafo Terceiro - No caso de falecimento do Presidente vitalício, ou de, ser declarada a absoluta incapacidade do mesmo de acordo com a legislação em vigor assumirá providoriamente o cargo o Vice-Presidente o qual dentro de trinta dias a contar da data da assunção do cargo, convocará a assembléia geral para a eleição e posse imediata do respectivo sucessor. A convocação da assembléia geral será feita por anúncio publicado na imprensa e por carta registrada mencionando o dia, mês, hora e local, e, os motivos que deram causa a mesma, e, a data da assembléia não poderá exceder trinta dias a contar da publicação da competente convocação.

Artigo 9º - São deveres do Secretário redigir as atas das sessões e assembléias, manter as correspondências e arquivos em ordem.

Artigo 10º - São deveres do tesoureiro ter sob sua guarda os valores e documentos e fundos da Associação, receber ofertas e doações dos associados, fazendo pagamentos autorizados pela Associação em suas sessões, assinar com o Presidente e o Secretário os documentos que trata o Art. 8º, o segundo Tesoureiro poderá substituir o Secretário em seus impedimentos ocasionais ou temporários.

Artigo 11º - A mesa administrativa é composta com todos os membros da diretoria.

Artigo 12º - De acordo com as necessidades da associação, a sede Nacional poderá transferir o Presidente de uma localidade para outra situada em qualquer parte do território Nacional.

Capítulo 4 - Das Assembléias Gerais

Artigo 13º - A assembléia geral é o órgão deliberativo das Associações e constitui o seu conselho deliberativo e suas decisões são soberanas.

Artigo 14º - A assembléia geral compõe-se de todos os membros da associação local, e, será convocada para tratar os seguintes assuntos:

- a) transigir e alienar, alugar ou hipotecar imóveis;
- b) outros assuntos da associação.

Parágrafo Primeiro - As resoluções só poderão ser tomadas quando a Assembléia geral for convocada com antecedência de 15 dias e por voto favorável de 2/3 dos membros presentes.

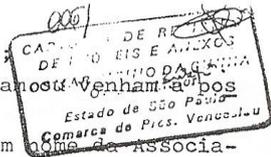
Parágrafo Segundo - Far-se-a convocações como manda a Lei, por anúncios publicados pela imprensa local, deles constando a ordem do dia ainda que for por sumário, o dia, a hora e o local da sessão um exemplar da convocação será afixado na sede em lugar visível.

Capítulo 5 - Patrimônio da Associação

Artigo 15º - Patrimônio da Associação é composto de:

- a) contribuições dos associados;

- b) ofertas donativos e legados;
- c) quaisquer doações e dotações públicas e oficiais;
- d) outros haveres bens móveis e imóveis que pertençam a sua Associação.



Parágrafo Primeiro - A conta bancária tem que ser em nome da Associação, onde assinam o Presidente e o Tesoureiro.

Parágrafo Segundo - Em caso de cisão ou dissolução, o seu patrimônio será doado a uma associação congênere dentro do território nacional, que tenha as mesmos objetivos, escolhida por uma assembléia geral com a aprovação de pelo menos 2/3 dos membros ativos.

Parágrafo Terceiro - A Associação não distribui lucros, bonificações, ou gratificações sob qualquer forma de pretexto, a dirigentes mantenedores, membros aplicando sua receita e patrimônio na manutenção da associação do território Nacional.

Capítulo 6 - Disposições gerais e Transitórias

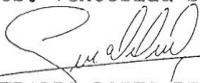
Artigo 16º - Os membros da Associação respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela diretoria ou pelo Presidente.

Artigo 17º - O presente estatuto uma vez aprovado em Assembléia geral e registrado nos órgãos competentes entrará imediatamente em vigor.

Artigo 18º - Nenhuma mudança ou reforma se fará neste estatuto Social sem a aprovação do Conselho deliberativo representado pela Assembléia Geral.

Artigo 19º - O presente estatuto social, aprovado em assembléia geral extraordinária realizada em 26 de Abril de 1996, na sede da sociedade em Pres. Venceslau-SP, constitui a Lei orgânica da sociedade, Associação dos Brasileiros Unidos Querendo Terra, que todos os membros são obrigados a respeitar e cumprir.

Pres. Venceslau-SP, 26 de Abril de 1996.


 -GERALDO LOPES DE OLIVEIRA-
 -Presidente Vitalício-


 -RICHARD APARECIDO SORIGOTTI-
 -Vice Presidente-


 -ROQUE PAULINO-
 -Secretário-


 -MILTON PINHEIRO BISPO-
 -(Primeiro) Tesoureiro


 -CLAUDIO PINHEIRO BISPO-
 -(Segundo) Tesoureiro


 -JOSE ROBERTO B. DE JESUS-
 OAB: 134.119


 -Presidente
 Presidente Vereador

ILMO SENHOR
 OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 DA COMARCA DE PRESIDENTE VENCESLAU - SP

0001/
 CARTÓRIO DE REGISTRO
 DE IMÓVEIS E ANEXOS
 OSNAR FERREIRA DA CUNHA
 Oficial *Cartório*
 Estado de São Paulo
 Comarca do Pres. Venceslau

ASSOCIAÇÃO DOS BRASILEIROS UNIDOS QUERENDO TERRA, estabelecida à Rua Carlos Boeno da Fonseca nº 88, Parque Augusto Pereira, nesta cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Presidente o Sr. Geraldo Lopes de Oliveira, brasileiro, casado, Lavrador, portador do RG nº 17.075.023, CPF (MF) nº 725.560.308-44, residente e domiciliado à Rua Carlos Boeno da Fonseca nº 88, Parque Augusto Pereira, nesta cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo, vem mui respeitosamente à presença de V.Sª. requerer o registro do Estatuto da referida Associação.

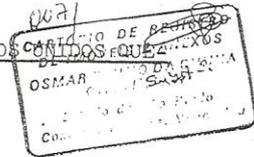
Junta para tanto, as vias do Estatuto, a Ata de abertura.

Termos em que,
 P.Deferimento.

Presidente Venceslau-SP, 26 de Abril de 1996.

Geraldo Lopes de Oliveira
 - Geraldo Lopes de Oliveira -
 I. - CARTÓRIO DE NOTAS
 Pres. Venceslau - Estado de São Paulo
 Reconheço por semelhança a assinatura
Geraldo Lopes de Oliveira
 P. Venceslau, 11 JUN 1996
 Em test. [Assinatura]
 Aparecido Pedrosa - Bel. Escrivão
 José Mano Dássio - Bel. Oficial Maior
 Paulo Cesar Moreno - Bel. Autorizado
 Marcia Sueli Dássio - Escrivã
 C. P. / R. F. C. S.

QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DOS BRASILEIROS
RENDENDO TERRA

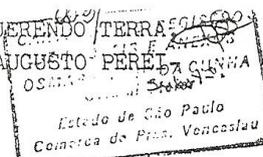


GERALDO LOPES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, Lavrador, (Presidente), portador do RG nº 17.075.023, CPF(MF) nº 725.560.308-44, residente e domiciliado à Rua Carlos Boeno da Fonseca nº 88, Parque Augusto Pereira, nesta cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo; RICHARD APARECIDO SORIGOTTI, brasileiro, casado, Lavrador, (Vice-Presidente), portador do RG nº 21.798.055-7, CPF(MF) nº 117.266.638-50, residente e domiciliado à Rua Carlos Gomes nº 876, Centro, nesta cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo; MILTON PINHEIRO BISPO, brasileiro, casado, Lavrador, (Primeiro Tesoureiro), portador do RG nº 15.552.422-7, CPF(MF) nº 062.091.888-85, residente e domiciliado à Rua Carlos Baptista nº 251, Vila Santa Filomena, nesta cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo; CLAUDIO PINHEIRO BISPO, brasileiro, casado, Lavrador, (Segundo Tesoureiro), portador do RG nº 11.943.312, CPF(MF) nº 970.617.198-34, residente e domiciliado à Rua Virgílio Melchior nº 154, Parque Cecap, nesta cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo e ROQUE PAULINO, brasileiro, casado, Lavrador, (Secretário), portador do RG nº 8.200.255, CPF(MF) nº 779.721.718-15, residente e domiciliado à Rua Pedro A. Oberlaender nº 415, Parque Augusto Pereira, nesta cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.

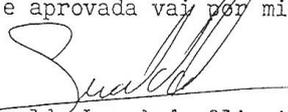
Presidente Venceslau-SP, 26 de Abril de 1996.


 - GERALDO LOPES DE OLIVEIRA -
 - Presidente -

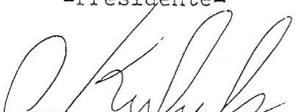
ATA DE INAUGURAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS BRASILEIROS UNIDOS QUERENDO TERRA, ESTABELECIDADA À RUA CARLOS BOENO DA FONSECA Nº 88, PARQUE AUGUSTO PEREIRA, PRESIDENTE VENCESLAU, ESTADO DE SÃO PAULO.



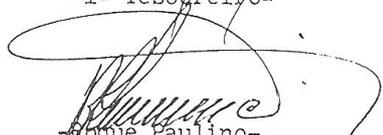
Presidente Venceslau, vinte e seis de Abril de Um Mil Novecentos e Noventa e Seis, sede da Associação dos Brasileiros Unidos Querendo Terra, às quatorze horas, deu-se início à Assembléia Geral Extraordinária para tratar dos seguintes assuntos: Eleição da diretoria para um período indeterminado e aprovação do Estatuto Social da Associação. O Presidente vitalício e fundador da Associação iniciou a reunião explicando a finalidade desta assembléia geral, logo em seguida leu o Estatuto Social da Associação e qual depois de lido e submetido a exame foi aprovado unanimemente, após aprovação dos Estatutos Sociais da Associação, passou a votação e eleição da Diretoria obedecendo os regulamentos contidos no Estatuto Social da Associação, a eleição da Diretoria deu início às quinze horas e vinte minutos, sendo aprovado para o cargo de Presidente o Sr. Geraldo Lopes de Oliveira fundador desta Associação e o cargo de Presidente é exercido por vitalidade sendo que o mesmo continua com todos os poderes conferidos neste Estatuto Social e aprovados nesta assembléia geral, para o cargo de Vice Presidente foi aprovado o Sr. Richard Aparecido Sorigotti o qual na ausência do Presidente assumirá todas as responsabilidades, para Primeiro Tesoureiro o Sr. Milton Pinheiro Bispo para Segundo Tesoureiro o Sr. Claudio Pinheiro Bispo, para Primeiro Secretário o Sr. Roque Paulino, após a eleição da Diretoria o Presidente os empassou seus devidos cargos, às dezeseite horas e dez minutos, não havendo nada mais a tratar o Presidente Geraldo Lopes de Oliveira encerrou a assembléia, eu Roque Paulino Secretário da Associação dos Brasileiros Unidos Querendo Terra lavrei a presente Ata a qual depois de lida e aprovada vai por mim assinada, e também os membros da Diretoria.


-Geraldo Lopes de Oliveira-
-Presidente-


-Richard Aparecido Sorigotti-
-Vice Presidente-


-Milton Pinheiro Bispo-
-1º Tesoureiro-


-Claudio Pinheiro Bispo-
-2º Tesoureiro-


-Roque Paulino-
-1º Secretário-

 <p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL</p> <p>DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA</p>		<p>01 CARIMBO PADRONIZADO CGC</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 10px auto;"> <p>01.352.540/0001-05 Associação dos Brasileiros Unidos Querendo Terra R. Carlos Bueno da Fonseca, 88 Pq. Augusto Pereira - CEP 19.400-000 PRESIDENTE VENCESLAU - S.P.</p> </div>	
00 PARA USO DA REPARTIÇÃO			
RECEPCÃO	Nº DE ARQUIVAMENTO		
02 DECLARAÇÃO		03 TIPO DE ISENÇÃO	
EXERCÍCIO	PERÍODO-BASE	<input type="checkbox"/> INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO OU DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <small>(ART. 110 - RUR/79)</small> <input checked="" type="checkbox"/> DEMAIS SOCIEDADES, FUNDA- ÇÕES, ASSOCIAÇÕES E SINDI- CATES. <small>(ART. 112 - RUR/79)</small>	
19 97	de 26/04/19 96 a 31/12/19 96		
04 SITUAÇÕES ESPECIAIS			
<input checked="" type="checkbox"/> INICIAL <input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO <input type="checkbox"/> RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO			
05 DENOMINAÇÃO			
NOME DA INSTITUIÇÃO			
Associação do Brasileiros Unidos Querendo Terra			
06 ENDEREÇO DA SEDE			
GRADUADO (Rua, Avenida, Praça, etc.)		NÚMERO	
Rua Carlos Bueno da Fonseca		88	
COMPLEMENTO (Andar, Sala)		TELEFONE	
		271-5124	
BAIRRO	DISTRITO	CEP	
Pq. Ang. Pereira		19400-000	
MUNICÍPIO		SIGLA DA U.F.	
Presidente Venceslau		SP	
07 NATUREZA JURÍDICA		08 ATIVIDADE PRINCIPAL	
CÓDIGO 15 <input type="checkbox"/> FUNDAÇÃO	Adquirir terras improdutivas para torná-las produtivas para o plantio e a sobrevivência		
CÓDIGO 16 <input checked="" type="checkbox"/> ASSOCIAÇÃO			
09 COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO			
ATIVO	CAIXA E BANCOS	01	VALOR - R\$
	TÍTULOS E/OU CONTAS A RECEBER	02	
	IMÓVEIS	03	
	MÓVEIS, UTENSÍLIOS, MÁQUINAS E INSTALAÇÕES	04	
	VEÍCULOS	05	
	OUTROS DIREITOS	06	
	SOMA DO ATIVO	01 + ... + 06	07
PASSIVO	CRÉDITOS DE ASSOCIADOS	08	
	CRÉDITOS DIVERSOS	09	
	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE A RECOLHER	10	
	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	
	PATRIMÔNIO SOCIAL	12	
	SOMA DO PASSIVO	08 + ... + 12	13
10 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS			PERÍODO DA DECLARAÇÃO - R\$
RECEITAS	RECEITA DE BENS E/OU SERVIÇOS	01	
	CONTRIBUIÇÕES DE ASSOCIADOS E/OU SINDICAIS	02	
	SUBVENÇÕES E/OU DOAÇÕES	03	
	OUTRAS RECEITAS (INCLUSIVE VENDA DE TÍTULOS)	04	
	SOMA DAS RECEITAS	01 + ... + 04	05
DESPESAS	ORDENADOS, GRATIFICAÇÕES E OUTROS PAGAMENTOS	06	
	ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	07	
	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	08	
	DESPESAS DE MANUTENÇÃO E GERAIS	09	
SOMA DAS DESPESAS	06 + ... + 09	10	
11 IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE A SER RESTITUÍDO			R\$

12 DISCRIMINAÇÃO DOS DIRIGENTES E RESPECTIVAS REMUNERAÇÕES (Quando for o caso)			
Nº DE INSCRIÇÃO NO CPF	NOME	REMUNERAÇÃO (R\$)	
725.560.308-44	Geraldo Lopes de Oliveira	01	.
		02	.
		03	.
		04	.
		05	.
		06	.
		07	.
SOMA		01 + ... + 07	08

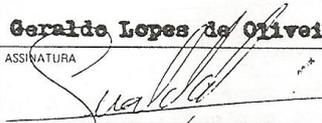
13

DECLARAMOS:

a) que os valores consignados na composição do Patrimônio (Ativo e Passivo) e nos demonstrativos de Receita e Despesa constantes do anverso da presente declaração correspondem à verdade;

b) que a entidade declarante, identificada nos quadros 01, 05 e 06 do anverso está perfeitamente enquadrada nos requisitos mencionados no quadro 14, abaixo.

c) estar cientes que a falsidade na prestação de informações ao Fisco incide nas cominações da Lei nº 4729/65, que trata dos crimes de sonegação fiscal.

LOCAL Presidente Yanacslan	DECLARANTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL NOME Geraldo Lopes de Oliveira	CONTABILISTA (se houver) NOME	REG. NO C.R.C.
DATA 28 / 05 / 97	ASSINATURA 	ASSINATURA	TELEFONE 271-5124

14

REQUISITOS ESSENCIAIS PARA GOZO DA ISENÇÃO

I - Não remunerar seus dirigentes (exceto para as instituições de educação ou de assistência social).

II - Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

III - Aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

IV - Recolher os tributos devidos sobre os rendimentos por ela pagos ou creditados.

V - Entregar, anualmente, sua Declaração de Isenção, na forma da I.N. S.R.F. 71/80.

VI - Manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

VII - Prestar, à repartição lançadora do imposto, as informações determinadas em lei.

NOTA: O NÃO CUMPRIMENTO DE QUALQUER DOS ITENS ACIMA IMPLICA NA SUSPENSÃO OU PERDA DA ISENÇÃO.

UTILIZARÃO ESTE FORMULÁRIO:

As entidades isentas pela finalidade e objeto, compreendidas nos artigos 110 e 113 do Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 76.186, de 02 de setembro de 1975:

- a) as instituições de educação e as de assistência social;
- b) as sociedades e fundações de caráter beneficente, filantrópico, caritativo, religioso, cultural, instrutivo, científico, artístico, literário, recreativo, esportivo e as associações e sindicatos, que preencham os requisitos essenciais de que trata o quadro nº 14 deste formulário.